



Eber Misael Quiñonez Hernández

**Emancipação e dominação de pequenos
produtores agrícolas: contribuições para
uma análise do caso Português**



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Coimbra

2013

Eber Misael Quiñonez Hernández

Emancipação e dominação de pequenos produtores agrícolas: Contribuições para uma análise do caso Português

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha.

Julho 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

À Citláli e Amín

*“Por lo menos una vez en la vida vas a necesitar un médico, un abogado, un arquitecto,
pero todos los días tres veces al día vas a necesitar de un agricultor”*

(autor desconhecido)

Resumo

O percurso deste trabalho percorre três linhas para desenhar o tema da emancipação e da dominação do campesinato em Portugal após a integração europeia. Na primeira parte do conceito do campesinato para discutir a forma como ele foi criado e usado ao longo do tempo pelo imaginário social. Porquê o camponês tem pouca interação com outros grupos sociais? Que processos históricos o têm afastado deles? Na segunda linha, tomam-se as dicotomias da configuração do país: norte – sul, litoral – interior para avivar a perceção das mudanças ocorridas nas últimas décadas e analisar as marcas que elas deixaram nos territórios e na memória das pessoas. Concentro a minha atenção numa comunidade rural – São Miguel, nas proximidades de Coimbra, no quotidiano dos pequenos agricultores familiares que nela vivem, nas suas trajetórias de vida. Procurei descortinar estratégias para escapar à miséria ou a uma vida de trabalho duro, as hesitações entre ficar no mundo da aldeia ou migrar para outras partes à procura de melhor vida, mas arriscando o desconhecido, ou as hesitações entre gerir as terras como os pais fizeram ou arriscar inovar fazendo novas culturas, comprando máquinas e fatores modernos, contraindo dívidas para poder investir. A terceira linha, leva-me às políticas agrícolas, aos apoios e incentivos nacionais e europeus, mas também à regulamentação cada vez mais apertada da atividade agrícola, ao controlo dos conflitos entre a agricultura e o ambiente ou entre a agricultura e a saúde pública. Isto leva-nos a refletir sobre quais foram as razões consequentes destas mudanças, se tiveram uma conjugação com outras escalas: políticas, económicas, sociais, etc.. Surgindo algumas questões como: Quê impactos tiveram para as pequenas explorações agrícolas e para as populações que dela vivem, quais foram as formas como a ultrapassaram e quais são os desafios que no futuro vão ter de afrontar para as superar. Abrindo assim a discussão e a reflexão sobre a importância que as pequenas produções agrícolas têm no fornecimento de produtos de alimentação para os grupos sociais, mas não só.

Resumen

El camino de este trabajo recorre tres líneas para diseñar el tema de la emancipación y de la dominación del campesinado en Portugal después de la integración Europea. En la primera partiré del concepto del campesinado, para discutir la forma como fue criado y usado a lo largo del tiempo en el imaginario social. ¿Por qué el campesino tiene poca interacción con otros grupos sociales? ¿Qué procesos históricos lo han alejado de ellos? En la segunda línea, tomaré las dicotomías de la configuración que tienen el país: norte – sur, litoral – interior para avivar la percepción de las mudanzas ocurridas en las últimas décadas e analizar las marcas que ellas dejaron en los territorios y en la memoria de las personas. Concentraré mi atención en una comunidad rural – São Miguel, en las cercanías de Coímbra, en lo cotidiano de los pequeños agricultores familiares que en ella viven y en sus trayectorias de vida. Busco develar estrategias para escapar a la miseria y a una vida de trabajo duro, las dudas entre estar en el mundo de la aldea o migrar para otras partes en búsqueda de mejor vida arriesgando a lo desconocido, las dudas entre administrar las tierras como los padres hicieron o arriesgar innovando, haciendo nuevas culturas, comprando máquinas y factores modernos, contrayendo deudas para poder invertir. La tercera línea, me lleva a las políticas agrícolas, a los apoyos e incentivos nacionales y/o Europeos, pero también a la reglamentación cada vez más apretada de la actividad agrícola, al control de los conflictos entre la agricultura y el ambiente o entre agricultura y la salud pública. Esto trae la reflexión sobre cuáles fueron las razones consecuentes de éstas mudanzas, si tuvieron una conjugación con otras escalas: políticas, económicas, sociales, etc. Surgiendo algunas interrogantes como: ¿Qué impacto tuvo para las pequeñas exploraciones agrícolas y para las poblaciones que de ella viven? ¿Cuáles fueron las formas como la ultrapasan y cuáles son los desafíos que en el futuro van a tener que enfrentar para superarlas? Abriendo así la discusión y la reflexión sobre la importancia que las pequeñas producciones agrícolas tienen en el fornecimiento de productos alimenticios para los grupos sociales, pero no sólo.

Abstract

The route of this work runs through three lines to draw the theme of emancipation and domination of the peasantry in Portugal after European integration. The first line takes us to the concept of peasantry by discussing how it was created and used over time by social imaginary. Why peasants have little interaction with other social groups? Which historical process has confined them to a subaltern position towards those social groups? The second line, take up the geo-economic dichotomies north - south coast - inland, to enliven the perception of changes occurred in Portuguese rural areas during the last decades in order to analyze the marks they left in the territories and in people's memory. I focused my attention in a rural community, near Coimbra, following the daily life of the small farmers who live there as well as their life trajectories, trying to uncover strategies to escape poverty or to a hard work life. The hesitation of peasants between staying in the well-known social world of village and migrating elsewhere in search of better life, but risking the unknown were very meaningful for me. The same with the hesitation between managing the land as their parents did or innovate and risk making new cultures, buying machinery and modern factors, incurring debt in order to invest. The third line, led me to agricultural policies and incentives coming from national government or European Union to incentives but also to the increasingly tight regulation of agricultural activity, by controlling conflicts between agriculture and environment or between agriculture and public health. How do policies reach the farmers? Who benefits from them? What expectations on CAP have small farmers? How do they organize their interests? Here you are a set of questions that define the boundaries of this study and that inspired my necessarily limited answers, present in this dissertation.

Lista de abreviaturas

CE – Conselho Europeu

CE – Comissão Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária

EUA – Estados Unidos de América

INE – Instituto Nacional de Estatística

MADRP – Ministério de Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território

MAXQDA – *software* de análise de dados qualitativos

PAC – Política Agrícola Comum

RGA – Recenseamento Geral Agrícola

UE – União Europeia

Índice

Introdução.....	1
CAPÍTULO 1. O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	3
CAPÍTULO 2. O ESTADO DA ARTE.....	5
2.1. Os grandes temas sobre o mundo rural	6
2.2. O campesinato no sistema social.....	9
2.2.1. <i>O quê é o campesinato? Como se integra no sistema social?</i>	9
2.2.2. O campesinato português e sua integração no sistema social	17
2.3. A integração europeia e a transformação acelerada do campesinato	21
2.3.1. <i>Breve apresentação da PAC</i>	21
2.3.2. <i>O regime de transição e o impacto da criação de um espaço agrícola comum</i>	22
2.3.3. <i>A regulação adversa da pequena agricultura familiar pela EU</i>	25
CAPÍTULO 3. O MODELO DA ANÁLISE: OBJETIVOS E HIPÓTESES	29
3.1. Objetivo teórico.....	29
3.2. Objetivos	30
3.3. Hipóteses.....	31
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA.....	34
CAPÍTULO 5. DISCUSSÃO DOS DADOS	38
5.1. O retrato de uma comunidade em mudança	39
5.1.1 <i>A demografia e a atividade da população</i>	40
5.1.2 <i>Alguns indicadores da população agrícola da freguesia</i>	42
5.2. Mudanças vividas.....	45
5.2.1. A exploração agrícola	46
5.2.2. <i>As mudanças nas culturas agrícolas das pequenas explorações agrícolas</i>	51
5.2.3. <i>Impactos da adesão europeia na agricultura familiar</i>	63
5.3. Dois perfis de trajetória.....	67
5.3.1. A exploração agrícola	68
5.3.2. <i>As mudanças nas culturas agrícolas das pequenas explorações agrícolas</i>	71
5.3.3. <i>Impactos da adesão europeia na agricultura familiar</i>	79
CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES.....	83
6.1. Através das diferenças.....	83
6.2 Trajetórias paralelas	89
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
8. ANEXOS	95

Introdução

A decisão de abordar as relações do campesinato, em pleno século XXI, inocula em si um risco de grau elevado, desde logo pelo grande número de trabalhos cujo objeto de estudo incide direta ou indiretamente, sobre o mundo campesino, mas também por nos ser disponibilizado um conjunto extenso de diagnósticos alicerçados em diferentes correntes teóricas. Acresce a este cenário de intensas abordagens, a existência de um referencial hermético sobre o mundo campesino e sobre o ser camponês, como algo que é impenetrável e que não interage com os sistemas organizacionais que o rodeia e que com ele se confundem.

As linhas – três – que são percorridas neste trabalho buscam contribuir para aprofundar a reflexão, no contexto português, em torno do tema da emancipação e da dominação do campesinato após a integração europeia. Partiremos do conceito do campesinato e da reflexão sobre as dicotomias da configuração do país, dando corpo à discussão holística sobre a perceção das mudanças ocorridas nas últimas décadas e analisar as marcas que elas deixaram nos territórios e na memória das pessoas.

Nas investidas à comunidade rural de São Miguel, em Penela, que é objeto central deste estudo, procuramos observar o quotidiano dos pequenos agricultores familiares que nela vivem, as suas trajetórias de vida, as estratégias para fugir à miséria, as hesitações entre ficar ou sair – emigrar – ou entre investir e morrer alegremente como camponês.

Numa primeira parte, propõem-se o desafio de visitar o conceito de camponês, focado nas pequenas explorações agrícolas, onde atores jogam um papel muito importante na sociedade como produtores de alimentos. Discutem-se as estratégias de dominação que o sistema capitalista e a economia de mercado têm, como ela serve-se do camponês no fornecimento de mão-de-obra barata na indústria – para o caso português concentrada nas grandes cidades e difusa no resto do país. Este sistema o submete ao mercado através do preço dos produtos e o mantém para satisfazer a procura de mão-de-obra proletária, de aí que seu desaparecimento, como tinham referido as teorias marxistas e outras, não aconteça, porque ele é útil para o sistema económico presente em países de capitalismo desenvolvido, caso de Portugal.

Num segundo momento, procura discutir as dicotomias configuradas e arraigadas no país: norte – sul, litoral – interior, reflectindo sobre as mudanças ocorridas nas últimas três décadas, analisando as sinais das alterações que deixaram na agricultura e na memória coletiva das pessoas que dela viviam. Foi realizado este estudo numa comunidade rural, com o objetivo de perceber pelo testemunho dos próprios atores, quais foram e como fizeram as alterações na sua exploração agrícola, ao longo deste período. Foi uma preocupação conhecer as estratégias que os pequenos produtores agrícolas adoptam para contornar a miséria, a vida feita de um trabalho duro e precário. Assim, ele próprio tem o sentimento duvidoso e está com a incerteza entre ficar e ir embora da exploração à procura de uma vida melhor.

No último momento e ligando às duas primeiras ideias, fomos levados às políticas públicas agrícolas, aos apoios dos subsídios dos incentivos agrícolas e à regulamentação cada vez mais estrita da atividade agrícola, nomeadamente na comercialização e transformação de produtos agrícolas. Desta análise surgem reflexões sobre a simbiose que as políticas tiveram com outras escalas políticas, económicas e sociais, sendo que o grupo dos pequenos produtores agrícolas tem criado e gerado as suas formas de ultrapassar esta situação.

A presente dissertação do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, está longe de acabar a discussão sobre o tema camponês, procura oferecer elementos de análise e discussão, propondo contributos para o aprofundamento e convida a novas abordagens e exercícios de investigação. Trata-se do início de um longo caminho que tem de ser discutido: as mudanças e/ou alterações que o novo contexto de adesão de Portugal à União Europeia trouxe para esta população, cuja característica mais marcante é possuir uma grande capacidade de resiliência e capacidade de interagir com os diversos modelos económicos e políticos.

CAPÍTULO 1. O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Diversos olhares levam frequentemente a identificar problemas sociais em diferentes contextos e países, existem assim realidades acontecendo em muitas partes do mundo, umas mais acentuadas e profundas que as outras, assumindo cada qual suas particularidades que as definem. Interessa-me, em particular, conhecer a condição dos pequenos produtores agrícolas e a sua inserção na economia capitalista de mercado. Sendo um grupo social cuja origem se perde na poeira do tempo, o campesinato – a designação académica deste grupo – tem mostrado uma notável capacidade de sobrevivência e de adaptação aos contextos económicos e políticos dos mais diversos. Produzindo para sua própria subsistência e para a subsistência das comunidades em que se organizam, os camponeses nunca conseguiram viver independentemente dos sistemas sociais e económicos dominantes em cada período histórico e, por isso, sempre foram forçados a uma integração adversa em esses sistemas, cedendo para eles parte do que produziam. No período atual do capitalismo global sua autonomia aparentemente favorecida por um regime de livre iniciativa e de liberdade de trocas, é na prática cerceada por um conjunto vasto de fatores que enquadram a atividade agrícola e que claramente discriminam as formas de produção que não sejam orientadas por uma racionalidade lucrativa do mercado. Diferentes de país a país, esses fatores manifestam-se como problemas que sufocam aos pequenos agricultores em diversas regiões: a tesoura dos preços que condena aos camponeses a pagar caro pelos fatores de produção de que precisam e a vender barato os produtos de sua agricultura; a expansão dos usos capitalistas da terra e dos recursos naturais; a substituição da produção alimentar pela de biomassa; dos agronegócios e dos complexos agroindustriais. De uma forma ou outra, isolados ou combinados, estes problemas estão a empobrecer as camadas mais vulneráveis da pequena produção agrícola, forçada a uma semi-proletarização do trabalho camponês na fábrica ou nas grandes explorações agrícolas, ou o obriga a seu deslocamento para as zonas urbanas na esperança de aí encontrar trabalho.

A questão que nos move em este estudo é entender como, no momento atual, se está a processar o ajustamento da pequena agricultura familiar à economia capitalista do

mercado em um quadro em que a atividade agrícola é fortemente regulada pelas instituições da União Europeia.

O estudo centra-se na pequena agricultura portuguesa e procura entender as mudanças pelas quais ela passou nos últimos trinta anos, estabelecendo como marco crítico a adesão de Portugal à União Europeia em janeiro de 1986. Em que medida os pequenos produtores agrícolas familiares têm vindo a sofrer ao longo das últimas três décadas um processo de transformação muito acentuada devido a adesão de Portugal à União Europeia?

Tendo em conta que o processo de industrialização em Portugal foi relativamente tardio em relação ao dos países do centro europeu e que até o início dos anos 1960 a maior parte da população ativa portuguesa esteve ocupada no setor primário e predominantemente associada às pequenas explorações de caráter familiar (Baptista, 1993), assume-se que as grandes mudanças tiveram lugar nos últimos cinquenta anos, primeiro com a emigração massiva para os países do Norte de Europa, depois com a industrialização difusa dos anos 1970 e décadas seguintes e, finalmente, a partir dos anos 1980 com a adesão europeia. Estando abundantemente estudado os dois primeiros processos de mudança, nosso enfoque incide sobre o último período e, em particular, sobre os efeitos conjugados dos três processos que conduziram à situação atual da pequena agricultura portuguesa. Interessa saber, a partir das trajetórias de alguns pequenos produtores que se mantêm na atualidade, identificar quais foram as mudanças mais visíveis na atividade agrícola da pequena dimensão, explorando que deixaram de fazer ou fazem cada vez menos na exploração e, a partir das estatísticas da população agrícola da comunidade a que pertencem esses produtores, analisar o processo de descomposição e recomposição do campesinato, mostrando a quantidade de pessoas que têm mudado ou abandonado seu vínculo com a terra e sua relação com o trabalho agrícola.

CAPÍTULO 2. O ESTADO DA ARTE

Começaria por enfatizar a importância da cultura e das práticas camponesas de *entrepajuda*, como exemplo da capacidade de superar conjunturas críticas.

Atualmente, Portugal debate-se com uma grave crise financeira e económica que teve sua origem nos mercados financeiros, principalmente nos Estados Unidos e hoje afeta os países Europeus, em especial, aqueles localizados na zona sul e periférica do velho continente, onde se sente fortemente o impacto de dita crise. Sitiado pelas agências de *rating* (Santos, 2012), que como juízes, avaliam e qualificam os riscos da dívida soberana de cada país, Portugal tem sido exposto ao mercado financeiro especulativo. O país está agora numa série de programas e medidas de austeridade que lhe permita o rebalanceio dos orçamentos governamentais, que recaíram principalmente nas pessoas que compõem a classe média portuguesa.

Assim, a sociedade Portuguesa enfrenta agora processos de austeridade, com recortes financeiros em programas sociais, principalmente em saúde e educação, característicos do estado-providência.

Submergido nesta realidade atual que vive o país, os grupos sociais procuram de novo refúgio nas redes de sociabilidade primárias, compostas principalmente, pelos pais, avós, família e vizinhos que conformam uma âncora protetora através de laços de amizade, proximidade e de reciprocidade. A esta sociedade – providência informal, como foi designada por Santos (1995) baseada em relações de dom e reciprocidade envolvendo os grupos primários, deve-se acrescentar a sociedade-providência formal, composta pelas organizações da sociedade civil que praticam formas de solidariedade para ajudar às comunidades (em regra, serviços de proximidade) (Santos, 2012). Esta base social manteve-se viva particularmente nas áreas rurais mas não é específica delas. Como antigamente, a importância destas pequenas comunidades rurais de vizinhos em que toda a gente se conhece e está ligada por laços fortes de *entrepajuda*, podem voltar a desempenhar um papel muito importante neste contexto de crise, porque provê aos grupos segurança alimentar, principalmente a que provém de pequenas explorações agrícolas e de agriculturas familiares que produzem para autoconsumo (Baptista, 1993).

2.1. Os grandes temas sobre o mundo rural

O setor camponês tem sido um tema de grande discussão em muita literatura. Diversos autores ao longo do tempo têm-se dedicado a entender esse campo de estudo em suas relações com o sistema social e económico (Marx 1950; Chayanov 1966; Shanin 1972, entre outros). Muitos outros basearam seus estudos em momentos cruciais da história da humanidade de hoje e ajudam a entender e definir o que se conhece como camponês e agricultura familiar não-capitalista. As referências teóricas feitas em relação à história da agricultura, evidenciam a natureza mutável dos sistemas agrícolas e as populações que deles dependem para a sua existência. Desde os nómadas primitivos que foram encontrando maneiras de produzir e cultivar, muito diferente mas capaz de garantir a segurança alimentar e, especialmente, seus modos de vida na acumulação dos recursos, permitindo que muitos desses grupos se erradicaram em diferentes locais e se especializaram na produção, facto que permite ver como tem sido configurado este setor da sociedade.

Mais próximo de nós, um dos sistemas destas historiográficas mais estudadas é o das configurações e as mudanças sociais que aconteceram com a revolução industrial e a crescente necessidade de mão-de-obra proletária: a emigração para os centros urbanos, o surgimento das grandes cidades industriais, condições de vida degradadas das populações migradas sobretudo a perda da sua ligação com a terra.

Outro tema muito estudado é o da diversidade de formas em que a agricultura se apresenta e a plasticidade dos modos de vida da população que vive da terra. Dando uma olhada às diferentes sociedades, pode-se entender como diferentes culturas e grupos sociais foram desenvolvendo e especializando-se em formas, ciclos e culturas de produção agrícola, adequando entretanto a diferentes circunstâncias como solos, climas, precipitações pluviais, entre muitas outras características que determinam o tipo de cultivo que é possível obter em cada caso específico. O anterior nem sempre está implícito no que atualmente configura a agricultura em diversas partes do mundo, a qual tem sido definida a partir de particularidades encontradas em distintos contextos. A este propósito, autores como Theodor Shanin (1972:276), falam de condições económicas e em situações sociais muito próximas em muitos contextos do mundo que determinam que certos grupos sociais, como o campesinato – o grupo social que ao longo da história mais se identifica com o uso

produtivo da terra – sejam atores persistentes ao longo da história e através do espaço geográfico.

Nem em todas as regiões a sociedade camponesa representa a forma social dominante da utilização da terra, mas ela é decerto mais comum e persistente pela sua capacidade de adaptar-se e conviver com sistemas económicos e políticos dos mais diversos. Em um contexto económico dominado pelo sistema capitalista global faz todo sentido questionar essa persistência e essa capacidade de adaptação, sublinhando o facto de que a escala mundial é ainda hoje a agricultura camponesa, a forma mais comum de uso e pose da terra.

Mesmo em sociedades como a norte americana onde a agricultura é uma atividade totalmente integrada no mercado e altamente capitalizada, o modelo que se consolidou foi uma agricultura baseada no modelo de *family ranch*, ou seja, em uma organização de base familiar e não tanto em uma corporação: *corporate farming*¹. Europa, apesar das grandes diferenças geográficas e climáticas entre o norte e o sul (e também de organização política entre o este e o leste, durante a guerra fria), a agricultura familiar foi sempre predominante a nível de população agrícola, devido à grande pressão demográfica sobre as terras agrícolas, respetivamente devido à demografia sobre as terras agrícolas que nem a industrialização do século dezoito, nem o êxodo rural da pós-segunda grande guerra, nem mesmo os programas de políticas estruturais agrícolas da Comunidade Económica Europeia dos anos 1970 e 1980 conseguiram eliminar.

Enquanto alguns países assistiram a grandes mudanças, como referidos anteriormente, outros foram configurados pela sua situação política e social, como o caso português durante o período salazarista. O país tinha a agricultura como principal atividade económica da população e a industrialização, iniciada a final do século XIX, era muito frágil e se confinava a umas tantas zonas muito reduzidas (Lisboa, Porto, Guimarães, Covilhã, Marinha Grande, etc.). O Estado tinha uma política protecionista para o capital já instalado, condicionado a criação de novas indústrias o que, ao mesmo tempo, favorecia a

¹ Em nove estados Norte-Americanos de Midwest e das Great Plains, persiste uma legislação que impede as companhias que se dediquem à atividade agrícola ou de comprar terra para uso agrícola, manifestando uma arraigada cultura de proteção da agricultura familiar e das comunidades rurais (Pittman, 2004).

grande propriedade fundiária que vivia a custas da renda camponesa. A população camponesa até a década de 1960 tinha fome de terra e, para sobreviver, era forçada a trabalhar também nas fábricas (ou em *putting out system*) e nas terras dos proprietários ricos.

A mesma configuração e estrutura da atividade agrícola estava principalmente definida pela distribuição da terra em dois sistemas distintos de ordem geográfica e política: no sul do país o sistema latifúndio mediterrâneo e no centro – norte o sistema de agricultura camponesa (Barros, 1975). A situação só começa a mudar a finais dos anos de 1960 com a emigração de uma parte substancial do campesinato pobre para os países do norte de Europa e com a queda da ditadura em 1974 e com a conseqüente alteração das políticas protecionistas. Um terceiro fator de mudança, que havia-se de revelar muito penalizador para o campesinato, foi a adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 1986. Enquanto a emigração permitia, através das poupanças e de um retorno programado, conferir mais autonomia económica às famílias camponesas e a redemocratização permitiu ao campesinato aceder a direitos que não tinha (educação, saúde, segurança social, crédito, etc.), já a adesão Europeia, apesar de um período de transição de perto de sete anos, favoreceu a entrada no mercado português de produtos agrícolas do norte que concorria com a produção camponesa, estabeleceu um conjunto muito apertado de regras para a produção e comercialização dos produtos agrícolas e marginalizou, na prática, o setor campesino na distribuição de ajudas financeiras à produção.

Alguma legislação que podia ajudar a reforçar economicamente o campesinato (leis de arrendamento rural, da extinção dos foros, da cooperação agrícola, etc.) bem como a posta em marcha da reforma agrária através da expropriação de terras incultas e das grandes propriedades, foi revogada nos anos 1980 ou se manteve inaplicada, o qual criou sutilmente inconformidades com os grupos historicamente consolidados, que buscaram a forma de adaptar aquelas iniciativas, em proveito deles, dando configuração similar ao que inicialmente existia (Baptista, 1974:13).

2.2. O campesinato no sistema social

Neste ponto, começarei por discutir o conceito de camponês e identificar suas principais dimensões analíticas. Partindo de uma noção vulgar de campesinato, sublinharei as dificuldades da teoria social em construir um conceito unívoco de campesinato, para concentrar-me em um conceito multidimensional de campesinato capaz de integrar todos os atributos relevantes a partir de diferentes perspectivas da realidade.

O problema da definição conceitual do campesinato está intimamente ligada com o problema da integração do campesinato no sistema económico e social, partindo da ideia que a posição autónoma mas marginal do campesinato tem servido de obstáculo para sua incorporação no sistema o que tem utilizado um jogo duplo de destruição e de cooptação para superar esse obstáculo. Revisarei tanto as teses Marxistas da “questão agrária” e da “descomposição do campesinato” quanto as da industrialização da agricultura e do “fim dos camponeses” para concentrar-me nas teorias da “troca desigual” (Emmanuel, 1962) e sua aplicação ao campesinato (Vergopoulos, 1974) e na teoria da “submissão formal do capital” (Faure, 1974). Pelo percurso, abordarei de uma forma muito sintética as teorias sobre a racionalidade económica camponesa revisitando A. Chayanov, J. Tepicht e Cl. Servolin.

2.2.1. O quê é o campesinato? Como se integra no sistema social?

No é estranho encontrar o conceito camponês no imaginário social como sinónimo de ignorante, atrasado ou inferior, em alguns casos construído como uma subcategoria social. Historicamente tem sido visto dessa maneira, desde o sistema feudal até a situação atual segue persistindo assim, foi-se incrementando e marcando ainda mais com o sistema de educação, onde impõe-se uma imagem de sujo, de trabalho para os pobres e do qual há que superar-se, ensinado assim desde o conceito até o trabalho desta atividade, que criança deve superar para ser “alguém na vida”. Este imaginário instaurou-se nos grupos sociais e por consequência relaciona-se com a pobreza e com o atraso, até pensar em uma classe tribal primitiva (Shanin, 1972). Esta imagem é de tal modo que não é estranho que os próprios camponeses a incorporem como se fosse uma realidade e assumem um sentimento de vergonha pela sua condição, como Pierre Bourdieu refere no seu estudo sobre o campesinato como uma “classe objeto” (Bourdieu, 1977).

A teoria social é pródiga em conceptualizações do campesinato, realizando seus atributos mais importantes a partir de diferentes perspectivas, as mais comuns de estas perspectivas são as que olham para o campesinato como sendo um grupo social, sendo um universo cultural, sendo um ator político ou como sendo um comportamento económico. Nenhuma de estas perspectivas entretanto tem sido capaz de formular um conceito unidimensional, ou seja, um conceito que se acabe com um único atributo.

No domínio da análise de classes, a teoria marxista do campesinato esbarra com a dificuldade de incluir este numa das categorias polares da estrutura de classes: burguesia e proletariado. Se, do ponto de vista da propriedade dos meios de produção e do produto, os produtores camponeses se identificam com a burguesia e não com o proletariado, esta identificação não corresponde minimamente ao perfil típico dos camponeses que inclui os atributos da falta de poder, da condição de explorado e de marginalidade social e, por isso, essa teoria adota a designação de pequena burguesia para cobrir a situação de um setor da burguesia atípico. A pequena burguesia, incorporando todas as formas de pequena produção (agrícola, artesanal, mercantil), seria uma subclasse em transformação no sentido em que o aprofundamento da dominação do capitalismo na agricultura levaria à decomposição da pequena burguesia nas duas classes típicas do capitalismo. Outros autores chamaram a atenção para o facto de o campesinato não ser uma classe social ajustada ao sistema capitalista, mas antes a sobrevivência de uma classe própria do modo de produção feudal que opunha senhores da terra a produtores camponeses (Pierre Philippe Rey, 1979) e explicaram esta situação através do conceito de articulação de modos de produção (articulação que respeitava as duas classes básicas do feudalismo com as duas do capitalismo) e de alianças de classe (os produtores feudais aliados com a burguesia emergente para a submissão do campesinato). Assim resulta o entendimento de que o campesinato – essa classe do feudalismo – tenderia a transformar-se em proletariado agrícola por força dessa aliança de classes adversa. A questão agrária de Kautsky (1972) no virar do século XIX para o século XX surge do facto de essa transformação, aparentemente, não estar a dar-se e de a pequena produção camponesa parecer estar a sobreviver mesmo em ambiente adverso. Certamente havia sinais de uma proletarianização em certas regiões da Europa (a “via junker” da grande exploração agrícola na Alemanha a este do Elba), mas na maior parte dos países, incluindo a América do Norte, a pequena produção camponesa

sobrevivia e consolidava-se pela incorporação progressiva de meios de capital – vg. Mecanização (a “via norte-americana”). É conhecida a sua explicação para o fenómeno: a pequena produção camponesa compete com a grande exploração agrícola capitalista através de uma estratégia de sobre trabalho e de subconsumo, apegando-se à propriedade das pequenas parcelas que possui e à dependência de alguns escassos apoios do Estado, justificados mais por razões políticas do que económicas. Por sua vez, conclui que o avanço do capitalismo na agricultura é um processo errático, específico e imprevisível.

A compreensão desse fenómeno pelo marxismo só viria a ter lugar mais tarde com as teorias da integração diferenciada (submissão formal) dos agricultores ao capitalismo. O capitalismo não precisa de proletarizar o campesinato para se apropriar da mais-valia criada pelo trabalho, desde que o campesinato seja forçado a integrar-se no mercado dos produtos (por exemplo, através da venda regular da produção agrícola ou pecuária) e dos fatores de produção (por exemplo, através de processos de modernização e de mecanização da exploração agrícola) e desde que o mercado desfavoreça sistematicamente o camponês devido ao sistema de formação dos preços. A primeira condição (o camponês ser forçado a passar pelo mercado, ficou mais clara quando foi publicado o capítulo inédito do *Capital* de Marx (1974c) (nos anos 30 do séc. XX) onde explica o regime de submissão formal do trabalho dos produtores diretos ao capital (económico, tecnológico e financeiro): estes ficam cada vez mais na dependência dos agentes da indústria transformadora que lhes assegura o escoamento dos produtos e os fideliza através do fornecimento dos fatores de produção. É o que se passa quando a produção alimentar dos pequenos produtores passa a ser comandada pela indústria agroalimentar (Faure, 1974). A última condição foi estudada por Arghiri Emmanuel (1962) e deu lugar à teoria da troca desigual, segundo a qual os produtores agrícolas trocam os seus produtos abaixo do seu valor e adquirem os produtos da indústria (fatores de produção) acima do seu valor. Mais recentemente Kostas Vergopoulos (1974) mostraria que a generalização do capitalismo agrário afetaria a taxa de lucro dos restantes setores do capital dada a procura crescente de produtos agrícolas para reproduzir a mão-de-obra industrial e dada a limitação natural do fator terra. A revalorização dos produtos agrícolas relativamente aos produtos industriais iria apenas beneficiar os donos da terra (conversão do sobre lucro em renda fundiária). Neste quadro,

apenas a agricultura camponesa é capaz de produzir a preços baixos (sub – remuneração dos fatores) e não assim o capitalismo agrário.

A reação às teses clássicas do desaparecimento do campesinato surge de vários lados, na segunda metade do século XX. Os antropólogos Claude Meillassoux e Wolpe (1976) sublinham o interesse do capitalismo em manter a pequena exploração para atenuar os custos salariais, dada a contribuição “gratuita” da família camponesa para a reprodução da força de trabalho não agrícola. Rey observa que a transição dos sistemas pré-capitalistas para o sistema capitalista inclui uma longa fase de articulação entre os sistemas servindo-se o sistema capitalista da esfera política de violência de incentivos (coação extraeconómica) para garantir a transição sem prejudicar os objetivos de fornecimento da força de trabalho e de fornecimento de matérias-primas. Essencial ao capitalismo é adequar a pequena produção camponesa de modo que seja possível modificar os seus processos de trabalho e passar a incorporar os avanços tecnológicos e a melhorar a produtividade do trabalho.

No domínio da análise económica defrontam-se perspetivas substantivistas e formalistas. Os formalistas, como Raymond Firth e Harold K. Schneider (1974), defendem que o modelo neoclássico da economia pode aplicar-se a qualquer sociedade, uma vez que os seus princípios têm validade universal. Para Karl Polanyi (1980) que introduziu esta distinção, as estratégias de sobrevivência da sociedade passam por uma adaptação ao ambiente e às condições materiais que rodeiam os produtores, pelo que as práticas económicas podem não se determinar pelo princípio da maximização da utilidade. O significado do substantivo "economia" é entendido num sentido mais lato de 'economizar' ou de 'aprovisionar'. “Economia é simplesmente a forma como a sociedade cuida das suas necessidades materiais”.

A análise económica dos comportamentos dos camponeses é um bom caso para testar as duas teses. Sinteticamente pode-se constatar que a teoria económica dominante tende a usar os mesmos conceitos para analisar os comportamentos de qualquer agente económico, seja ele um camponês seja ele um empresário agrícola capitalista, em virtude da generalização da representação do agente económico padrão, o homo economicus, como um indivíduo dotado de uma racionalidade maximizadora das utilidades ou do lucro. Mas estes economistas sempre se viram em dificuldades para entender certos comportamentos

dos pequenos produtores agrícolas que se desviam da norma. É clássica constatação de que a oferta dos produtores camponeses se mostra muitas vezes perversa, variando no sentido inverso dos preços dos produtos (Arghiri, E. 1962). Por outro lado, gerações sucessivas de estudos sobre a economia das explorações camponesas, usando as categorias económicas clássicas do salário (remuneração do fator trabalho), renda (remuneração do fator terra) e juro (remuneração do fator dinheiro), mostram que elas são anos após anos deficitárias, apesar de se manterem aparentemente saudáveis.

Nos anos 70, os estudos de Chayanov (1976) sobre os sistemas económicos não capitalistas deram um impulso para entender o paradoxo que aqueles estudos evidenciavam. É que os camponeses usam outras categorias económicas nas suas decisões distintas das que os economistas usam. Se o trabalho gasto na exploração é fornecido pelo próprio produtor e sua família, se a terra que suporta a exploração foi herdada e não comprada, se o dinheiro que foi aplicado na exploração era do produtor e não foi pedido de empréstimo, então imputar como custos da exploração salários, rendas e juros pelos fatores fornecidos pela família é um erro, pois esses fatores, na cabeça do produtor e da sua família não tiveram custo (Chayanov, 1976). Apenas quando os camponeses estão fortemente inseridos no mercado e têm a possibilidade de fazer um uso alternativo dos fatores próprios (por exemplo, ir trabalhar fora da sua exploração agrícola, arrendar as suas terras a outro produtor, gastar o seu dinheiro em outra atividade) é que atribuem um custo a esses fatores equivalente à remuneração que teriam se os usassem no mercado.

E a este propósito, Jerzy Tepicht (1975) veio chamar a atenção de que parte do trabalho da família (o das crianças e jovens, o dos idosos e o das mulheres) nem sequer pode ter uma utilização alternativa fora da exploração porque as crianças e os jovens em idade escolar não podem aceder ao mercado de trabalho, os idosos não encontram emprego fora da exploração e as mulheres não conseguem compatibilizar as suas ocupações domésticas com um emprego fora (Tepicht, 1975).

Outros autores, quase todos antropólogos, defendem que a economia camponesa é decisivamente influenciada por costumes e normas que se interpõem às do mercado e que decorrem do contexto das comunidades relativamente fechadas onde os camponeses operam. Assim, em comunidades pobres os camponeses tenderiam a obedecer a um

primado de segurança dado o risco elevado de qualquer mudança (induzida de fora e do mercado) poder abalar a débil economia das famílias. Daí a imagem que os camponeses passam de aversão ao risco. Depois, dado que a aldeia funciona como uma concha protetora das famílias através da entreatada e da ação coletiva em situações de crise, as “obrigações morais” dos camponeses limitam muito a sua autonomia para poder seguir um projeto ou empreendimento pessoal. Finalmente, as relações de clientela entre camponeses mais pobres e mais abastados, traduzidas em atitudes de lealdade e reverência para com os mais fortes ou de solicitude para com os mais fracos, não deixam muita margem ao individualismo e à livre iniciativa. Também, sobre este tema, as teses de uma economia moral camponesa que acabei de expor esbarram com as de uma economia política menos segura quanto à força das normas e costumes e mais atenta às estratégias individualistas nas comunidades rurais e à abertura destas à influência do capital (Popkin, 1979).

A conclusão não pode deixar de ser a de que a existência de um tipo de racionalidade económica específica no campesinato se torna cada vez menos visível à medida que as comunidades rurais se abrem e os camponeses acedem aos mercados, designadamente ao mercado de trabalho.

Quanto aos domínios político e ideológico, os fundamentos da especificidade dos comportamentos camponeses assentam no lugar dependente e marginal que o campesinato ocupa no sistema económico e social, o qual se manifesta de diversas formas designadamente num clima de mal-estar e da revolta latente em sociedades onde essa dependência é mais acentuada. O carácter dependente e marginal decorre em boa medida da condição subalterna que desempenha no sistema económico capitalista mas nem sempre esta condição de subordinação dos camponeses ao capital é percecionada como tal, antes é assumida num quadro de elevado pessimismo e de fatalismo. É que diferentemente da subordinação do camponês ao proprietário da terra ou ao usurário urbano, os agentes modernos da exploração estão em grande medida ocultos pois o mercado assume um carácter muito despersonalizado o que desmotiva uma ação política organizada.

As teorias sobre o comportamento político do campesinato integram diferentes tópicos todos eles significando um enorme défice de perceção dos processos de dominação política. Primeiro, o dos elevados níveis de abstenção política ou de votação conservadora

nas eleições para os órgãos de poder. As zonas rurais, apresentam desde sempre os mais elevados níveis de abstenção e simultaneamente os mais elevados níveis de votação em partidos de direita ou conservadores. Por quê os camponeses são conservadores? É a interrogação mais comum nos sociólogos políticos ou nos politólogos. Das muitas explicações vale a pena reproduzir a que foi feita anteriormente a propósito da economia moral camponesa: o risco de inovar é muito elevado em populações pobres. Mais vale obedecer aos que já são conhecidos do que apoiar quem não se conhece. Numa sociedade em que a experiência – e não o saber escolar - é a principal arma para sobreviver, o desconhecido é sempre fonte de risco e insegurança. Segundo, o discurso político-eleitoral é muito codificado e portanto impercetível. Daí que ele não conte muito para as escolhas. Vale mais a atitude, os modos e a aparência dos candidatos do que as palavras. Por isso os camponeses seguem menos as linhas programáticas dos partidos do que as pessoas que os representam, o que favorece a adoção de uma atitude populista, por parte dos candidatos menos conhecidos. Terceiro, existem limites à ação política camponesa e que têm a ver, entre outros fatores, com a natureza do trabalho agrícola (isolamento, continuidade), e das relações sociais agrárias (escassez das trocas, relações de clientela, localismo), com a vulnerabilidade da situação económica dos pequenos produtores e com o *deficit* de cultura política. Por isso a ação coletiva política dos camponeses é fugaz – dura pouco tempo – embora seja radical – os camponeses são maximalistas e intolerantes e não sabem negociar (Hespanha, et al., 1998).

No domínio da análise cultural, discute-se também a legitimidade de especificar um modo cultural camponês e uma pretensa homogeneidade dessa cultura. As contribuições de Tönnies (1933), Redfield (1956) e Durkheim (1998) foram importantes para fundamentar a existência de uma cultura camponesa definida a partir de um conjunto de atributos como a sua forte vinculação material (cultura ligada ao contexto precário de existência dos camponeses), uma cultura de tradição oral, repetitiva e monocórdica, uma cultura popular e não erudita, uma cultura holística que englobava todos os aspetos da vida individual e social, uma cultura muito vinculada ao sagrado e de forte religiosidade, uma cultura de cunho expressivo e não instrumental (apego à terra, à família, à casa como entidades essenciais, em vez de uma visão instrumental dessas entidades). Num contexto bastante distinto daquele em que os valores culturais camponeses foram produzidos, as

especificidades culturais das comunidades camponesas parecem dissolver-se face à pressão avassaladora da cultura de massas que as sociedades modernas produziram, uma cultura que valoriza os princípios instrumentais de conduta, incluindo o consumo como padrão de felicidade. No entanto, subsistem limitações e ajustamentos que sofrem os mecanismos de integração externa quando forçam a penetração nas aldeias dos elementos da cultura dominante para a domesticação do pensamento rústico e a inculcação dos saberes eruditos, como a igreja, a escola, o serviço militar e os meios de comunicação de massas.

Quanto ao problema da homogeneidade cultural, Madureira Pinto (1985), inspirado em Bourdieu (1977), concebe a existência de um ajustamento tendencial dos comportamentos em espaços socialmente heterogêneos mas fortemente integrados, como se passa nas comunidades rurais. Assim, “a aparente uniformidade cultural, traduzida não só em visões do mundo de tipo camponês mas também em padrões normativos comuns reguladores do quotidiano da comunidade, é explicada através do que Bourdieu designa por *interhabitus*, ou seja, um sistema regulador de comportamentos que tende a instalar-se sempre que o contacto entre os grupos sociais é estável, duradouro e necessário” (Hespanha, 1996).

Partilhamos a ideia de que o universo camponês, “apesar de se encontrar bastante descaracterizado por referência a qualquer dos critérios tradicionalmente usados para o delimitar, não perdeu a sua capacidade de conferir singularidade aos comportamentos e condutas sociais e de se constituir num vetor importante de produção social de sentido, mais do que num espaço territorial de referência” (Hespanha, 1996:38).

Para isso, parecem ser mais consensuais as perspetivas multidimensionais do campesinato, que conjugam diversos atributos constitutivos do conceito. É o caso de Shanin que constrói o conceito a partir de quatro dimensões: 1) a exploração agrícola familiar como a unidade básica de organização económica e social; 2) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; 3) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; 4) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (Shanin, 2005:4).

Parece particularmente fecunda e operacionalizável esta conceptualização de Shanin: o campesinato é ao mesmo tempo uma realidade social, económica, cultural e política, sendo estas dimensões fortemente relacionadas e indissociáveis. Mas Shanin está consciente que esta multidimensionalidade pode esconder as dinâmicas de adaptação face aos contextos em que o campesinato se reproduz e por isso enriquece sua contribuição com uma tipologia de situações que, sendo próximas do conceito dele, afastam-se mais ou menos por não conter todos os atributos. Fala a este propósito de grupos analiticamente marginais, alguns dos quais representam transformações estruturais significativas em razão da sua inclusão, embora que diferenciada no capitalismo (fala a propósito de pós-campesinato), outros da sua inclusão em movimentos sociais de inspiração comunista; outros ainda da inclusão em movimentos religiosos milenários.

2.2.2. O campesinato português e sua integração no sistema social

Tendo em conta a história dos povos, pode-se tomar como ponto de referência a atividade agrícola que foi uma das formas de garantir a subsistência alimentar de grupos. A presença da agricultura foi mudando em diferentes tempos e países, a partir do século XVIII, com a chegada da revolução industrial, a mão-de-obra que trabalhava a terra foi chamada e quase obrigada a deixar esse tipo de atividade, não só para povoar as cidades, principalmente para encher as vagas de mão-de-obra das indústrias.

Este grande sucesso, não chegou a muitos outros países, que tiveram que conformar-se com produzir alimento e, que a troca comprava no exterior o fabricado pelas indústrias, muitas vezes a preços altos para os países agrícolas. Desde esta perspectiva muito simples, se pode perceber portanto a desigualdade que foi criada desde o início entre as regiões, por um lado se foi desvalorizando a atividade agrícola rural e por outro se sobrevalorizaram os produtos industriais contribuindo para a troca desigual entre um e outro.

Para o caso português, esta troca desigual está presente a o interno do país, no sul com suas extensões de terra e grandes produções, se caracteriza por monocultivos, trabalho agrícola assalariado, podendo manter a terra pouco cultivada e em alguns casos inculta. No norte, persiste um tipo de cultura atomizada, que subsiste através de pequenas explorações

agrícolas familiares, produzindo alimento e variedade de produtos para comercialização. Claramente permite ver as desigualdades internas do país.

A desigualdade também se vê expressada nos preços dos *inputs* para o trabalho agrícola camponês: os utensílios e máquinas agrícolas, os fertilizantes, os herbicidas e fitossanitários, custos da exploração que não são compensatórios significativamente para o agricultor no momento da colheita, porque o preço do produzido, não chegam para efetivar o pagamento de todas as despesas da produção. Isto para explicar os diferentes níveis de desigualdade dentro do país, que se aprofundam nesta lógica do urbano e rural, dando um sentido grande ao exemplo de países industrializados e países agrícolas (Emmanuel, 1962).

A importância da sociedade rural foi e é fundamental em diversos períodos da história portuguesa, principalmente durante a ditadura de Salazar, época em que o poder temia que o processo de industrialização gerasse um movimento operário forte capaz de ameaçar o regime político e, por isso, apostou no rural para governar em um mundo de paz e ordem. Segundo Baptista, a população que estava vinculada à terra nos anos de 1960 era uma percentagem alta, a maioria das pessoas dedicavam-se à agricultura (Baptista, 1993).

As características territoriais são muito desiguais nas diferentes regiões do país. O sul caracteriza-se pelas grandes produções, concentração da terra em latifúndios, onde até hoje predominam os trabalhadores assalariados agrícolas (Baptista, 1993).

No norte, ao contrário, predomina uma pequena agricultura familiar ou camponesa. No entanto, as famílias rurais, para poderem manter as suas terras e a atividade agrícola, tiveram de combinar a sua condição camponesa com a condição de operário em centros urbanos e industriais próximos ou então de emigrar para o estrangeiro, designadamente para os países do Norte da Europa. A emigração foi uma das opções que as famílias camponesas tiveram que tomar para sobreviver, com o sonho de voltar com recursos para comprar as terras e trabalhar o campo (Hespanha, 1994), sonho esse que ficou relegado a um futuro incerto. Em algumas regiões, aconteceu finalmente que ficaram desligados totalmente da atividade agrícola e com isso assistiu-se a um abandono dos campos entre 1960 e 1970, período em que a população agrícola diminuiu em um terço, ficando as famílias desmembradas (Baptista, 1993).

Neste êxodo das populações camponesas, criaram-se grandes mudanças nos grupos sociais e reconfiguraram-se espaços territoriais. Depois dos anos 60 o país inicia uma fase de desenvolvimento industrial, cresce a oferta de emprego em outras áreas laborais, inicialmente nas regiões mais povoadas localizadas no litoral. Isto contribuiu e incrementou a necessidade de mão-de-obra em outros setores não agrícolas, daí que muitos povoadores começaram a combinar sua atividade agrícola com outra atividade assalariada, dando lugar a um sistema amplo de pluriatividade agrícola (Baptista: 1993:376).

Sobre a questão da racionalidade económica dos camponeses, no caso português, são particularmente notórios os pré-juízos dos decisores políticos acerca da “irracionalidade camponesa”, achando que a pequena produção e a agricultura familiar são sinónimos de atraso e ignorância, invisibilizando assim a lógica de afetação dos recursos próprios das famílias – basicamente terra e trabalho –, ignorando o papel que os produtores agrícolas têm na reprodução da atividade industrial (fornecendo-lhe mão-de-obra e alimentos baratos) e também o seu contributo para a autonomia alimentar do país.

O campesinato gera iniciativas coletivas e modos de entreaajuda que permitem produzir em condições adversas e constituem fonte importante de rendimentos a grupos familiares completos. As formas subtis que o capitalismo utiliza para que esta invisibilidade aconteça, são a razão que seja apercebido pouco ou nada pelas pessoas e grupos sociais, inclusive os mais ativos e participativos socialmente.

Desta maneira cada ano vê-se desaparecer sem grande preocupação grandes extensões de áreas agrícolas produtivas², deixando o agricultor de laborar e cultivar a terra, pequenas explorações agrícolas desempenham um papel muito importante e evidenciam utilizar bem os recursos próprios, respetivamente ao grupo que é complemento utilizado com cultivos diversas para obter o maior proveito do pouco espaço que tem.

Para entender a importância do setor agrícola no modelo de desenvolvimento português e na função de reprodução da mão-de-obra industrial é preciso distinguir os diferentes perfis de pequenos produtores agrícolas diferenciando-os uns dos outros,

² Segundo dados do INE, as explorações agrícolas ocupam metade do território nacional, contudo, nos últimos 10 anos tem-se perdido perto de 112 mil pequenos produtores, com menos de 5 hectares. Recenseamento Agrícola 2011, dados preliminares 15 de dezembro de 2010. www.ine.pt

Tomaremos como referência as categorias que normalmente são objeto de estudos, e aparecem como referências trabalhadas diretamente em muitas bibliografias consultadas.

Dito isto, há que reconhecer que existe uma diversidade de formas de campesinato em Portugal. Quando se fala em pequenos produtores agrícolas familiares estão a ser enfatizados dois traços essenciais do conceito: a pequena dimensão das explorações agrícolas e a natureza familiar do trabalho ou dito de uma forma mais ampla, o enquadramento da atividade da exploração no conjunto da economia da familiar. E este último aspeto é importante porque obriga a analisar as estratégias de afetação dos recursos próprios (trabalho, terra e dinheiro) à luz de uma lógica de sustentabilidade familiar e não separando a economia da exploração agrícola, como se fosse uma atividade independente da economia da família.

Fernando Baptista (1993) classificou os diferentes grupos de pequenas explorações familiares em duas formas diferentes: as agriculturas familiares perfeitas, que na sua designação, eram aqueles grupos de famílias ou de pequenos produtores, que conseguiam viver diretamente da exploração agrícola, ou seja, que o rendimento económico do agregado familiar provinha diretamente da produção agrícola. As agriculturas familiares imperfeitas, eram aqueles grupos familiares que tinham outros rendimentos além para completar o rendimento económico da casa, proveniente de remessas vindas do estrangeiro e trabalhos assalariados principalmente, obtidos fora da exploração agrícola.

Acresce que existem explorações camponesas em que a mão-de-obra provém do agregado familiar e o produzido essencialmente é destinado para o agregado familiar. Mas em outras, a participação do núcleo familiar pode ser parcial e haver recurso a mão-de-obra externa, pequenos assalariados agrícolas que em muitos casos não possuem terra para realizar a atividade do campo. Nestes casos, uma quantidade superior da produção destina-se para a venda e menos para o autoconsumo.

2.3. A integração europeia e a transformação acelerada do campesinato

2.3.1. Breve apresentação da PAC

A Política Agrícola Comum – PAC – está no centro do projeto de construção da Comunidade Económica Europeia – CEE – e manifesta a importância estratégica da produção de alimentos nas economias que querem crescer. É, como se sabe, a única política verdadeiramente Europeia, no sentido em que retirou aos estados membros a competência para deliberar sobre o assunto.

O quadro de partida era o de uma Europa deficitária na maior parte dos produtos alimentares em que existiam os mais diversos sistemas nacionais de apoio para a agricultura. Estabelecida a livre circulação dos produtos no interior do mercado comum europeu e instituído um sistema comunitário de apoio baseado numa política de preços garantidos, a Europa Comunitária criada pelo Tratado de Roma de 1957 tornou-se autossuficiente em produtos agrícolas. Apesar da relativa homogeneidade dos setores produtivos agrícolas dos países então aderentes, a PAC foi responsável pelo aumento da área média das explorações, pela melhoria das técnicas agrícolas mas também pela redução do número de agricultores.

Entre 1973 e 1988 o volume de produção agrícola europeia cresceu a uma taxa média de 2% ao ano, enquanto o consumo interno apenas cresceu a uma taxa de 0,5% o que evidencia uma mudança de situação: a Europa torna-se excedentária em produtos agrícolas e precisa de exportar (contrariando os interesses dos parceiros comerciais, principalmente os EUA) ou de reduzir os níveis de produção à custa da redução dos apoios (o que significava contrariar os interesses de uma boa parte dos eleitorados nacionais).

Acresce que o fomento de um modelo produtivo de elevada intensidade levou a efeitos ambientais muito negativos - contaminação e desgaste dos solos agrícolas, poluição das águas, abuso da intervenção na natureza – o que conduziu a uma desertificação dos terrenos mais afetados pela produção intensiva.

Finalmente, as ajudas aos produtores agrícolas concentraram-se nas explorações maiores e nas mais intensivas gerando desigualdades elevadas entre os produtores (cerca de

4/5 dos fundos da PAC beneficiaram apenas 1/5 das explorações). Em termos de atividades apoiadas, a produção de cereais e de carne e leite de bovinos concentrou as ajudas. As políticas estruturais, sendo muito débeis, não permitiram reduzir significativamente as diferenças entre os agricultores europeus e designadamente entre os do Norte da Europa e os do Sul onde predominavam outras culturas que foram deficientemente apoiadas. Os objetivos do Tratado - “assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, a estabilização dos mercados, assegurar preços razoáveis aos consumidores, tendo em conta a estrutura social da agricultura e as disparidades entre as diversas regiões agrícolas” – não foram cumpridos nesta fase de crescimento elevado dos gastos com a PAC.

A reforma da PAC de 1992 determinou uma redução dos preços de alguns produtos, a criação de um sistema de pagamentos compensatórios como ajuda direta a produtores que reduzissem a produção (estimada em 15% da área objeto de ajudas da PAC) e a introdução de medidas estruturais para proteção do meio ambiente, preservação do espaço natural e diversificação dos usos da terra, nomeadamente florestação e lazer.

Apesar de assegurar o rendimento de muitas pequenas explorações agrícolas, os pagamentos compensatórios foram mal vistos pela opinião pública e pelos próprios agricultores pelo facto de não terem contrapartida, nem o seu montante depender do esforço ou da qualidade do trabalho de cada um.

2.3.2. O regime de transição e o impacto da criação de um espaço agrícola comum

A adesão de Portugal à CEE foi laboriosamente precedida de negociações para que a abertura dos mercados, o derrube da proteção alfandegária e o fim das ajudas nacionais, não prejudicasse dramaticamente os setores mais vulneráveis, ou seja, aqueles em que os custos de produção fossem mais elevados do que os do espaço comum Europeu.

Era o caso da agricultura em que certas produções, como as dos cereais e do leite, tinham custos mais elevados. Esperava-se minimizar os efeitos da adesão principalmente de duas formas: aumentando a competitividade das explorações nesses setores (mecanização, redimensionamento, etc.) e retardando a data da abertura dos mercados para esses setores. No primeiro caso, a CEE disponibilizou fundos financeiros para a modernização das explorações agrícolas – as “ajudas de pré-adesão” e mais tarde medidas de apoio ao

investimento agrícola - “medidas socio-estruturais - e, no segundo, estabelecendo um período de transição para os produtos agrícolas durante o qual ainda vigorariam as proteções alfandegárias à entrada de produtos da CEE. Esse período de transição foi de 5 anos para certos produtos e de 10 para outros.

Os estudos realizados posteriormente revelaram que o efeito destas políticas de transição ficou muito aquém do esperado e, por causa disso, o impacto da liberalização total dos mercados agrícolas foi muito negativo para os produtores portugueses (Avillez, 1992; Hespanha et al, 1998). Acresce que o governo português negociou com Bruxelas uma linha de financiamento volumosa para reconversão da indústria portuguesa aceitando, como contrapartida, antecipar de três anos o fim do período de transição para os produtos agrícolas.

A reforma da PAC e a abertura antecipada dos mercados, vieram inverter os objetivos e a filosofia das políticas de apoio à produção agrícola e, nestas mudanças, “muitos produtores agrícolas e muitas das suas organizações foram apanhados numa reestruturação económica que deixou de fazer sentido e não lhes permitiu mais recuperar da situação de endividamento em que se viram colocados por uma política agressiva de incentivos” (Hespanha et al., 1998:16). A entrada livre de produtos agrícolas dos países membros a preços mais baixos a partir de 1993 foi decerto muito atrativa para os consumidores mas revelou-se desastrosa para os agricultores. O rendimento real dos agricultores ficou reduzido, em média, a metade do que era anteriormente, não havia quem comprasse os seus produtos e o estado português não podia satisfazer as suas reivindicações de proibir a entrada de produtos agrícolas de fora. Os anos de 1993 e 1994 foram anos de grande revolta para os agricultores e multiplicaram-se os conflitos em torno de uma variedade de produtos: leite, cereais, azeite, batata, tomate, laranja, pêra, bovinos, suínos que não conseguiram escoar. Desde então o descontentamento e a revolta continuam a existir por estas e por outras razões: porque não existe um sistema de seguros de colheita capaz, porque o Estado não pressiona Bruxelas para aumentar as ajudas, porque este reage tarde em situações de calamidade, porque negocia mal os programas Europeus, porque desde 1991 desinvestiu na agricultura, porque não protege as pequenas explorações que sofrem maiores dificuldades. Em suma, perante os problemas surgidos com a integração

européia, os agricultores responsabilizam mais os governantes portugueses do que às instituições europeias porque, ao contrário de que acontece em outros países, ele não assume de uma forma intransigente a defesa dos interesses dos seus agricultores.

O resultado é de um setor agrícola em Portugal colocado numa situação preocupante: não há investimento produtivo, o rendimento dos agricultores degrada-se cada vez mais, aumenta o endividamento, abandonam-se explorações agrícolas e o nível de competitividade dos produtos agrícolas mantém-se muito baixo (Hespanha *et. al.* 1998: 255). No caso da agricultura familiar não se tem tido em conta os mecanismos particulares em que ela assenta e, na prática, foram-lhe vedadas as ajudas por não corresponder aos critérios de viabilidade que se estabeleceram para as grandes unidades capitalistas (*ibid.*:257).

Assim, a Política Agrícola Comum, baseada num modelo produtivista, não atende à diversidade das agriculturas praticadas nos distintos Estados Membros e tem conduzido ao abandono e à desertificação das regiões rurais mais desfavorecidas. Muitos pequenos produtores portugueses, perante a enorme dificuldade de manter as suas explorações agrícolas foram levados a abandonar as terras ou, pelo menos, aquelas que se tornou mais difícil cultivar pela sua distância, dimensão, capacidade produtiva ou outra razão. Hespanha *et al.*, 1998).

O estado de abandono é de tal ordem que levou à AR em 2011 a recomendar ao Governo a adoção de medidas de incentivo ao aproveitamento de terras agrícolas abandonadas e a realização de um recenseamento dos prédios rústicos indiciariamente «ao abandono» (Assembleia da República, 2011). No ano seguinte o próprio Governo reconhece a necessidade de medidas para “contribuir decisivamente para a minimização do abandono e despovoamento rurais e dos riscos de incêndio florestal, fitossanitários e de desertificação” (Conselho de Ministros, 2012).

O reconhecimento pelo Governo de que existem diferentes modelos de produção agrícola para além do capitalista-produtivista, que importa apoiar e preservar foi recentemente expresso no seu objetivo de “promover a diversificação da economia rural e o desenvolvimento das competências nas zonas rurais” (Conselho de Ministros, 2012).

2.3.3. A regulação adversa da pequena agricultura familiar pela EU

Um aspeto decisivo do reconhecimento da importância da pequena agricultura familiar é o da necessidade de não a sobrecarregar com regulamentação demasiado exigente, que a pode vir a sufocar. Ele foi surgindo na última década ainda que numa formulação muito tímida em matéria da higiene dos bens alimentares.

Ao nível da UE, as normas que regulam esta matéria – o Regulamento (CE) n.º 852/2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios, e o Regulamento (CE) n.º 853/2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho – não se aplicam “ao fornecimento direto, pelo produtor, de pequenas quantidades de produtos primários ao consumidor final ou a estabelecimentos de comércio retalhista que abasteçam diretamente o consumidor final, nem ao fornecimento direto, pelo produtor, de pequenas quantidades de carne de aves de capoeira (...) abatidas na exploração, ao consumidor final ou a estabelecimentos de comércio retalhista que abasteçam diretamente o consumidor final com esta carne.

Tendo isto em conta, o Governo português decidiu em 2008 que “os locais que configuram instalações amovíveis, temporárias ou usadas essencialmente como habitação privada, nos quais os géneros alimentícios são preparados para venda ao consumidor final de pequenas quantidades não estão obrigados a licenciamento”, mas que deve ser “verificada a sua conformidade do ponto de vista higio-sanitário” (Circular nº5 de 2008, do MADRP). Por esta razão, mantém a obrigação de os produtores rastrearem (controlarem as transferências espaciais de produtos através de guias de transporte), rotularem e registarem previamente ao início da atividade de transformação, para venda ao consumidor final de pequenas quantidades de géneros alimentícios.

Apesar deste reconhecimento de um regime mais leve de controlo das condições sanitárias da transformação para venda de pequenas quantidades de produtos agrícolas, é significativo o elenco de obrigações a cumprir pelo pequeno produtor agrícola como se pode ver no anexo 2 (leis e regulamentações sobre a agricultura de pequena dimensão).

Em matéria de qualidade dos produtos agrícolas e de respeito pelo ambiente, o Governo regula os métodos de proteção da produção agrícola e da produção integrada das

culturas, com vista a promover práticas agrícolas adequadas à salvaguarda daqueles dois objetivos (Decreto -Lei n.º 180/95, de 26 de julho). As obrigações criadas para os agricultores incluem a adesão ao sistema de avisos oficial, a utilização em exclusivo de fitossanitários homologados e o registo dos tratamentos fitossanitários efetuados.

Mais recentemente, o Governo definiu como objetivos da Direção de Serviços Promoção da Atividade Agrícola (MAMAOT, 2012), entre outros: “incentivar a integração da componente ambiental na atividade das explorações agrícolas, assegurando a produção de normativos de boas práticas agrícolas e de modos de produção sustentáveis, a introdução de novas tecnologias e a divulgação do conhecimento, nomeadamente através do sistema de aconselhamento agrícola” (Artigo 3.º, a) e “valorizar a qualidade e promover a diferenciação de produtos agrícolas e agroalimentares, assegurando nomeadamente a coordenação do sistema de controlo e certificação dos modos de produção agrícola e dos produtos agroalimentares qualificados” (Artigo 3.º, e).

No caso particular dos alimentos com características tradicionais, a UE reconhece que para que estes possam continuar a ser produzidos é necessário alguma flexibilidade (Comissão Europeia, 2005). Por «alimentos com características tradicionais» a Comissão entende os alimentos que, nos Estados-Membros onde são fabricados tradicionalmente, são: a) reconhecidos historicamente como produtos tradicionais; ou b) fabricados de acordo com referências técnicas codificadas ou registadas ao processo tradicional, ou de acordo com métodos de produção tradicionais; ou c) protegidos como produtos tradicionais por legislação comunitária, nacional, regional ou local (Artigo 7.º).

Tendo em conta toda esta situação dos pequenos produtores, foi recentemente aprovada uma Resolução da Assembleia da República (2013) que recomenda ao Governo a adoção de medidas que visem a proteção dos produtores e produtos tradicionais, de forma a assegurar a proporcionalidade das exigências normativas da atividade sem pôr em causa as boas práticas de higiene e segurança.

É que a legislação regulamentadora da atividade da produção agrícola responsabiliza pesadamente todos os produtores, independentemente da diferente condição. Refira-se, a propósito, que o Ministério da Agricultura recentemente regulou sobre as responsabilidades

dos produtores em matéria de proteção da cadeia alimentar e a saúde dos consumidores (MAMAOT, 2012) estabelecendo a exigência de pagamento de diversas taxas:

- Pelas atividades de produção, preparação e transformação de produtos de origem animal e alimentos para animais;
- Pela classificação subjetiva das carcaças de suínos;
- Pelos atos relativos aos procedimentos e aos exames laboratoriais e demais atos e serviços prestados pela DGAV;
- Pela recolha, transporte e abate sanitário;
- Pela execução das intervenções sanitárias do Programa Nacional de Saúde Animal

As práticas tradicionais de uso de sementes próprias pelos produtores agrícolas e a troca gratuita de sementes entre produtores constituem um outro tema conflitual que opõe os pequenos produtores à UE. A Comissão tem uma proposta em discussão para tornar obrigatório o registo de toda e qualquer variedade de semente que possa ser trocada e, se ela for aprovada, trará custos e processos administrativos impeditivos para grande maioria dos agricultores que usam sementes próprias.

Finalmente, o regime desfavorável de arrendamento de terras. No domínio do arrendamento rural, o Governo reconhece o desajustamento do regime jurídico estabelecido no quadro da adesão europeia às realidades atuais: “Os regimes atuais, aprovados após a nossa adesão às Comunidades Europeias em 1986, se encontram desajustados face às mudanças significativas ocorridas em Portugal, na sequência das dinâmicas verificadas na estrutura económica e social nacional e da evolução das políticas comunitárias, continuando a caracterizar-se por falta de flexibilidade, excessiva regulamentação e desadequação à realidade do mercado da terra e do desenvolvimento agrícola e florestal” (preâmbulo de MADRP, 2009).

De uma forma sintética e muito incompleta este é o quadro em que têm de operar as pequenas explorações agrícolas familiares, desde que terminou o período de transição (1993) para a integração total da agricultura portuguesa no mercado europeu. Ele está na raiz do mal-estar sentido pelos pequenos produtores agrícolas, já levou muitos destes a abandonar a agricultura ou a mantê-la apenas para consumo doméstico e, apesar do progressivo reconhecimento de que este tipo de agricultura deve ser preservada, as medidas

de apoio parecem ser manifestamente insuficientes. José Reis sumaria bem esses efeitos na seguinte passagem de um seu trabalho (Reis, 2001):

“Hoje, as estatísticas já nos mostram que o número de explorações agrícolas em Portugal já decresceu espetacularmente e já são só cerca de 380 mil, em vez daquele arreliador número de cerca de 800 mil há pouco tempo atrás (somos até o país europeu onde a década de noventa mais saneou as estruturas agrícolas, visto que “desapareceram” 30% das explorações de menos de 5 ha.). A população agrícola familiar é 12% da população residente total, a percentagem da população das famílias com explorações agrícolas é 37% da população rural e esta é 51% da população residente. Só 33% das explorações familiares são fonte exclusiva ou principal do rendimento doméstico. O tempo de trabalho dedicado à exploração e a parte do rendimento que dela é proveniente é, para a larga maioria das famílias, uma parte menor, mas estão longe de ser marginais” (ibid.:12).

CAPÍTULO 3. O MODELO DA ANÁLISE: OBJETIVOS E HIPÓTESES

3.1. Objetivo teórico

O estudo usa os conceitos de campesinato, modos de inserção da agricultura no sistema económico, mudança na sociedade rural e integração europeia como elementos estruturantes do modelo de análise.

A estes conceitos associam-se teorias que discutem as relações entre eles.

- Teorias sobre a delimitação do campesinato e a sua transformação: segue-se a sugestão de T. Shanin (1972) a) sobre a multidimensionalidade do campesinato cujos atributos incluem as dimensões sociais, económicas, culturais e políticas, b) sobre a valorização das perspetivas históricas do campesinato que consideram este como uma realidade em processo e nos permite entender os processos de transformação a que ele fica sujeito (por exemplo, a passagem do campesinato autónomo a um campesinato dependente do mercado e do emprego não agrícola); c) sobre a necessidade de reconhecer que o campesinato, nesse processo está a descaracterizar-se ou a perder os seus atributos básicos (grupos analiticamente marginais, como o campesinato pluriactivo, a proletarização dos camponeses, o pós-campesinato, como muitos autores referem);
- Teorias mais específicas sobre o comportamento económico dos camponeses ou a sua distinta racionalidade económica: exploram-se as contribuições de Chayanov (1976) e Tepicht (1975), a) sobre a natureza não capitalista do comportamento dos camponeses; b) sobre os princípios e as categorias particulares da racionalidade camponesa; c) sobre os feitos agregados de uma economia em que a produção camponesa tenha um peso elevado; d) sobre as razões da competitividade da agricultura familiar camponesa;
- Teorias sobre o processo específico de penetração do capitalismo na agricultura e fatores de especificidade. Parte-se da tradição Marxiana para valorizar as teorias que explicam o atraso na subordinação do setor agrícola à lógica do capital com o sucesso na subordinação dos agricultores à economia de mercado, através da destruição dos mecanismos de autarcia económica dos camponeses que garantam autoprodução dos fatores de produção e a comercialização em mercados de proximidade. As teses sobre a submissão formal do trabalho ao capital (Claude Faure, 1974) são um apoio para a perceção desse processo de

subordinação “invisível” dos camponeses ao capital através do mercado. Igualmente importante é a teoria de Emmanuel (desenvolvida para o caso da agricultura por K. Vergopoulos) sobre a troca desigual entre os vários setores do capital à escala mundial;

- Teorias sobre as mudanças sociais no campesinato e na sociedade rural, designadamente a passagem de uma economia moral camponesa para uma economia de integração mercantil (Popkin, 1979). Segundo o autor e muitos estudos de carácter antropológico realizados por todo o mundo, um fator decisivo da desagregação do campesinato foi a abertura das comunidades fechadas, onde este funciona bem, por pressão do mercado capitalista (por diversas vias: mecanização, fornecimento de fertilizantes e agrotóxicos, crédito agrícola, compra de produtos agrícolas) e a subsequente rutura dos apoios de proteção da comunidade (regras e valores, entreaajuda, patrocínio);
- Finalmente, teorias sobre os impactos da “europeização” na agricultura em resultado da adesão dos países à Comunidade Europeia. Seguiram-se as teses que identificam uma desigualdade notória nos benefícios da adesão para os agricultores dos estados membros, que se manifesta em diferentes domínios: dimensão das explorações, tipo de investimento incentivado, regra de fixação dos preços de garantia, tipo de culturas predominantes. Segundo estas teses os países do sul da Europa, com uma agricultura de tipo mediterrânico e um campesinato estatisticamente volumoso, retiram poucas vantagens ou sofrem mais negativamente os efeitos da PAC.

Assim, o objeto de análise consiste nas mudanças sentidas pelos pequenos agricultores familiares no âmbito de um processo mais vasto de mudança que atinge o campesinato e que resulta da progressiva integração deste na esfera do mercado e que viu-se agravado pela integração económica Europeia.

3.2. Objetivos

Este trabalho tem como fim, pôr em evidência as mudanças que tem ocorrido a nível quotidiano e na relação com a terra das pequenas produções agrícolas, que constituem economias familiares, populares e locais, que não entram na logica de relações estabelecidas de maneira hierárquica e vertical do capitalismo (Hespanha³), grupos que por

³ Hespanha, Pedro. Microempreendedorismo popular e Associativo em Portugal, O sentido das mudanças. Relatório do CES no âmbito do projecto, realizado ao abrigo do programa de cooperação em matéria de

muito tempo foram a maneira como se manteve a sociedade rural, que depois viu-se obrigada a combinar atividade agrícola com atividade na indústria, tornando-o pluriactivo.

Objetivo geral

Evidenciar o problema sobre as formas de dominação e transformação que as pequenas produções agrícolas têm sofrido no seu vínculo com a terra, registradas nos últimos trinta anos, para aprofundar e destacar a forma como o capitalismo global submete a estas pequenas agriculturas através do mercado, beneficiando-se da precariedade que lhes gera, garantindo mão-de-obra barata para o trabalho assalariado.

Objetivos específicos

- (a) Aprofundar o conhecimento sobre os processos de subordinação dos camponeses e pequenos produtores portugueses ao capital por intermédio do mercado (“submissão informal”) para evidenciar o caráter heterogéneo do capitalismo global.
- (b) Analisar de que maneira tem influído as pequenas produções agrícolas a aplicação de diversas leis, acordos e regulamentações na geração de processos de submetimento, marginalização e precarização deste grupo social.
- (c) Explorar dados estatísticos que permitam evidenciar a evolução numérica dos pequenos produtores agrícolas e o abandono paulatino que tem gerado no seu conjunto o processo de adesão à União Europeia e consequentemente a aplicação dos acordos estabelecidos.

3.3. Hipóteses

Hipótese central 1. Partindo da hipótese central de que o campesinato e as restantes formas de pequena produção agrícola em sociedades de capitalismo avançado, sofrem um processo de transformação interna por forças das formas de dominação capitalista que, preservando sua autonomia jurídica, operam sua progressiva subordinação económica ao capital através do mercado dos produtos e dos fatores.

Hipótese secundária 1.1. A venda dos produtos pelos pequenos agricultores encontra obstáculos nos preços baixos que o mercado está disposto a pagar, nos requisitos que este

impõe aos produtos e nas exigências que a regulamentação europeia e nacional fazem à produção, transformação e venda dos produtos.

Hipótese secundária 1.2. A compra de fatores de produção pelos pequenos agricultores no mercado encontra obstáculos no preço elevado por que o mercado está disposto a vender esses fatores, na impossibilidade de os pequenos agricultores autoproduzirem esses fatores e nas exigências que a regulamentação europeia e nacional fazem relativamente a certos desses fatores.

Hipótese central 2. A participação no mercado em condições adversas, força o campesinato e as restantes formas de pequena produção a reduzir a sua participação no mercado e a combinar os rendimentos da sua agricultura com outras fontes de rendimento, designadamente o trabalho fora da exploração agrícola (pluriatividade, emigração) e as pensões de reforma.

Hipótese secundária 2.1. O campesinato e os pequenos produtores agrícolas que conseguem ter êxito no acesso ao mercado em condições adversas beneficiam de recursos extraordinários que não são comuns à grande maioria.

Hipótese secundária 2.2. As formas de cooperação entre pequenos produtores agrícolas e com a comunidade são insuficientes para ultrapassar os obstáculos de mercado mas muito importantes para manter ativa a exploração agrícola.

Hipótese central 3. Em Portugal, este processo de transformação dos camponeses e dos pequenos produtores agrícolas, sendo mais tardio que nos restantes países da Europa, sofreu uma aceleração e intensificação a partir da adesão de Portugal à CEE.

Hipótese secundária 3.1. A regulamentação europeia da atividade agrícola, fundada em razões estritas de organização de mercado, de defesa da saúde e segurança alimentar e da defesa do ambiente, não se adequa às condições da atividade dos pequenos produtores agrícolas e, portanto, limita esta.

Hipótese secundária 3.2. O reconhecimento que hoje se faz, a nível europeu, das particularidades da pequena produção agrícola não se traduz em medidas de exceção e salvaguarda que permitam garantir, de uma forma satisfatória, a sua subsistência,

As formas heterogêneas que o capitalismo adota – pouco claras e amorfas, são parte dos interesses que utiliza para se favorecer de diversas situações – por ele criadas, adotando rostos em função dos momentos, assim, interessa-lhe e traz-lhe benefícios diversas situações como a disponibilidade da mão-de-obra.

O incremento na criação e aplicação de leis, acordos, regulamentações e novas formas de fazer agricultura diminuíram a quantidade de pessoas que participam das pequenas produções agrícolas, principalmente na sua relação com os mercados locais, obrigando-os a produzir unicamente para autoconsumo.

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA

O tema da pequena produção agrícola familiar, será analisado através dum processo metodológico de ordem qualitativo, que servirá para compreender, analisar e descrever as mudanças ou alterações que tem sofrido ao longo destas últimas três décadas. Serão realizadas através de entrevistas semiestruturadas histórias orais das pessoas produtoras (de modalidade situacional), focalizando-nos nas transformações que tiveram estes grupos a partir da integração de Portugal à União Europeia em 1986. Quantitativamente será incluída informação estatística gerada durante os últimos 30 anos, com base nos recenseamentos agrícolas do Instituto Nacional de Estatística – INE (1989, 1999 e 2009) assim como outras fontes de dados disponíveis sobre o tema.

A metodologia é particularmente adequada para a análise da complexidade e da profundidade das situações reais, sobretudo quando está em causa entender processos sociais de mudança, como o da transformação da pequena produção agrícola familiar em Portugal, ou seja, a complexidade do caso de pequena exploração agrícola tem que ser observada detidamente, precisando aprofundar em muita informação contextual e recolher dados minuciosos sobre os processos de mudanças. A utilização de este instrumento justifica-se na diversidade dos perfis analisados, sendo a estrutura aberta da entrevista destinada precisamente a entender – apreender – as principais mudanças e/ou adaptações que esta população realizou durante o período temporal das três décadas.

O estudo de caso é realizado na Aldeia de São Miguel, do Concelho de Penela, na Região Centro de Portugal. Entres as técnicas de pesquisa usadas, incluem-se entrevistas exploratórias a pessoas informantes chave, entrevistas aprofundadas a pequenos produtores segundo o modelo das histórias de vida, observação direta ou participante para perceber as atividades e a vida quotidiana das pessoas e a análise documental relativamente à informação documentada incluindo a informação estatística dos censos de população e dos recenseamentos agrícolas que, sendo exaustivos, permitem um conhecimento muito rigoroso e completo da vida social e agrícola da aldeia. O elemento central do estudo serão as nove entrevistas semiestruturadas realizadas, das quais, duas serão objeto de análise

longitudinal por permitirem entender melhor a sequência e o encadeamento das mudanças, bem como o sentido das tomadas de decisão, em cada uma das duas pessoas.

Numa primeira fase e para estabelecer um acercamento próximo do tema agrícola camponês, foram realizadas entrevistas exploratórias a informantes privilegiados principalmente a camponeses e técnicos agrícolas que trabalhassem no terreno, ligados ou não a instituições estatais ou outras organizações como cooperativas e associações relacionadas à atividade de trabalho com a terra.

Esta fase foi decisiva quer para delinear uma caracterização espaço temporal da aldeia quer para definir e seleccionar com melhor ênfases às pessoas com quem se iria a trabalhar nas entrevistas. Uma síntese da monografia da aldeia será apresentada à frente. Sobre a composição da amostra, foi reconhecido que, dada a complexidade da situação atual da pequena produção agrícola familiar, a amostra deveria ser constituída através de um critério que permitira integrar vários perfis de produtores com características específicas, com base na informação recolhida nas entrevistas exploratórias iniciais.

O critério utilizado teve em conta o processo de diferenciação do campesinato decorrente da sua relação com a economia dominante, permitindo assim diferenciar a situação dos pequenos produtores e de seu maior ou menor afastamento relativamente ao modelo típico camponês.

Os perfis a que chegou-se foram os seguintes: 1) camponeses que produzem e vivem exclusivamente da agricultura; 2) camponeses que cultivam e produzem as terras, que são reformados e recebem uma pensão; 3) camponeses que trabalham a terra mas que combinam a agricultura com outra atividade laboral fora da exploração para ter rentabilidade – agricultores pluriactivos; e 4) agricultores novos rurais, ou seja, pessoas que já tiveram outras ocupações e que vem a dedicar-se à agricultura⁴.

A composição da amostra teve em conta a temporalidade da adesão do país à União Europeia em janeiro de 1986 e, por isso, as pessoas a entrevistar por regra deveriam ser maiores de 55 anos de idade, com a condicionante que tinham de trabalhar na agricultura antes daquela data e atualmente continuar a realizar esta atividade. Só assim se pode

⁴ Esta categoria de novos rurais é uma forma de incluir e analisar o momento atual do campo português.

explorar as mudanças e alterações que esta população sofreu durante este período – antes e depois, de esta maneira responder ao objetivo planteado sobre as transformações na agricultura de pequena dimensão.

Quanto aos novos rurais, considerou-se que este tipo de população integra um número importante e de alguma maneira tem revitalizado os espaços rurais mais despovoados e mostram ter ideias sobre a agricultura e o rural, que privilegiam sua relação com o ambiente e a qualidade de vida e, de este modo se podem considerar dissonantes relativamente ao modelo produtivista que o capitalismo oferece à atividade agrícola.

Os outros critérios a ter em conta na seleção da amostra foram os seguintes: o destino da produção (autoconsumo, venda ou ambos), a transformação ou não dos produtos para consumo e venda (azeite, queijo mel, embutidos, doces, etc.); origem do trabalho utilizado na exploração (do produtor exclusivamente, familiar, assalariado ou por entreajuda), tempo ocupado na exploração pelo produto ou pela família (inteiro, parcial); área de terra cultivada (inferior ou não a 5 hectares).

O tipo de amostra utilizada foi a *intencional* e a modalidade de seleção *bola de neve*, que permitiu ter um melhor acercamento e sobretudo recetividade ao identificar casos de interesse a partir de pessoas que conhecem outros casos similares ao deles.

Em sínteses as técnicas a utilizar, basicamente são de tipo qualitativo

- a. Entrevistas exploratórias: realizadas a pessoas definidas (camponeses e técnicos agrícolas ligadas ao campo), participantes das pequenas feiras ou mercados que se realizam localmente, de maneira que permita fazer descrições sobre as relações dos pequenos produtores com o mercado e comércio local.
- b. Nove entrevistas de tipo semiestruturada de tipo biográfico a pequenos produtores agrícolas para conhecer as mudanças que eles tiveram de realizar na sua atividade e vínculo com a terra, recolhida através de gravações de áudio posteriormente analisadas de forma transversal entre os entrevistados. Foi feita também uma análise longitudinal de dois casos contrastantes, que permitam evidenciar as diferenças de sucesso entre homólogos do mesmo caso.

- c. Análise de dados estatísticos que apórtam elementos de análise principalmente sobre a diminuição do número de pequenas explorações agrícolas e a reconfiguração das práticas agrícolas por força das relações com o mercado, realizadas através de uma análise dos últimos três recenseamentos agrícolas 1989; 1999 e 2009. Três aspetos fundamentais serão objeto de análise: mão-de-obra familiar; rendimentos obtidos do agregado familiar e ajudas ou subsídios recebidos.

O impacto de regulamentação europeia na pequena produção foi analisado através da recolha e análise da informação sobre as políticas de regulamentação das atividades agrícolas, nos domínios da produção e comercialização dos produtos e fatores de produção agrícolas e da sanidade alimentar com impacto na pequena produção agrícola familiar.

Os procedimentos para a análise de conteúdo das entrevistas incluíram as três fases referidas por Bravo (Coutinho, 2011:192): teorização (categorização), seleção (codificação) e análise (redução dos dados), com vista a organizar a quantidade de informação obtida e a interpretar os fenómenos a partir das narrativas dos atores. A interpretação com base numa análise categorial dos transcritos de estas narrativas se procedeu a uma análise transversal para, com base nas similitudes da informação, encontrar padrões de mudança e uma análise longitudinal para analisar o processo de mudança ao longo da trajetória dos entrevistados.

Para o tratamento da informação e a realização da análise de conteúdo foi utilizado o programa de análise de dados em ciências sociais MAXQDA, adequado à análise de dados qualitativos. Por sua vez, a análise de dados estatísticos procurou detetar relações nas mudanças e as transformações na atividade agrícola das pessoas, permitindo assim, relacionar os dados qualitativos e a análise transversal dos mesmos, validando assim ambos elementos – qualitativos e quantitativos. Isto permitiu identificar informação relevante nos dados codificados, que conseqüentemente levará a descrever e compreender melhor o fenómeno do tema da pequena produção familiar.

CAPÍTULO 5. DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente capítulo está organizado em três momentos: o retrato de uma comunidade em mudanças que visa obter uma visão ampla da comunidade trabalhada, o da análise transversal dos dados a partir das categorias e subcategorias definidas para o guião da entrevista e o da análise longitudinal dos dados relativamente apenas a dois dos entrevistados. A análise transversal inclui todos os sujeitos da amostra e procura comparar, em cada uma das categorias, as situações particulares da população entrevistada. A comparação valoriza a proximidade dos casos; a repetição das situações em cada um deles; as diferentes situações contextuais e sua relação com as mudanças havidas na exploração. No segundo momento, a análise longitudinal visa concentrar-se em dois casos que apresentam traços muito distintos na condição atual de pequeno agricultor, para explorar os factores pessoais ou contextuais que contribuíram essa diferença. Os factores pessoais incluem, entre outros, a origem dos pais, o acesso à terra, o nível de escolaridade completado ou de formação obtida, a dimensão e atividade da família, a experiência de emigração ou de trabalho não agrícola. Os factores contextuais incluem, entre outros, o apoio da comunidade, a variação dos mercados de produtos agrícolas e de factores de produção, as políticas agrícolas, os regulamentos e instituições que controlam a atividade de produção alimentar ou os impactos da atividade agrícola no ambiente. Visa-se tornar inteligível o encadeamento de factores próprios e contextuais nas duas trajetórias

Considerações gerais da análise

A análise é feita a partir do guião da entrevista, juntamente com o conteúdo da grelha de análise onde se destacam as respostas dadas às perguntas apresentadas. No percurso do capítulo serão discutidos, dezasseis itens. Para o estudo de caso alargado são expostas nove situações com particularidades específicas, mas considera-se importante alistar algumas anotações a ter em conta para contextualizar a análise: dos sujeitos, sete são homens e duas são mulheres⁵; o espectro etário oscila entre os 60 e os 80 anos, o que evidencia uma população envelhecida; em relação à escolaridade, 2 pessoas frequentaram

⁵ Considerou-se importante incluir mulheres na amostra, porque em diversas situações elas contribuem para o trabalho na pequena exploração agrícola, o que visa mostrar a participação invisibilizada do trabalho desenvolvido por elas à frente de uma pequena produção agrícola, como o caso das aqui apresentadas.

até ao terceiro ano, 5 pessoas até ao quarto ano e, unicamente, duas pessoas andaram na escola até ao décimo segundo ano; das nove pessoas, 7 foram emigrantes (na França e na Suíça), uma tinha o ofício de pedreiro e outra foi operário industrial; relativamente à situação laboral, duas pessoas são ativas – têm trabalho fora da exploração e estão em regime de pluriatividade –, sete são reformados, três deles recebem reformas dos países que os acolheram enquanto emigrantes e reformas da atividade agrícola, um é aposentado da indústria e quatro recebem reforma da atividade agrícola; ainda um ponto mais a considerar, as famílias, em média, têm 3 filhos, de ressaltar que, em dois casos os filhos concluíram um curso superior, cinco dos descendentes concluíram o ensino secundário e, os dois que não concluíram o ensino secundário, viram-se obrigados a emigrar.

Para melhor apreensão da análise dos resultados, quer transversal quer longitudinal, dividiu-se em três momentos: a) a exploração agrícola; b) as mudanças e o tipo de agricultura que fazem; e c) os impactos na agricultura familiar com a adesão de Portugal à União Europeia.

5.1. O retrato de uma comunidade em mudança

A freguesia de São Miguel, escolhida para a realização do estudo, fica situada no concelho de Penela, o qual integra a NUT III “Pinhal Interior Norte”. Dista 30 quilómetros de Coimbra, capital de distrito e da Região Centro; 180 quilómetros de Lisboa, a sul, e 130 quilómetros do Porto, a norte.

Condicionada pela presença de solos calcários, a agricultura apoia-se muito na cultura da vinha na sua zona Noroeste; da oliveira por todo o território; o pinheiro e o eucalipto nas áreas de encosta. Na planície do rio Dueça fazem-se culturas de regadio – milho, batata e legumes e, por todo o lado, as tradicionais culturas de leguminosas secas em terrenos de sequeiro.

Quanto ao peso da população agrícola no conjunto da população ativa da freguesia ele representa 25,2%, enquanto a indústria e o comércio e serviços ocupam 34,6% e 40,1 %, respetivamente (site da freguesia). Dada a predominância do sistema de agricultura a tempo parcial, este valor pode estar subestimado devido ao facto de agricultores que têm outra ocupação se recensearem nessa outra ocupação como atividade principal e não na

agricultura. Como é sabido os Censos só registam a atividade principal declarada pelo inquirido.

5.1.1 A demografia e a atividade da população

A informação ampla que os censos da população oferecem sobre a população das freguesias portuguesas e as suas características está relativamente atualizada e permite-nos enquadrar melhor a amostra de pequenos produtores agrícolas estudados.

A variação da população entre 2001 e 2011 foi negativa – 8,1%, embora menor do que a do concelho mas bastante distante da variação a nível nacional (Tabela 1)

Tabela 1

2001 e 2011 - População residente por local de residência sexo

	2011			2001			Variação 2001/2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%	%	%
Portugal	10562178	5046600	5515578	10356117	5000141	5355976	2,0	0,4	1,5
Continente	10047621	4798798	5248823	9869343	4765444	5103899	1,8	0,3	1,5
Centro	2327755	1111263	1216492	2348397	1131819	1216578	-0,9	-0,9	0,0
Conc. Penela	5983	2841	3142	6594	3197	3397	-9,3	-5,4	-3,9
Cumeeira	1072	503	569	1273	605	668	-15,8	-8,0	-7,8
Espinhhal	775	357	418	895	423	472	-13,4	-7,4	-6,0
Podentes	485	235	250	584	289	295	-17,0	-9,2	-7,7
Rabaçal	291	145	146	339	176	163	-14,2	-9,1	-5,0
Santa Eufémia	1760	813	947	1762	830	932	-0,1	-1,0	0,9
São Miguel	1600	788	812	1741	874	867	-8,1	-4,9	-3,2

Fonte: INE, RGP 2001 e 2011

A informação sobre os meios de vida da população maior de 15 anos mostra que o peso das pessoas reformadas (42,3%) e a carga da família (15,1%) é aparentemente elevada mas ainda assim segue os padrões nacionais e regionais. Os 42% dessa população que vive do trabalho são até o valor mais elevado do concelho.

Tabela 2**População residente com 15 e mais anos de idade (%) por local de residência e principal meio de vida**

	Portugal	Continente	Centro	Conc. Penela	Cumeieira	Espinhhal	Podentes	Rabaçal	Santa Eufémia	São Miguel
Trabalho	48,2	48,2	46,3	39,8	40,6	36,4	42,0	30,8	39,3	42,3
Reforma/ Pensão	27,4	27,6	31,0	40,0	39,2	42,5	39,7	47,9	40,7	37,1
Subsídio de desemprego	3,3	3,3	2,7	2,3	2,7	3,6	1,6	13,8	1,8	1,8
Subs. por acidente de trabalho ou doença profiss.	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,3	0,0
Rendimento social de inserção	1,2	1,2	0,7	0,6	0,9	0,7	0,5	0,4	0,7	0,4
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	0,6	0,6	0,5	0,4	0,0	0,6	0,5	0,4	0,5	0,6
Rendimento da propriedade ou da empresa	0,5	0,5	0,4	0,3	0,0	0,0	0,7	0,0	0,3	0,4
Apoio social	0,4	0,4	0,4	0,3	0,2	0,6	0,0	0,0	0,4	0,2
A cargo da família	15,4	15,2	15,1	13,8	12,4	13,2	13,2	15,2	13,7	15,1
Outro	2,9	2,8	2,7	2,4	3,8	0,1	1,9	1,5	2,3	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, RGP 2011

A experiência de emigração foi marcante em toda a população portuguesa desde os anos 1960 até hoje. A informação do Censo de 2011 ajuda a entender os fluxos de regresso e as proveniências (países de acolhimento). Para a freguesia, foi desagregada a proveniência de dois países da Europa e dos continentes americano e africano.

Verifica-se que a experiência de emigração envolveu uma parte significativa da população e que os regressos nos anos setenta foram predominantemente de África, nos anos oitenta foram predominantemente da Europa e, particularmente, da França e da Alemanha e a partir do ano 2000 eles caem bastante e diversificam-se mais as proveniências.

Tabela 3**Freguesia de São Miguel de Penela 1971-2011 - População residente que residiu no estrangeiro por período contínuo de pelo menos 1 ano, por escalão de ano de chegada a Portugal e proveniência**

	1971-2011	1971 - 1980	1981 – 1990	1991 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011
Total	270	63	54	74	34	40
França	81	12	25	28	11	4
Alemanha	20	3	4	11	1	1
África	62	43	8	5	2	2
América	19	1	6	1	7	2

5.1.2. Alguns indicadores da população agrícola da freguesia

Tal como relativamente à demografia e atividade da população, também a informação estatística sobre a atividade agrícola é relativamente recente. Neste caso os dados do último Recenseamento Agrícola do Continente datam de 2009.

A informação recolhida relativamente à freguesia pode ser comparada com a das outras freguesias do concelho de Penela e também com os níveis concelhio, regional e nacional.

Sobre a questão do regime de posse da terra (a “forma da exploração” na conceitualização estatística) fica claro que na freguesia de São Miguel, tal como nos restantes níveis, a exploração em conta própria é esmagadoramente dominante (94,8%), tendo o arrendamento uma expressão diminuta (3,6%) (vd. tabela 4).

Tabela 4

Número de explorações agrícolas por localização geográfica e forma de exploração superfície agrícola utilizada)

	Total da SAU		Conta própria		Arrendamento		Outras formas	
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	344780	100,0	287010	83,2	33953	9,8	23817	6,9
Continente	311075	100,0	262468	84,4	27706	8,9	20901	6,7
Centro	120096	100,0	101818	84,8	9079	7,6	9199	7,7
Conc. Penela	626	100,0	601	96,0	11	1,8	14	2,2
Cumeeira	161	100,0	161	100,0		0,0		0,0
Espinhhal	15	100,0	14	93,3		0,0	1	6,7
Podentes	94	100,0	87	92,6		0,0	7	7,4
Rabaçal	36	100,0	35	97,2	1	2,8		0,0
Santa Eufémia	126	100,0	120	95,2	3	2,4	3	2,4
São Miguel	194	100,0	184	94,8	7	3,6	3	1,5

Fonte: INE, RGA 2009

Quanto ao envolvimento do produtor no trabalho da exploração, predomina largamente a situação de tempo parcial, havendo apenas 13,6% em 2009 de produtores que trabalhavam a tempo inteiro. A informação disponível não desagrega suficientemente os dados sobre o tempo parcial e não permite nomeadamente juntar as situações de tempo completo com as de trabalho superior a 75% do tempo parcial que constava do questionário do recenseamento. Talvez essa junção permitisse compreender melhor o que os agricultores entrevistados dizem sobre o seu envolvimento elevado no trabalho da exploração.

Significativa é a descida dos valores do tempo completo entre 1999 e 2009: passou de 31,1% em 1999 para 13,6% em 2009. Comparando com os outros níveis a freguesia de São Miguel está bem abaixo da média nacional e ligeiramente acima da média do concelho (vd. tabela 5).

Tabela 5

Proporção de produtores agrícolas singulares por localização geográfica e tempo de atividade agrícola na exploração agrícola*

	2009		1999		1989	
	Tempo completo	Tempo parcial	Tempo completo	Tempo parcial	Tempo completo	Tempo parcial
	%	%	%	%	%	%
Portugal	21.2	78.8	16.4	83.6	20.8	79.1
Continente	21.6	78.4	16.9	83.1	21.8	78.2
Coc, Penela	12.0	88.0	29.2	70.8	21.2	78.8
Cumeeira	1.9	98.1	53.2	46.7	11.9	88.1
Espinhhal	21.4	78.6	2.7	97.3	45.0	55.0
Podentes	15.9	84.1	0.9	99.1	27.5	72.5
Rabaçal	22.9	77.1	47.8	52.2	46.7	53.3
Santa Eufémia	15.8	84.2	18.1	81.9	5.8	94.2
São Miguel	13.6	86.4	31.1	68.9	21.4	78.6

Fonte: INE, RGA 2009, 1999, 1989

*Tempo completo igual a 225 dias ou 1800 horas/ano

Não estão disponíveis os dados do envolvimento no trabalho da exploração dos membros da família que coabitam com o produtor. A Tabela 6 limita-se a dar conta do

número dessa população (em 2009, havia em média 2,25 familiares por cada produtor) e ainda da progressiva diminuição da população familiar das explorações ao longo das três décadas (em 2009 esta população representava 44% da de 1989).

Tabela 6

População agrícola familiar (N.º) por localização geográfica

	2009		1999		1989	
	N.º		N.º		N.º	
Portugal	793169	40,2	1236214	62,6	1974808	100,0
Continente	709928	39,4	1123418	62,4	1799736	100,0
Conc. Penela	1391	38,0	2228	60,8	3664	100,0
Cumeeira	348	48,7	493	69,0	715	100,0
Espinhhal	32	8,7	94	25,5	368	100,0
Podentes	204	46,5	354	80,6	439	100,0
Rabaçal	69	24,0	190	66,0	288	100,0
Santa Eufémia	301	35,0	414	48,1	861	100,0
São Miguel	437	44,0	683	68,8	993	100,0

Fonte: INE, RGA 2009, 1999, 1989

Os dados da tabela 7 sobre os níveis de escolaridade dos produtores agrícolas confirmam a predominância de níveis muito baixos de escolaridade. Dois terços dos produtores têm apenas o ensino básico e, dos restantes, 30% não tem qualquer grau de ensino formal.

Tabela 7

2009 - Proporção de produtores agrícolas singulares (%) por localização geográfica e nível de escolaridade

	Total	Nenhum	Básico	Secundário/Pós-secundário	Superior
Portugal	100	22,1	69,3	4,2	4,4
Continente	100	22,2	69,0	4,2	4,6
Centro	100	22,2	71,0	3,4	3,4
Conc. Penela	100	35,4	60,6	1,7	2,3
Cumeeira	100	37,3	62,1		0,6
Espinhhal	100	21,4	71,4		7,1
Podentes	100	37,5	54,6	2,3	5,7
Rabaçal	100	42,9	57,1		
Santa Eufémia	100	39,2	54,2	3,3	3,3
São Miguel	100	29,9	66,3	2,2	1,6

Fonte: INE, RGA 2009

Em parte isso pode ser um efeito de idade, pois os agricultores chefes de exploração são pessoas particularmente idosas. Pela tabela 8 fica-se a saber que na freguesia de São Miguel de Penela metade dos produtores tinham 65 ou mais anos em 2009 e que esse envelhecimento dos produtores se tem vindo a agravar, pelo menos desde 1989, ano em que eles representavam apenas 28% dos produtores.

Tabela 8

Produtores agrícolas singulares com 65 e mais anos de idade (N.º e %) por localização geográfica

	2009			1999			1989		
	Nº Total	Nº ≥65	%	Nº Total	Nº ≥65	%	Nº Total	Nº ≥65	%
Portugal	303867	141917	46,7	412612	154598	37,5	594418	170864	28,7
Continente	276776	133172	48,1	378880	143825	38,0	546658	156786	28,7
Centro	82888	42155	50,9	127473	48934	38,4	185144	53695	29,0
Conc. Penela	602	337	56,0	758	288	38,0	1161	335	28,9
Cumeeira	161	91	56,5	169	62	36,7	210	56	26,7
Espinhhal	14	6	42,9	37	12	32,4	120	35	29,2
Podentes	88	57	64,8	116	45	38,8	148	41	27,7
Rabaçal	35	16	45,7	67	41	61,2	86	27	31,4
Santa Eufémia	120	75	62,5	134	48	35,8	275	86	31,3
São Miguel	184	92	50,0	235	80	34,0	322	90	28,0

Fonte: INE, RGA 2009, 1999, 1989

5.2. Mudanças vividas

Nesta primeira apresentação, pretende-se conhecer os perfis dos entrevistados e das suas explorações, identificar os problemas comuns e as suas causas e observar as estratégias de superação tendo em conta os recursos materiais e simbólicos de cada sujeito. O principal interesse deste exercício é encontrar padrões de resposta às mudanças e relacioná-los com as particularidades dos sujeitos e as características da exploração, possibilitando assim uma avaliação geral sobre as mudanças e transformações que sofreram as pequenas produções agrícolas familiares depois da adesão europeia.

5.2.1. A exploração agrícola

Constitui a primeira das três partes que compõem os momentos da entrevista. O nosso interesse é caracterizar de maneira breve as explorações agrícolas dos entrevistados, aprofundando os seguintes aspetos: a duração de tempo que as pessoas que estão à frente da exploração (o produtor, na terminologia estatística oficial) já têm na agricultura; o regime de propriedade da terra que cultiva; o tipo da mão-de-obra que trabalha na exploração; o tempo de trabalho na exploração agrícola; e finalmente o principal destino dos produtos agrícolas ou pecuários obtidos da exploração.

5.2.1.1 *Início e duração do trabalho na exploração*

Em relação à sua ligação com a agricultura, as nove pessoas referiram ter trabalhado na agricultura desde a infância embora em explorações dos pais. O início da sua atividade dá-se mais tarde, depois de terem casado e, em média, têm hoje cerca de quarenta anos de atividade nas suas próprias explorações. Alguns – sete em 9 – tiveram de emigrar para conseguirem melhores oportunidades trabalho, a maioria em regime sazonal (no tempo das colheitas). Com um sucesso limitado, eles continuaram com a sua pequena exploração na aldeia. O tempo à frente na exploração denota também o facto de todos eles estarem numa fase do seu ciclo de vida bastante avançada. Duas pessoas ainda são ativas – em regime de pluriatividade – combinando o trabalho fora com o trabalho na exploração agrícola, mas sete delas estão reformadas e recebem pensão (em três casos vindas da França, noutros três obtidas da segurança social para rurais e uma recebe pensão do regime geral).

Este panorama permite sublinhar alguns aspetos. Um primeiro é a longa presença no trabalho agrícola por parte de todos os sujeitos, o que evidencia não só um vínculo forte com a terra no percurso da sua vida como também uma percepção clara do que tem sido a agricultura e as mudanças por que passou. Um segundo é o facto de as pessoas do campo, nomeadamente os agricultores que tiveram uma experiência de emigração nos países do norte, principalmente a França, nunca abandonaram a sua pequena exploração. Um terceiro é que, devido ao tempo que eles fazem agricultura, existe um conhecimento próximo das mudanças que esta tem sofrido nos últimos trinta anos, principalmente com a entrada de Portugal na União Europeia.

5.2.1.2. *O regime de propriedade da terra*

Procurou-se conhecer a situação do camponês em relação à posse da terra que cultiva, explorando a origem da propriedade, ou seja, se ela foi herdada, comprada, cedida gratuitamente ou arrendada.

Em relação à situação da terra – propriedade, todos os sujeitos referiram ter herdado dos pais e/ou dos sogros. Em todas as entrevistas foi referido que compraram terra, sendo que, das nove pessoas, sete referiram ter herdado maior quantidade de terra do que a adquirida. Apenas dois dos entrevistados referem ter comprado mais terras do que as que herdaram. No que concerne à proveniência do dinheiro para a compra da terra, seis afirmaram ter comprado com rendimentos da emigração, dois compraram com dinheiro no trabalho assalariado noutra atividade e uma refere ter comprado com rendimentos da agricultura. Isto, evidencia dois factos, os poucos rendimentos obtidos da agricultura e a importância que a emigração teve para o camponês ter acesso à terra.

A situação relativa à posse da terra, torna-se relevante porque as pessoas que compraram mais terra do que aquela que herdaram, referiram que o objetivo era ter uma exploração maior, obter sustentabilidade e rendimentos, mantendo o sonho de ser o dono e de não depender da vontade do patrão, que historicamente eram os senhores da terra (Hespanha, 1994). Nesta amostra, apenas um dos sujeitos materializou, embora parcialmente, esse sonho e fê-lo graças à implementação de modelos de mecanização trazidos da sua longa experiência – vinte anos – como emigrante.

De entre as variáveis em relação à posse da terra, a possibilidade de trabalhar terrenos cedidos por outrem, dois entrevistados referiram ter terras cedidas, salientando que não têm nenhuma obrigação – renda –, mas oferecem ao proprietário uma ínfima parte da produção obtida. Estas terras cedidas são terrenos que deixaram de ser cultivados pelos proprietários, por considerarem pouco rentável continuar a fazer agricultura.

O conjunto dos sujeitos, efetuaram algumas observações relativamente às propriedades, designadamente as dificuldades que decorrem da localização dispersa das parcelas, o que diminui a eficiência do trabalho – aumento das horas de trabalho – e a baixa rentabilidade da mecanização.

Na perspetiva anteriormente apresentada, relativamente à propriedade da terra, evidencia-se a forma continuada de fazer agricultura, ou seja, a prática em função da disponibilidade resultante da herança geracional, o que constitui uma forte característica da sociedade rural e das populações camponesas.

De forma muito clara, denota-se que houve interesse em possuir terra, situação demonstrada com a afetação dos rendimentos na compra de terra e que foram as pessoas que emigraram as que tiveram maior sucesso, pelo que atualmente são as que possuem mais terras. Contudo, a área cultivada é muito inferior à quantidade de terra possuída, isto é, o sonho de possuir terra e ter uma exploração maior para obter mais rendimentos da agricultura, não é hoje uma realidade visível, um exemplo claro é a situação das duas pessoas que têm mais de 25 hectares e que, com alguma dificuldade, cultivam uma quinta parte do que possuem. Em contraposição ao dito anteriormente, e muito embora todos partilhem do discurso referente à baixa rentabilidade, principalmente pelos custos elevados dos fatores de produção não compensados pelos preços de escoamento dos produtos, há duas pessoas que trabalham terras cedidas.

5.2.1.3. Participação e o tipo de mão-de-obra que trabalha na pequena produção

Na componente do trabalho, no contexto da pequena produção, explora-se a participação do agregado familiar, procurando tornar visível o tempo investido na atividade agrícola pelos seus membros. Assim, procuramos ainda identificar e quantificar as outras fontes de fornecimento de mão-de-obra, como os laços de entreajuda ou troca de trabalho, principalmente de familiares, vizinhos e amigos. Por último, pretende-se conhecer a participação de terceiras pessoas – assalariadas – e quais as relações de contratualização.

Em todos os relatos a pessoa que assume a exploração agrícola é a que mais trabalha a terra e com maior regularidade o trabalho agrícola é atribuído aos homens, mas também ficou manifesto o contributo muito significativo das mulheres, são elas que são responsáveis pelos animais (rebanho e outros) e pela transformação dos produtos. A estas tarefas acresce uma parte invisível do trabalho efetuado no campo. O trabalho doméstico é uma das principais atribuições, razão determinante para a não participação no agrícola.

Em todos os casos foi assumido a existência de máquinas para a realização dos trabalhos mais pesados, principalmente tratores e alfaias. A automatização, resultante da aposta na infraestruturização da exploração em complemento à mecanização, só foi evidente numa das explorações, o que atesta a importância e a dependência da mão-de-obra nas explorações de pequena produção.

A contribuição e participação dos filhos nos trabalhos agrícolas são residuais e em situações específicas. Este cenário decorre das opções de vida – empregos não compatíveis – e da distância a que vivem em relação à exploração agrícola – uns estão emigrados e os que residem em Portugal estão a distâncias não comportáveis com a constância dos trabalhos agrícolas. Só numa das situações foi explícita a participação dos filhos nos trabalhos da exploração. Em todos os casos é o casal que assegura o trabalho da exploração.

Foram identificadas formas de entreajuda, embora muito menos presente que noutros tempos. Nos casos em que foi referida a sua existência, ficou claro a sazonalidade – nas vindimas e na apanha da azeitona – e que envolve vizinhos e amigos mais próximos do grupo familiar. Atualmente este facto é pouco presente, mesmo no período das colheitas.

Em relação ao recurso à mão-de-obra assalariada, só em um caso foi afirmado que contratava trabalhadores agrícolas e que o faziam em menos de 25 dias por ano. As implicações legais inerentes à contratação – segurança social e seguros de acidentes de trabalho – são apontadas como justificação para a reduzida adesão a esta forma de incrementar a mão-de-obra agrícola nestas explorações.

5.2.1.4. Dias por ano que labora na exploração agrícola

O total das pessoas participantes do estudo de caso, referem trabalhar todos os dias do ano, inclusive nos feriados e fins de semana, sendo que três deles referiram que ao domingo reduzem o tempo para a atividade, dando prioridade a situações particulares e familiares. Segundo a totalidade dos entrevistados, a inexistência de locais para a venda dos produtos – feiras – implica que tenham de trabalhar todos os dias. As duas pessoas que exercem a pluriatividade – trabalho agrícola e um outro emprego – têm horários que lhes permite desenvolver todo o trabalho agrícola.

Este estudo contraria o definido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que atribui ao trabalho agrícola a tempo inteiro a duração de 225 dias por ano, ora o referido pelos entrevistados é que trabalham 365 dias na exploração. Os factos seguintes sustentam esta contradição: o trabalho direto na terra e o cultivo de diversos produtos – policulturas – para obter diversidade de proveitos; a criação de animais – ovelhas, cabras e animais de pátio; a transformação de produtos – queijos, enchidos, vinho e azeite, etc. entre muitas outras atividades da vida quotidiana dos pequenos produtores agrícolas. Duas pessoas mencionam que trabalham “*todos os dias de sol a sol*” e ainda, por vezes, de noite aquando das colheitas.

A faixa etária dos entrevistados, superior a 60 anos, acrescenta, à penosidade das tarefas, as doenças e a menor capacidade física, o que justifica a referência à redução do volume de trabalho, mas não do número de dias.

5.2.1.5. Principal destino dos produtos obtidos da terra

A maioria da produção, seis dos entrevistados referem-no, destina-se ao consumo dentro do agregado – autoconsumo – e para oferecer aos filhos. Os restantes três indivíduos, referiram que têm como objetivo a venda dos produtos (favas, tremoços, milho, trigo, vinho e azeite).

No primeiro grupo, cuja produção tem como destino autoconsumo, há dois aspetos a realçar: com a saída dos filhos reduziu-se a força laboral da exploração, tendo como consequência a quebra da produção; com a diminuição do número de elementos do agregado, reduziu o consumo e o destino dos produtos, principalmente grãos, que passaram a ser utilizados na alimentação dos animais e substituído a compra de farinhas e rações.

O segundo grupo, cujo principal destino dos produtos é a venda, evidencia alterações substanciais como: o desaparecimento das feiras e dos mercados para venda dos produtos, a ausência de compradores intermediários, a baixa procura de alguns produtos e as limitações decorrentes do quadro legal que aumentou a dificuldade para continuar a ter como principal destino a venda. Por último, a restrição invocada de forma recorrente e atribuída à conjuntura atual, foi o “registro que os produtores têm de fazer nas finanças”.

“Então eu andava e trabalhava a vontade, mas agora não, o que eles estão a dizer... Eu estou a pensar inscrever, mas com esta idade agora vou arranjar um contabilista e inscrever nas finanças, com 70 anos, para que? Amanho ou outro dia se um de nós ficara doente, isto fecha para logo, estar-me a inscrever lá para quê? Os da camara já me disseram que ia lá me inscrever mas eu não quero, eu até nem me importava mas se soubesse que ainda durava mais de 4 a 5 anos mas não sei, não sei”.

Em síntese, estas pequenas explorações agrícolas evidenciam a perspetiva de subsistência à que estão submetidas e o contributo que as produções têm para as famílias, principalmente como complemento dos rendimentos, mas também como consequência das dificuldades existentes para escoar os produtos.

5.2.2. As mudanças nas culturas agrícolas das pequenas explorações agrícolas

Da análise às principais mudanças operadas nas culturas agrícolas, no quadro das pequenas explorações e no contexto da entrada do país na União Europeia, pretendemos perceber se na origem dessas alterações verificadas estão as próprias culturas, os rendimentos obtidos, sobretudo nos custos da produção e no preço da venda, ou se, pelo contrário, estas foram provocadas por outros fatores como o preço de mercado, os aspetos de ordem regulamentar, a política na sua perspetiva macro, etc.

5.2.2.1. Principais mudanças na exploração

As mudanças nas pequenas explorações têm diferentes âmbitos, da substituição da força de tração animal pela mecanização que trouxe consigo a diminuição do tempo de trabalho nas terras, a redução do número de pessoal para uma determinada atividade e, a consequente, dispensa de mão-de-obra. A introdução da mecanização, com a qual os pequenos produtores esperavam aumentar a rentabilidade das explorações, não atingiu os resultados esperados, dos nove casos, todos referiram possuir máquinas e tratores com poucas horas de trabalho. A justificação para esta pouca utilização residem na estrutura fundiária – minifúndio – e na dispersão das terras, o que implica mais tempo nas

deslocações do assento de lavoura às parcelas e entre estas, bem como na preparação das alfaias, do que o tempo em utilização.

O abandono das terras e a conseqüente diminuição da área cultivada por exploração, resultado da emigração de proprietários, da deslocalização dos filhos – para estudar ou para trabalhar –, do envelhecimento da população, do crescente custo dos fatores de produção e das dificuldades na venda dos produtos, é uma realidade não verbalizada diretamente pelos entrevistados, mas que percorre todo o discurso em tom de lamento.

Nos casos em que a produção se destinava na sua maioria ao mercado, os produtores colocam o enfoque nas limitações impostas pelo quadro legal, como sejam a documentação para o transporte – “guias de transporte” – cuja obtenção carece do registo nas finanças, a emissão de fatura e a contabilidade organizada – contratar um contabilista – e cujo incumprimento implica a penalização pelas autoridades de controlo e fiscalização e a redução dos pontos de venda – feiras. Estas regulamentações, para além de contrariarem uma lógica de organização típica do camponês, tida aos olhos de outros setores económicos e sociais como desorganização, aumenta os custos de produção.

Estas mudanças não foram sequenciais, mas têm verdadeiramente um efeito dominó na estrutura e forma como os camponeses entendem a lógica da pequena exploração agrícola.

Tendo como referência o período que se estende desde a pré-adesão à União Europeia até ao momento atual e quando abordamos as alterações ao quadro das culturas praticadas, a maioria dos entrevistados (7) referem manter as principais culturas, como o olival (azeite), a vinha (vinho), as batatas e as hortícolas. As principais alterações registaram-se em culturas cujo peso específico dentro das produções destas explorações já era menor, entre as quais se destacam o trigo, o milho, a fava, o tremçoço e a criação de animais (ovelhas, cabras, porcos, leitões e bovinos).

O conjunto destes pequenos agricultores interpreta, de forma unanime, como negativo as alterações operadas, que lhe determina mudanças na estrutura e no quotidiano da exploração agrícola e cujos efeitos cumulativos o empurram para a redução da área cultivada e, no limite, para o abandono.

5.2.2.2. Principais rendimentos da exploração

Nos agregados familiares camponeses atribui-se grande importância aos rendimentos da agricultura, no entanto, em 7 casos foi referido que os principais rendimentos vêm de outras fontes, designadamente das pensões. E nos outros dois, o rendimento provém do salário de outra atividade.

Todos os entrevistados ressaltaram que a atividade agrícola não tem tradução económica. Contudo, elegeram os produtos hortícolas como a principal fonte de alimentos, a que se segue os frutícolas e os animais – carne, leite, queijo, ovos, etc. o que representa um importante complemento e a segurança alimentar do grupo, aqui entendido como a família alargada. Em sete dos casos foi afirmado que distribuíam produtos pelos filhos, que não trabalham a terra, mas que consomem o que dela se produz.

O mesmo número de entrevistados (7) atribui ao produto da venda do azeite a principal fonte de rendimento da exploração; contudo, com a manutenção do preço, ao longo dos últimos 15 anos e, o aumento dos custos de produção, com especial destaque para os encargos com a utilização do lagar. No passado, este trabalho (utilização) era pago em espécie – maquia⁶ – e atualmente é pago em dinheiro, situação que tem vindo a alterar a lógica do camponês obrigando-o a despende de dinheiro.

Neste mesmo raciocínio, 5 pessoas coincidem na análise que, no passado, a agricultura requeria menores custos de produção, sustentando esta leitura com a referência ao sistema agrícola mais fechado, onde os resíduos (sobras da venda e da alimentação do agregado familiar) das colheitas alimentavam os animais, os matos faziam as camas do gado e posteriormente fertilizavam os solos.

O vinho é um dos produtos que, segundo os entrevistados, ainda lhe permite obter rendimento; mas eles também referem que o rendimento poderia ser maior, se lhes fosse possível vender à garrafa e se não ficassem condicionados a vender a granel.

No que concerne à cultura da batata, muito usual entre estes produtores, é praticada com dois objetivos, responder às necessidades da família alargada e assegurar rendimento

⁶ Segundo as narrações, o trabalho do azeite no lagar era pago em espécie, calculado em cântaros que tinham cerca de 10 litros, sendo que a cada dez, um ficava para o proprietário do lagar.

através da venda. Os cinco produtores que afirmaram vender parte da sua produção, também referiram que o mercado da batata é muito irregular e fortemente influenciado pela colheita.

A aldeia localiza-se numa sub-região com fortes tradições no campo da pastorícia e da produção de queijo; contudo, apenas um dos entrevistados aponta a venda de queijo como fonte de rendimento. O facto de ser o único produtor com a queijaria licenciada, de acordo com os normativos nacionais, sustenta esta exclusividade.

Existem outros dois agricultores que referem o fabrico e a venda de queijo, embora o façam à margem dos regulamentos. Os restantes produtores (6) declararam que transformam o leite produzido pelos seus animais, mas só para autoconsumo e que deixaram de produzir para o mercado após a imposição legal que os obrigava a ter uma unidade produtiva licenciada.

Na lista de constrangimentos que geraram mudanças nas pequenas explorações agrícolas, e que aparece referenciado em 6 dos 9 casos, é o investimento necessário para responder aos novos padrões de produção e às exigências regulamentares. Os agricultores reagem a esta realidade com uma atitude que poderemos rotular de defensiva, reduzem as áreas cultivadas e, conseqüentemente, diminuem a produção gerada.

5.2.2.3. O que influencia as mudanças nas culturas agrícolas

Referencia-se em todos os casos (9) a crescente dificuldade em vender os produtos. Com o fim dos mercados e das feiras locais esta situação agravou-se ainda mais, influenciando e tendo grande impacto nos rendimentos dos pequenos produtores. Além dos espaços de venda, a queda na procura de alguns produtos é outro dos fatores que contribuiu para a realidade descrita. É referido que deixaram de existir os comerciantes – intermediários – que percorriam a aldeia para comprar animais (principalmente os suínos e os bovinos) e o milho, as favas e o trigo. A maioria (6) dos casos atribui à entrada dos produtos provenientes de outros países a razão para a não venda dos seus produtos, sobretudo, porque consideram estar em desvantagem, designadamente pela menor produtividade das suas terras e pela estrutura fundiária – minifúndio disperso. Estas duas circunstâncias impossibilita-os de produzir numa escala maior e desta forma não podem

obter a maximização do produto da exploração, situação que não mudou com a disponibilidade de máquinas.

Em dois casos da amostra, foi referenciado o custo acrescido, nos *inputs* da exploração, da opção por variedades híbridas de sementes que têm de ser adquiridas anualmente, para além de se tratar de uma alteração às práticas agrícolas tradicionais. Uma situação que foi motivada pela pressão para aumentar a rentabilidade dos cultivos na exploração.

Uma das principais condicionantes da atividade e recorrentemente apontada é a existência de espaços para venda dos produtos, situação que foi colocada em 8 dos 9 casos. A ideia que “*a agricultura ainda tinha pernas para andar...*”⁷ caso existissem pontos de venda evidencia a relevância deste aspeto, mas, talvez mais importante, retrata o interesse dos pequenos produtores em continuar a fazer agricultura, mantendo presente a perspectiva de obter rendimento da exploração agrícola.

Uma parte significativa dos entrevistados (6) atribui a redução da área cultivada à emigração – para os centros urbanos e para o estrangeiro – de grande parte da população da aldeia, o que acarretou constrangimentos na disponibilidade e no preço da mão-de-obra agrícola, refletindo-se diretamente nos custos de produção e no preço de venda.

Na análise das condicionantes inerentes aos próprios agricultores, o fator idade e capacidade ou aptidão física para o trabalho são apontados em 5 casos como determinantes nas alterações verificadas nas suas explorações, designadamente no abandono ou diminuição da área cultivada. A saúde, associada à penosidade que caracteriza todo o trabalho agrícola, sobretudo aquele que se sustenta na força braçal e com reduzida taxa de mecanização, é, em 4 casos, a justificação para as alterações de fundo nas produções agrícolas e, conseqüentemente, ditam a necessidade dos camponeses comprarem o que outrora produziam.

Três dos entrevistados neste estudo trabalham e têm participado até hoje na venda de produtos agrícolas nas feiras e mercados locais, mesmo superando as exigências de

⁷ Entrevista 8, o senhor David. Campo 10, em relação ao preço dos fatores de produção e o fim das feiras e mercados locais.

registo nas finanças do que produzem na terra, de guias para o transporte do produto (sem elas é difícil deslocar os artigos). Porém, perante as alterações em relação ao cadastro nas finanças, a obrigatoriedade na impressão de faturas – a entrega ao consumidor –, o pagamento a um contabilista para o manejo das movimentações da venda dos produtos na pequena exploração, é vista com preocupação e avaliada como mais um forte constrangimento para as pequenas explorações.

5.2.2.4. *A atividade pecuária nas explorações agrícolas*

As características das pequenas explorações agrícolas são muito diversas como foi salientado na introdução teórica, a criação reforça essa diversidade, pelas espécies e raças exploradas, pelos fins a que se destinam e pelos regimes em que são criados. Tendo em consideração as explorações objeto de estudo, podemos referir que:

- As ovelhas e as cabras visam a produção de leite para o fabrico do queijo e a venda das crias.
- Os animais de pátio – galinhas, patos, coelhos... – destinam-se ao autoconsumo.

Atualmente, em todos os casos, são explorados várias espécies e raças, sujeitos a diferentes regimes e com diversos fins – venda, autoconsumo e produção de matéria-prima para a transformação. A relação direta entre a produção animal e o mercado não está presente em todos os casos: 7 deles relatam que no passado tinham o dobro ou mais animais que atualmente. A justificação para estas alterações prende-se com a proibição do abate de animais em casa e com o ter passado a ser necessário recorrer a matadouros licenciados, o que acarreta despesas com o transporte e com o abate.

Dos casos narrados, 5 deles referiram que, no passado, os principais rendimentos provinham da criação de venda de animais nas feiras e mercados locais (2 criavam e vendiam cabritos, leitões e borregos; 3 tinham leitões, cabritos e borregos).

Pelos relatos efetuados, todo o ciclo de produção se desenvolvia na exploração, desde a reprodução até ao abate, ainda que pudesse existir a opção por desenvolver apenas parte deste ciclo ou vender (por vezes trocar) em fases anteriores ao abate.

Esta situação alterou-se de forma gradual, podendo-se dizer que foi ao ritmo com que eram determinados os encerramentos das feiras de gado, fixadas as regras para o transporte, introduzidas as exigências ao nível das próprias explorações, etc.

Dois agricultores que tinham vacas leiteiras invocaram o encerramento do posto de recolha de leite na aldeia, há perto de 15 anos, para justificar o abandono deste tipo de produção. Esta situação traduziu-se na não entrada mensal do rendimento do leite – pago pela empresa à qual vendiam o leite – e deixaram de contar com o produto da venda dos vitelos o que significou uma queda nos rendimentos da família.

O regime de exploração e os pressupostos em que era alicerçado foi alterado, conforme o afirmaram quatro dos agricultores. Estas alterações foram implementadas numa lógica de adequação às restantes mudanças, designadamente a subida dos preços das rações, descida dos preços de venda dos produtos da exploração, o que levou os agricultores a reduzir na compra de rações e a moer o milho e os cereais produzidos para alimentar os animais.

No cenário atual destas explorações, conforme foi informado por sete agricultores, as ovelhas e as cabras destinam-se à produção de leite para a transformação em queijo.

Os cabritos e dos leitões, no caso de duas explorações, são vendidos localmente, aos vizinhos, mas a preços baixos, num contexto em que os preços de produção subiram, o que tem determinado a opção pela produção exclusiva para o autoconsumo.

A criação de animais de pátio – galinhas, patos e coelhos – é uma atividade presente na totalidade dos entrevistados, sendo que a maioria (7) salientou que antigamente criava e vendia estes animais nas feiras e mercados locais.

5.2.2.5. Custos de produção e preço de venda antes da adesão europeia

A longa relação dos entrevistados com a agricultura é uma garantia da qualidade do conteúdo das entrevistas, o que possibilitará evidenciar alguns factos inerentes à pequena produção agrícola, principalmente na análise do “antes” e do “agora”, marcado pela entrada de Portugal na União Europeia.

Em oito dos nove casos, foi ressaltada a deterioração da atividade agrícola e, por inerência, da sua situação referenciando que a subida dos preços dos fatores de produção foi uma mudança fortemente sentida após a entrada do país na União Europeia. Além desta subida no preço dos fatores de produção, os entrevistados referem que o preço de venda dos produtos é baixo, o que levou muitos a abandonar a sua produção. Neste sentido, os agricultores têm considerado que um dos principais contributos que o Estados lhes poderia dar era baixar os preços dos fatores de produção.

Quando questionados sobre a trajetória da agricultura, três dos nove sujeitos não souberam responder à pergunta, referindo que há varias justificações que contribuem para esta situação. Mas têm dificuldade em identificar e em estabelecer uma ordem de importância relativamente aos baixos salários e reformas, ao aumento do preço dos produtos básicos; a idade e as doenças dos pequenos agricultores e a ausência de mão-de-obra jovem para a exploração; o facto das pessoas preferirem comprar os seus produtos no supermercado. Assim, concluem que depois da entrada do país para a União Europeia, a pequena agricultura apenas tem lógica numa perspectiva de autoconsumo.

Em sete dos relatos recolhidos foi colocado o enfoque em situações similares relativamente às mudanças nos custos de produção *versus* venda dos produtos, sendo que todos convergiram que com a adesão os preços caíram, baixou a procura de produtos (sobretudo no comércio de proximidade – aldeia) e acabaram as feiras e mercados locais. Ainda nesta linha de argumentação, os regulamentos legais e a tributação fiscal, acarretam despesas e o sentimento de menor liberdade, sentindo-se obrigados a transgredir para “continuar a fazer aquilo que faziam”.

Segundo cinco dos nove pequenos produtores, as barreiras colocadas ao transporte e à venda dos produtos são um obstáculo inultrapassável para a pequena agricultura e representam a face mais visível da entrada na UE, o que se traduz num sentimento de desilusão.

Nas narrativas da totalidade destes produtores está presente a perspectiva consciente de que a agricultura é uma atividade precária, mas, três dos entrevistados, consideram que quem tinha terras e fazia agricultura no período pré-adesão obtinha rendimento.

No que concerne à mecanização e aos impactos que produziu na atividade, existe unanimidade relativamente à facilitação e à redução da penosidade do trabalho, mas que não foi suficiente para tornar rentável e sustentável a atividade agrícola. Na sua maioria estão conscientes da incerteza que paira sobre a atividade e das dificuldades que lhe estão inerentes, mas persistem em manter a sua exploração.

5.2.2.6. *Motivações e satisfação do camponês*

Em todos os casos, foi explícito o gosto e a satisfação pela atividade, assumindo que a agricultura faz parte do seu quotidiano e da sua vida. Este sentimento está carregado de interpretações diferentes de caso para caso, porque só sabem fazer, porque tem os recursos – terras e máquinas –, pela qualidade dos produtos para a sua alimentação, porque a idade não permite trabalhar noutra atividade, sente-se livre por ser proprietário, para ter alimentos e não comprar nada, porque ter uma ocupação contribui para a saúde e para viverem melhor, porque é uma forma de passar o tempo); estes são os “porquês” de fazerem agricultura, mas, verdadeiramente, todos pretendem obter maiores rendimentos. E assumem que, no passado, tinham mais satisfação “porque valia a pena e agora trabalha da mesma maneira e ganha menos”. O grau de mecanização não se traduz numa maior ou menor satisfação, dos relatos recolhidos extraímos uma certa indiferença ou irrelevância deste fator.

Ainda na análise da satisfação que existe na atividade, seis dos entrevistados referenciam a continuidade das suas situações – muito trabalho e os mesmos rendimentos – o que evidencia a pretensão de aumentar a dimensão da exploração e de torná-la rentável – aquisição de terras e a mecanização. As condicionantes que vimos a elencar ao longo desta análise alteraram as expectativas e as apostas.

Em sete casos foi assumido a determinação em continuar a atividade, porque consideram ter um compromisso de não abandonar as terras e, também, porque na sua ausência a terra ficará inculta. A importância dos alimentos produzidos para a alimentação do agregado familiar e o complemento de rendimento são dois pontos invocados por cinco pequenos agricultores. Dizem-se descrentes que as populações mais novas possam vir a

assumir as pequenas explorações, pois consideram que a agricultura e o campo em geral não têm muito para quem estudou.

Este retrato da realidade agrícola evidencia que a atividade sempre foi de subsistência e que a razão principal para a manter reside na obtenção de alimentos – autoconsumo. Os pequenos produtores que investiram na aquisição de mais terras, para além das que haviam herdado, não foi o suficiente para que disfrutem de melhores condições de vida. O trabalho agrícola é uma algo que a maioria dos camponeses fará mesmo até morrer.

5.2.2.7. Principais rendimentos no agregado familiar

Interessa-nos, como parte fundamental, aperceber qual ou quais são as fontes de rendimento que os pequenos produtores agrícolas dispõem. Em sete dos nove casos é evidente a importância de receber pensão – são reformados. Destes casos, embora todos tenham emigrado, apenas três recebem dupla pensão – da atividade que desempenhou enquanto emigrante e da agricultura em Portugal – basicamente foram aqueles que ficaram períodos mais longos de tempo afastados da família, 4 foram emigrantes mas só iam por temporadas, principalmente para o tempo das colheitas, situação que não permitiu a obtenção de reforma.

O rendimento que advém da pensão de reforma, em quatro dos casos, é investido na pequena exploração, principalmente na compra de *inputs* agrícolas, com o objetivo de produzir os seus próprios alimentos. Esta realidade evidencia a precariedade da situação camponesa e dos poucos rendimentos que as populações obtêm, quer da reforma, quer da agricultura. Em quatro casos, o rendimento total do agregado é composto, também, pelo rendimento do cônjuge.

Outra fonte de rendimentos é o desenvolvimento de outra atividade laboral fora da agricultura – pluriactivos. Nesta situação encontram-se dois entrevistados que combinam a pequena exploração agrícola com outra ocupação. Nos dois casos há um homem e uma mulher: no caso do homem, trabalha na Camara Municipal, na recolha dos resíduos sólidos urbanos, o horário de trabalho é principalmente à noite, situação que lhe permite combinar com a atividade agrícola. O caso da mulher, trabalha na distribuição de pão durante quatro

horas diárias – durante a madrugada –, numa padaria localizada no mesmo concelho em que reside. Esta situação permite-lhe trabalhar à tarde na exploração. Estes dois casos, nas explorações com responsáveis mais jovens, retratam um contexto de dificuldade e de rendimentos escassos e traduzem a insuficiência da atividade agrícola.

Outra parte dos rendimentos dos agregados tem origem na pequena produção agrícola, com a venda de produtos. Os entrevistados consideram baixa a parcela que cabe à receita da agricultura e demonstraram dificuldade em quantificá-la. Seis dos casos⁸ referiram obter proveitos com a venda de produtos, mas as situações são muito heterogéneas, a venda de azeite representa a principal fonte das receitas obtidas; em três casos provem principalmente da venda de queijo (só uma das queijarias é licenciada para venda ao consumidor final); em três casos a venda de batata representa a parcela mais significativa; em um dos casos provem da venda de grãos, principalmente milho, favas e tremoços; em outro dos casos a venda diversa de hortícolas e outros produtos como feirante nos mercados; em relação ao vinho, os seis casos que comercializam este produto, referem que a quantidade a partir da qual é rentável tem de ser grande, porque a venda é a granel. Em nenhum dos casos foi referido que a receita associada ao vinho era a fonte principal de rendimentos do agregado familiar.

A venda de animais, designadamente leitões e cabritos, representa outra fonte de rendimentos para estes produtores (6). Os restantes animais, fruto dos quadros regulamentares anteriormente mencionados, têm como destino o autoconsumo.

Esta diversidade de formas e de produtos que compõem a fonte de receita é comprovativa da multiactividade dentro da exploração, fruto da lógica do agricultor para maximizar o aproveitamento do espaço e do trabalho na procura de, também, maximizar os rendimentos da exploração.

5.2.2.8. *Os subsídios agrícolas*

Em relação aos subsídios destinados à agricultura, em todos os casos, foi confirmado que recebem apoio para o combustível – designado subsídio para o gasóleo ou

⁸ Alguns destes casos vendem mais que um produto, para não causar confusão ao leitor este parágrafo refere-se à mesma quantidade de casos (6) neste apartado.

gasóleo verde – que é utilizado exclusivamente na atividade agrícola – máquinas e trator. Este subsídio é ponderado em função da dimensão da exploração agrícola.

Estes subsídios atribuídos aos pequenos produtores e o facto de estes acionarem os mecanismos necessários para os receberem, é uma evidência da procura da rentabilidade por parte dos agricultores.

Em matéria de subsídios, existe um que tem como objetivo compensar economicamente os agricultores que optam por culturas que contribuem para a conservação do solo, dos habitats e da biodiversidade e da preservação dos valores ecológicos e biológicos estejam presentes. Relativamente a este subsídio, oito dos entrevistados são beneficiários.

Os subsídios que apoiam à produção animal visam atenuar os encargos com a alimentação, a manutenção de raças autóctones e a prática do regime extensivo. Na amostra em estudo, quatro dos produtores beneficiam destes apoios para o gado caprino e ovino.

No que concerne aos apoios à melhoria das condições de produção – modernização e capacitação das empresas agrícolas – apenas dois dos produtores recorreram a este cofinanciamento, parte dele não reembolsável, para a aquisição de máquinas e equipamento agrícola. Num dos casos este incentivo foi utilizado para financiar o investimento efetuado na construção da queijaria artesanal – um das três que existem na aldeia.

Da análise que cada um dos produtores fez destes subsídios, existe unanimidade, relativa, quanto à opção que o Estado Português deveria tomar: apoiar a aquisição dos fatores de produção, baixando consideravelmente as despesas das explorações, sendo que para tal poderia afetar os dinheiros atribuídos à compensação ambiental. Esta perspetiva encerra uma visão de promoção da agricultura em detrimento da aposta na conservação. A burocracia e a teia documental que está subjacente às candidaturas a estes apoios, que implica a interferência de facilitadores – técnicos da cooperativa local – é na leitura destes agricultores um fator a dispensável.

Em síntese, os produtores agrícolas envolvidos neste estudo consideram importante a existência destes apoios, que contribuem de forma direta para a rentabilidade da

atividade, segundo sete produtores, rotulam de insuficiente e de desajustados. Neste sentido apontam como determinante que seja apoiada a aquisição dos fatores de produção e a criação de redes de pontos de venda.

5.2.3. Impactos da adesão europeia na agricultura familiar

Procuramos evidenciar neste ponto, os principais impactos que as pequenas produções agrícolas familiares têm sofrido no percurso das últimas três décadas com a adesão de Portugal à União Europeia, explorando as mudanças – razões e consequências – que tiveram no coletivo e as dificuldades na relação com o mercado aberto.

5.2.3.1. Principais destinos dos fundos da PAC

Quando questionados relativamente a quem beneficiou, em Portugal, com a adesão, a resposta foi clara (sete dos entrevistados), os proprietários dos grandes campos do Alentejo. Segundo eles, a lógica que vigorou foi a da dimensão da propriedade (o latifúndio), em contraposição à pequena parcela das regiões mais norte (minifúndio). Uma outra opinião que também colheu apoios foi a que indicou “os grandes, os ricos”, porque souberam tratar melhor dos subsídios, sobretudo por oposição aos pequenos produtores.

Nesta lógica referenciada no parágrafo anterior, há dois sentimentos claramente definidos, no primeiro os agricultores atribuem uma importância determinante à dimensão da terra. No segundo ponto, é evidente, ao enunciarem os grandes e os ricos, o sentimento inferioridade que Pierre Bourdieu (1977) atribui esta população.

Ainda neste ponto, de referir que dois dos entrevistados não souberam responder, um deles não soube identificar quem foram os mais beneficiados, o outro, considerou que falar disto é muito complicado, porque sabe a resposta mas que não sabe como o dizer. Esta dificuldade mostrada nestas duas situações é mais uma vez uma evidência da dificuldade do pequeno produtor para identificar os factos sobre a situação do campo e da agricultura. No entanto em todos os casos foi evidente que sabem quem e como foram mais beneficiados, todos concordaram que na região deles não houve pessoas beneficiadas, porque todos sentem e tem as mesmas problemáticas, identificam claramente que os mais beneficiados foram outros, os maiores. Do conjunto das entrevistas retemos alguns comentários: “o

dinheiro fluía e pagavam-lhes adiantado”, “aos grandes”; “se eles têm prejuízo cobrem tudo, aqui não pagam uma cheia”; “eles compraram Jeeps, casas e tudo, foi o que trouxe a CEE”; “eles recebiam para não produzir e deixarem a terra inculta”; “receberam grandes investimentos para montar estufas e semear olivais e agora são de estrangeiros – dos espanhóis”; “lhes pagavam cortiça, sobreira, gados, etc. e tudo adiantado, o dinheiro caía”.

Os sentimentos e comentários é demonstrativo da percepção que têm da realidade, da identificação dos factos que estão presentes no ambiente, o que pode traduzir-se numa posição conhecedora e consciente de quem historicamente são os mais beneficiados. Evidenciam também um sentimento de igualdade entre os pares da aldeia, ao afirmarem que na região – em referência a aldeia – todos receberam por igual, com algumas excepções, mas partilha-se e evidencia-se um sentimento solidário – homogéneo – em relação ao grupo.

5.2.3.2. Mudanças no setor da pequena exploração agrícola

A pequena produção agrícola é a principal forma organizativa da exploração agrícola que se encontra nesta aldeia, as mudanças ocorridas são sentidas e partilhadas por todos e cada um deles, assim, os nove casos foram identificando as principais mudanças mais gerais e que afetam o coletivo. Alguns deles sinalizaram mais de uma mudança, em sete dos casos, foi identificada a alteração na comercialização dos produtos como a principal mudança imposta e que afeta o grupo.

Outro dos aspetos focados e que atribuem à entrada na EU, referenciado em cinco casos, é a minorização da pequena agricultura e dos pequenos produtores que não foram considerados e que está bem patente no comentário: *“a CEE veio a deitar abaixo a pequena agricultura, com a chegada da CEE tudo ficou pior e veio a matar o agricultor, porque não pode produzir mais”.* Em relação aos subsídios há visões divididas, uns (3) referem que a CEE determinou a existência de subsídios que têm contribuído para a economia das famílias, mas há os (5) que acham que os subsídios são para os agricultores deixarem de produzir é uma das grandes causas de ter muitas terras incultas.

Esta visão evidencia a dificuldade de identificarem as causas das mudanças, eles identificam os benefícios que a UE aportou, mas não souberam claramente dizer em que medida veio provocar alterações na sua exploração, evidente na relação às diferentes visões sobre os subsídios e sobre os impactos no coletivo.

No entanto foi identificada a forte mudança a que ficaram sujeitas as unidades de transformação dos produtos agrícolas, principalmente o queijo, e que nem todas as pessoas tiveram as condições para suportar os investimentos necessários. Esta realidade reflete-se na existência de, apenas, três queijarias na aldeia. A produção de outros produtos, como os doces, os enchidos, os produtos do fumeiro também foi condicionada o que acarretou a opção pelo autoconsumo. Ainda neste enquadramento, o abate de animais para consumo e comercialização também sofreu profundas alterações.

Na mesma linha das alterações acima enunciadas, e porque foram referenciadas em quatro casos, o encerramento do lagar de azeite, que respondia à quantidade de azeitona produzida localmente pelas pequenas explorações. A outra situação, é o não funcionamento do posto de recolha de leite, que permitia criar vacas, aproveitar e vender o leite para a cooperativa.

As alterações nas relações de entreajuda, referidas por três produtores, e que atualmente tem uma importância residual, mas que em momentos anteriores foram muito utilizadas e garantiam a capacidade de fazer frente a maiores volumes de trabalho.

5.2.3.3. O difícil escoamento de produtos agrícolas

Relativamente ao escoamento dos produtos agrícolas, sete dos nove casos referem que atualmente vendem alguns produtos da exploração, embora com certo grau de dificuldade, mas o principal destino em todos os casos é o autoconsumo. Os produtos mais referenciados para venda são: azeite, queijo, vinho, batatas, o milho e o trigo. Os produtos menos importantes, mas sempre destinados à venda: favas, tremoços, hortícolas, água ardente, entre outros. A transformação de produtos como: enchidos, presuntos, etc. deixo de ser realizada para venda e destina-se quase exclusivamente ao autoconsumo.

Neste sentido, 6 casos referem ter sentido dificuldade para escoar os seus produtos agrícolas, sendo a principal razão o preço baixo a que se vende devido ao preço de entrada dos produtos que vem de fora – mais baratos. Esta foi uma situação colocada pelos 6 entrevistados que dizem sentir essa dificuldade e referem que se vêem obrigados a baixar o preço, o que não compensa os custos da produção, pelos investimentos que tem de fazer na exploração. As outras três pessoas referem que tiveram de deixar de produzir alguns produtos porque tinham de ficar com eles no fim pelo facto de não conseguirem vendê-los.

Juntam-se diversas realidades a esta visão dos camponeses, que referem que de facto a terra na zona da aldeia não é muito produtiva, são terras fracas, acidentadas e dispersas – não lineares e muito espalhadas –, além disto o custo elevado dos fatores de produção que os obriga a desembolsar cada vez mais dinheiro. Referem na mesma realidade, a venda de produtos como o azeite, vinho e batatas, produtos que antigamente eram vendidos em volumes maiores – granel – e que atualmente vendem-se com muita dificuldade e aos poucos, o que evidentemente reduz os valores recebidos e os rendimentos vêm-se pouco devido a esta venda demorada. Situação que tem motivado a redução da produção e em alguns casos o abandono das terras.

Esta situação do abandono das terras aprofunda-se e magnifica-se ao escutar diversos testemunhos dos pequenos agricultores, que hoje têm de comprar produtos que antigamente produziam – caso do milho – e deixaram de produzir. Em 2 casos foi explícito o facto de terem de comprar milho para transformar em farinha e dar aos animais, porque já não são capazes de produzir e autossatisfazer a suas próprias necessidades de autoconsumo o que mostra os riscos e as consequências que gera e tem gerado o abandono e mudanças de certas culturas agrícolas. Mas este paradoxo tem ainda outro efeito. Em 6 casos foi referenciado terem deixado de cultivar o milho porque os preços de venda no mercado são muito baixo e a cultura gera despesas altas na produção, referindo que é mais barato comprar o produto que vem de fora a um preço menor ao cultivado na região.

Em relação aos produtos vindos de fora a baixo preço, em 6 casos identificados como tendo origem em Espanha, reconhecem que os preços descem pelo menos a metade do valor que eles vendem, isto portanto deixa-os em situação de desvantagem. Referem ainda que atualmente até os grandes produtores nacionais têm dificuldade de pôr nos

supermercados os seus produtos devido a esta realidade. Isto agrava-se com os produtos vindos da França – país onde 7 foram emigrantes –, realidade laboral que eles conhecem bem. Dizem não compreender como em um país onde o salário mínimo agrícola é três vezes superior ao de Portugal, ainda podem vir os produtos mais baratos, facto unicamente atribuído – por eles – aos bons subsídios na agricultura que a França dá aos pequenos produtores agrícolas.

Questionados sobre a forma como tem ultrapassado esta realidade, 5 casos não comentaram sobre o tema, 2 casos disseram não vender e portanto não ter ligação com o mercado e com esta realidade, ainda 2 casos referiram que tiveram de abandonar algumas culturas, sentem-se sozinhos porque ninguém os ajuda a ultrapassar esta dificuldade, não têm a quem recorrer e não sabem se podem recorrer a alguém. O anterior evidencia um sentimento de incapacidade e de isolamento devido à condição de dependência total do mercado por parte do campesinato. Como é evidente, muito deles abandonaram os cultivos mas ainda continuam a subsistir no campo, uma maneira de mostrar a resiliência que este grupo social tem e que se tem prolongando ao longo dos tempos.

5.3. Dois perfis de trajetória

Nesta segunda parte de apresentação dos resultados, procede-se a uma análise longitudinal de duas trajetórias bem distintas de pequenos produtores agrícolas que foram entrevistados e que permitem compreender através do discurso dos entrevistados, os contextos, práticas e decisões que podem explicar as diferenças. Serão apresentados os casos do Senhor Miguel e do Senhor Carlos, obviamente dois nomes fictícios.

Embora possa haver o risco de alguma sobreposição com a análise transversal da secção anterior, irei usar as mesmas categorias analíticas sobre os perfis dos produtores, as características da exploração, os fatores de mudanças, incluindo a adesão Europeia, e as suas determinantes. O que está em causa agora é comparar duas trajetórias aparentemente divergentes apreciar as decisões tomadas num caso e no outro em face dessas mudanças.

5.3.1. A exploração agrícola

5.3.1.1. *Uma origem partilhada*

Em ambos os casos se trata de produtores que mantêm uma ligação muito antiga à agricultura, tendo sido iniciados no trabalho das terras muito cedo, desde a infância, pelos seus pais. A independência na agricultura só chegou quando casaram e constituíram a sua família ligada à exploração agrícola; Ambos fazem agricultura pelo menos há 40 anos.

Ambos tiveram experiência de emigração, em França, trabalhando na agricultura, embora o senhor Carlos tenha tentado arranjar trabalho em Lisboa antes de ir para França onde ficou por mais de 25 anos. A experiência de emigração em França foi bem mais curta para o senhor Miguel (7 anos), tendo realizado trabalhos sazonais agrícolas (períodos de colheitas) que lhe davam menos estabilidade laboral naquele país. Quando de regresso à aldeia combinava o trabalho na sua exploração com o trabalho por conta de outrem nas terras de outros vizinhos.

Houve também diferenças nos níveis de educação escolar que atingiram: mais elevado no caso do senhor Carlos, que andou na escola até os 12 anos de idade e obteve a sexta classe; mais baixo (terceira classe) no caso do senhor Miguel. Este fator de educação parece ter jogado um papel importante nas decisões e na forma como estabelecem a relação da exploração com o exterior. Tendo o senhor Carlos alargado mais o campo de escolhas e conseguido lidar melhor com a lógica do mercado e com as oportunidades que este gera.

No âmbito da gestão da exploração agrícola, enquanto o senhor Miguel pouco altera o padrão herdado e faz que é comum fazer na aldeia, o senhor Carlos aproveitou a experiência de trabalho em França, por exemplo no sistema de estufas mecanizadas, e quando regressou com uma reforma por doença, investiu na mecanização e em equipamento técnico da sua exploração, importando modelos de trabalho na terra que conheceu na sua experiência de trabalho agrícola em França. Diferentemente, o senhor Miguel, que não teve aquele contato com outros modelos de produção, continuou a gerir a sua exploração da mesma maneira que sempre fez, embora com a ajuda também, a partir de certa altura, de máquinas e tratores.

5.3.1.2. Situação da terra que pose para cultivo

A dotação em terra da exploração agrícola é muito diferente, sobretudo porque o senhor Carlos teve a possibilidade de comprar mais terras com dinheiro ganho na França, sensivelmente o dobro daquilo que lhe foi deixado pelo pai, e hoje tem aproximadamente 30 hectares. Fica evidente a sua intenção de ter uma exploração maior para tonar a sua agricultura rentável. Mas reconhece que, neste momento, a terra que tem já não é rentável e mantém parte dela inculca.

Em contraste, o senhor Miguel comprou terra, mas foi pouca e insuficiente para sua intenção de melhorar a sua exploração. Atualmente tem terras cultivadas que lhe são cedidas por outra pessoa, embora sem obrigação de pagar renda, apesar de entregar uma parte do que cultiva aos donos quando a colheita é boa. As terras cedidas representam uma parte substancial (cerca de 40%) do que atualmente explora: aproximadamente 5 hectares de terra.

No fim de duas trajetórias distintas, eis que os resultados os aproximam de novo. Aquele que conseguiu comprar mais terra e aumentar a sua exploração, já está a deixar parte dessa terra abandonada, pois não compensa; enquanto o outro só vai continuando porque conseguiu aumentar a sua exploração com terras cedidas gratuitamente e que, portanto, não envolveram custos com a aquisição.

5.3.1.3. Participação e o tipo de mão-de-obra que trabalha na pequena produção

Em relação à mão-de-obra que trabalha na exploração, em ambos os casos são principalmente eles os chefes da exploração, visto que as suas mulheres pouco trabalham na agricultura, embora reconheçam que elas são que cuida do rebanho e do fabrico do queijo. É que o senhor Carlos tem uma queijaria de tipo artesanal que está licenciada, e o senhor Miguel também fabrica queijo mas para consumo familiar, afirmando não vender para fora.

Os filhos, em ambos os casos, pouco ou nada ajudam. O filho do senhor Miguel trabalha noutra atividade e só aos sábados pode dar uma ajuda que é contabilizada em menos de 20 dias por ano. A filha não mora perto e portanto não contribui para a atividade na exploração. O Senhor Miguel salienta que recebe trabalho de entreaajuda de alguns

amigos e vizinhos na aldeia, sobretudo no período das colheitas mas se for preciso também durante o ano.

Três dos quatro filhos do senhor Carlos moram no estrangeiro – Suíça 2 e França 1 – e uma filha mora em Portugal mas fora da aldeia, pelo que ele não pode contar com o trabalho deles. Dada a dimensão de terras cultivadas, é forçado a recorrer a trabalho contratado (duas pessoas) no período das colheitas, mas com a exigência recente de registo na segurança social ou de ter a pessoa segurada, levou-o a abandonar essa prática de contratar pessoas para a exploração. Em relação às entreajudas, refere não receber ou raramente receber, só durante a colheita de algum produto.

Em relação à mão-de-obra usada na exploração existe hoje uma maior semelhança entre as explorações, desde que o Senhor Carlos desistiu de assalariar trabalho. A diferença maior está no recurso à entreajuda, que exige reciprocidade, o que evidencia o acesso limitado daquele aos laços de proximidade e redes de entreajuda na aldeia.

5.3.1.4. Dias por ano que labora na exploração agrícola

Nos dois casos foi assumido que os entrevistados trabalham todos os dias do ano, até o domingo, embora possa variar muito a intensidade e duração desse trabalho ao longo do ano. Fazem menos ou pouco, mas trabalham na mesma. Incluindo as suas mulheres que cuidam do rebanho, tomam conta do fabrico do queijo e fazem o trabalho em casa.

5.3.1.5. Principal destino dos produtos obtidos da terra

Este é outro domínio em que os dois perfis se afastam de novo.

No caso do Senhor Miguel, ele produz principalmente para consumo da casa (consumo final), ou para consumo produtivo quando uma parte da produção é destinada para alimentar os animais que cria, cultivando milho que depois mói para não ter de comprar farinhas. Estes animais logo são vendidos a pessoas da aldeia.

No caso do senhor Carlos, o principal destino dos produtos é a venda. É assim com o queijo artesanal, com o azeite, com a batata, com o vinho, com as hortícolas – alface, tomate, pepino - e com o milho. Até agora estes produtos eram escoados nas feiras e nos

mercados locais, para o que teve de se registar e de obter um livro de guias para o transporte. Com a recente regulamentação fiscal que o obriga os produtores a registar-se nas finanças, a passar faturas dos produtos vendidos e a pagar um contabilista que leve o controlo, ele encara a hipótese de abandonar a venda dos produtos, tanto mais que a idade do casal já passa os 65 anos. Reconhece que atualmente o consumo para casa é baixo (chegou a haver 8 e 9 pessoas para alimentar: 4 filhos, pais e o casal, ocasionalmente os sogros) e que a quantidade de produto para venda subiu.

Embora o senhor Miguel tenha máquinas e trator em casa, a sua exploração está pouco mecanizada. Não tem sistema de rega a motor dado que a dimensão é pequena. No caso do senhor Carlos, a maior parte das terras beneficiam de mecanização e infraestruturas técnicas para produzir com maior facilidade. Duas realidades que mostram diferenças, quer no destino da produção, quer na utilização de meios técnicos para aliviar o trabalho. Mas os dois casos, também aqui, estão a reaproximar-se por força da regulamentação cada vez mais apertada que sufoca as explorações agrícolas dos agricultores.

5.3.2. As mudanças nas culturas agrícolas das pequenas explorações agrícolas

Pretendemos explorar as mudanças havidas nas culturas agrícolas e nas atividades pecuárias e de transformação dos produtos, tentando identificar os fatores de mudança numa e noutra exploração e entender as opções tomadas e as razões que estiverem na base dessas opções: mais ligada à gestão tradicional da agricultura ou mais ligadas aos novos contextos do mercado que a adesão europeia veio trazer.

5.3.2.1. Principais mudanças na exploração – o antes e o agora.

A avaliação que um e outro fazem das mudanças é diversa.

Para o senhor Miguel, as mudanças foram para pior. Para isso dá duas razões: primeira, a de que a pequena agricultura também dava emprego para aqueles que não tinham terras e era uma atividade onde podiam ir buscar rendimentos, mas hoje esses não conseguem arranjar trabalho nas explorações porque ninguém quer contratar ninguém, porque não há como pagar; segunda, a agricultura exige muito trabalho e esforço e isso não é possível às pessoas idosas como ele. Reconhece que não fez mudanças nas culturas

agrícolas, que até hoje faz sempre a mesma coisa que antes, cultiva o mesmo. O ter terras cedidas graciosamente foi uma forma de procurar mais rendimentos mas a terra é pouco produtiva e não presta e, portanto, não melhorou muito a sua situação.

No caso do senhor Carlos, ele conta que tem diversificado muito as culturas para tentar vender o máximo, dando como exemplo duas culturas que sempre fez - alho e cebola - e às quais juntou as de alface, tomate, couves e pepino. Toda esta mudança foi pensada com o fim de vender mais na feira do Município de Penela e, sobretudo, de fornecer a filha que tem um restaurante numa região do concelho a cerca de 20 km de distância.

Em relação às mudanças, o senhor Carlos refere, uma vez mais, que ultimamente há muitas mais restrições. Não pode transportar produtos porque tem de ter guias de transporte e se os produtos não estiveram registados é-lhe aplicada uma pesada coima e até a carrinha pode ser apreendida. Não pode vender porque tem de estar registado nas finanças e hoje há mais controlo sobre a venda e transporte, pelo que lhe está a ser difícil continuar a vender os produtos, mesmo nas feiras, porque as exigências fiscais obrigam a ter livro de faturas e pagar a um contabilista.

Esta situação mostra, que mesmo um pequeno produtor que queira investir no mercado e “fazer as coisas certas”, sente enormes dificuldades por causa destas restrições legais. E, contrariamente ao passado, em que se “podia trabalhar à vontade”, agora sente-se a pressão das finanças e da Camara Municipal para que sejam cumpridas as obrigações. Apesar do apoio dos filhos que o motivam, a incerteza do futuro e a idade, não lhe permitem e não o entusiasma a fazer mais mudanças.

5.3.2.2. Principais rendimentos da exploração e as mudanças nas culturas

Para o senhor Miguel, a exploração é importante para consumo da casa, mas não para gerar rendimentos com a venda dos produtos. Para isso ele refere que ela não presta, não obtém rendimentos nenhum.

Para o senhor Carlos, algumas culturas dão rendimento, como a oliveira, embora refira que a quantidade de azeite produzido se tem mantido até agora. No caso do vinho o rendimento que este dá é baixo porque o preço a que o compram é baixo também: o vinho é

mais em volume do que em preço. Relata ter plantado muitas mais vinhas para buscar mais rendimento, mas mesmo assim como o vinho é barato isso não representa muita diferença nos rendimentos globais.

Para o senhor Carlos, a obtenção de rendimentos leva a produzir culturas que sustentem outras atividades da exploração, relatando que boa parte dos grãos que cultiva estão destinados a dar aos animais, o que evidentemente evita a compra de farinhas de ração, por sua vez estes animais é que produzem o leite para o fabrico do queijo e é aí, onde ele vai buscar uma boa parte dos rendimentos. Mas isto só é possível porque tem licenciada a queijaria, conta com etiqueta do produto e entrega queijos em diferentes sítios e para muitas pessoas.

5.3.2.3. Os fatores de mudança na exploração

Em relação à influência de diferentes fatores nas mudanças feitas nas pequenas explorações agrícolas, o senhor Miguel, não soube responder à pergunta, referindo que sempre fez agricultura só e não sabe mais nada. Importa recordar que o senhor Miguel não tem relação com o mercado porque não vende produtos agrícolas, tem poucos contatos fora da aldeia e pouca informação sobre o que se passa fora; unicamente pode falar da sua situação em particular e da dos que na aldeia conhece.

Já o senhor Carlos acha que a nova lei que vai obrigar os pequenos produtores agrícolas a estar coletados nas finanças, a par do problema de idade do casal – dele e a mulher – e do estado de crise em que se encontra atualmente o país, vão penalizar a sua exploração e levar a uma perda de atividade. Esta visão está muito marcada pela atividade comercial do produtor que no dia-dia tem de enfrentar situações difíceis.

A crise não atingiu o senhor Carlos só na exploração agrícola, mas também nos membros do grupo familiar que viviam a seu cargo. Relata que foi ele quem levou o filho a França, porque aqui não conseguia ter um emprego melhor. Este facto atualmente é atestado porque três dos quatro filhos moram fora do país, dois em Suíça e um na França, mas a trabalhar na Suíça.

A sua trajetória é muito interessante do ponto de vista dos fatores que influenciaram as suas decisões. A grande decisão de vida foi a de emigrar para França com o objetivo de voltar com alguma poupança e poder investir na exploração herdada de seus pais. Durante a sua ausência, a sua exploração agrícola foi trabalhada pela mulher, pelos seus filhos e pelo pai, sendo o filho mais velho que trabalhava a terra com um trator no tempo que ele esteve fora. Essa estadia e as poupanças que conseguiu deram para comprar terras e quando voltou, mecanizou tudo implementando o modelo de produção que conheceu em França. A queijaria é hoje o culminar de um projeto de valorização da exploração e da sua integração no mercado e, por isso, é particularmente dramática a constatação que faz de que não vai conseguir manter esse sonho.

5.3.2.4. A atividade pecuária das explorações

A criação de animais é parte importante das pequenas explorações agrícolas.

No caso do senhor Miguel, ele refere que sempre teve criação de gado na sua exploração. Atualmente tem uma vaca leiteira, quatro ovelhas e duas cabras também para a produção de leite. Cria porcos e vende leitões e algum cabrito, embora uma parte seja para o consumo da casa. O número de animais varia muito com o tempo, mas refere que há 30 anos o número chegava a mais do dobro do atual.

Ele refere que, em geral, os animais que vende, pelo baixo preço que lhe pagam, não compensa vender. Prefere comer em casa porque os valores no mercado não cobrem as despesas. Sobre o controlo e cadastro dos animais, refere que as vezes não os registam porque mata em casa para não pagar os custos de levar os animais ao matadouro e pagar o transporte.

Sobre o mesmo assunto, o senhor Carlos diz que tem um rebanho de 5 cabras e 5 ovelhas (já chegou a ter o dobro), cujo leite usa no fabrico de queijo e cujas crias destina, em parte, para venda e, em parte, para consumo (na altura em que os filhos e a família se reúnem e festejam o reencontro). Ainda tem animais de pátio como: galinhas, patos e coelhos, que são unicamente para consumo da casa. A tendência atual é para baixar o número de animais novamente para metade, tal como a quantidade de trabalho e a produção da exploração.

Em relação aos animais que destina à venda, refere ter sempre vendido os animais a bom preço. Agora é que está a achar que tudo anda mal, principalmente porque não há compradores, mesmo nas feiras.

Em ambos os casos os animais constituem uma atividade da exploração e estão incluídos no ciclo produtivo como consumos intermédios (do fabrico de queijo). Também eles são a razão da produção de grãos na exploração para evitar comprar rações. No caso do senhor Carlos, o círculo torna-se mais importante, porque ele vende o queijo, tira rendimentos da venda e consegue reinvestir o dinheiro de novo na agricultura. No caso do senhor Miguel, as vendas são menores, os animais são principalmente para autoconsumo, portanto o ciclo de produção se fecha com os animais não havendo rendimentos além de alguma venda esporádica.

5.3.2.5. Custos de produção e preço dos produtos agrícolas antes da adesão europeia

O senhor Miguel, não soube responder muito bem à pergunta sobre os custos de produção e os preços antes da adesão. Refere unicamente que a CEE entrou há 15 anos e a partir de aí tudo acabou. Observa que com os custos de vida a subir e os salários a baixar não são boas as perspectivas de procura dos produtos agrícolas pela população. Por isso os preços dos produtos agrícolas estão tão baixos, ilustrando com o preço muito baixo do milho (inferior a 0.60 cêntimos por quilo), o que evidentemente é muito pouco para as despesas que dá, sobretudo nos anos de seca.

Já o senhor Carlos tem uma perceção mais clara do que se avizinha.

Começou por notar que a nova exigência da coleta dos agricultores pelas finanças vai provocar um agravamento pesado dos custos, porque implica mais despesas com contabilistas e impressão de faturas.

Depois refere o mesmo exemplo que o senhor Miguel deu: o caso do milho. Sendo o milho um dos produtos que os agricultores da região bem conhecem e desde há muito cultivam e dos principais utilizados para alimentar os animais, o senhor Carlos comenta que é caro produzir milho e que ao preço que pagam não compensa. No seu caso, não valendo a

pena vender o milho, tornou-se mais compensador dá-lo a comer às cabras e ovelhas do rebanho para com o leite destes animais fabricar e vender o queijo. Acrescenta que hoje a produção do milho lhe fica mais cara pois os fatores de produção (fertilizantes, sementes, gasóleo) estão mais caros e às vezes tem de pagar alguém para ir ajudar nas colheitas.

Nas duas situações, foi evidenciado os altos custos que os pequenos produtores têm nas explorações e o baixo preço obtido na venda dos produtos. Em ambos casos optando por darem de alimentos aos animais que criam, no fim substituem as despesas nas farinhas de ração e dá-lhes o mesmo resultado. O Senhor Carlos apostou nesta valorização do milho, colocando-o na cadeia de produção de queijo, a única atividade verdadeiramente lucrativa que acabou por licenciar e certificar. Nos dois casos, o fim principal é a obtenção de alimentos, portanto o autoconsumo, mas verdadeiramente os custos para produzir também têm subido.

5.3.2.6. Motivações e satisfação do camponês

Para o primeiro caso, o senhor Miguel refere que gosta de fazer agricultura, mas de que gostava mais quando começou porque lhe dava mais rendimento, embora agora tenha máquinas e o trabalho agrícola fica muito mais fácil. Não se esforça como antigamente. Semeia num dia o que antes semeava numa semana de trabalho. Mas faz porque sente satisfação e principalmente porque tem alimentos de confiança que pode consumir à vontade. E acrescenta que continua a fazer agricultura porque não encontrou outra ocupação que lhe desse emprego e com a sua idade ainda menos. Portanto vai estar obrigado a trabalhar na terra para ter comida e não passar fome, apesar de na sua situação atual, considera estar pior que antes.

Há no comentário do senhor Miguel, o sentimento amargo de saber que chegou ao fim da sua vida, sem um rendimento assegurado, não sente que a sua situação melhorou, e que, nesta altura, com 70 anos ainda procura outro emprego na terra ou noutra atividade e não consegue. A amargura vem de sentir que não teve sucesso no decurso da sua vida. Mesmo tendo gado, terras e tudo o que obtém da agricultura, mesmo assim acha que não ganhou nada.

No segundo caso, o senhor Carlos, afirma ter gosto pelo que faz, a mulher trata do rebanho e do fabrico de queijo, ele trata das terras e produz para vender nas feiras e para alimentar o gado. Alimentando os animais com o grão que produz acha que tem leite de melhor qualidade para fazer o queijo. A idade não lhe permite fazer o que é preciso mas não aparece ninguém para trabalhar na exploração.

Referem que o trabalho deles – o casal – na exploração, além do gosto que sentem, é muito bom para a saúde porque têm uma outra ocupação que os ajuda a viver com menos doenças e sem terem de ficar em casa unicamente a olhar televisão. Acha que se fizesse bem as contas seria muito pouco o que obtém da agricultura, mas faz porque tem um gosto e porque contribui para se sentirem melhor. Em relação a sua situação de vida, referem que vivem agora melhor depois que recebem pensão de reforma. Trabalham nas terras deles e não dependem de um patrão. Só trabalham o tempo que querem e quando querem, o que lhes dá um sentimento de liberdade em todos os sentidos.

Novamente, encontramos aqui o contraste nos percursos de ambos. Um sentimento de satisfação no caso do senhor Carlos por poder viver melhor e ter uma vida mais saudável, não depender de patrões e trabalhar quanto e quando quiser, ter um rendimento certo que lhe permite viver bem e gostar de fazer o que faz. Em contrapartida o senhor Miguel embora afirme que gosta de fazer agricultura, esta não lhe permite viver tranquilo pois não lhe assegura um rendimento certo nem suficiente. Gostaria de ter outra atividade mais segura, mas sente-se obrigado a continuar fazer agricultura para poder comer.

5.3.2.7. Principais rendimentos no agregado familiar

Para o Senhor Miguel o que tira da agricultura é para comer. Pouco vende apesar de achar que semeia muito e o que dá aos animais acaba por compensar no momento da venda destes. O que lhe vale é uma pensão de reforma pelo trabalho na França e a pensão dos rurais que recebe da segurança social portuguesa, embora admita que as duas pensões juntas não chegam a 250 euros. A mulher recebe a mesma pensão de agricultura que ele. O filho que coabita com eles está no desemprego.

O senhor Carlos, tem igualmente duas reformas, a que vem da França pelo trabalho da emigração e a outra que recebe da segurança social portuguesa, sendo a primeira

provavelmente muito superior à do Senhor Miguel pois a duração do trabalho em França foi muito superior. A esse rendimento acresce o rendimento da exploração proveniente da venda dos produtos da exploração agrícola como: o azeite, o queijo, o vinho, a batata, as hortícolas que, vende nas feiras e nos mercados a onde vai. Segundo o senhor Carlos, os filhos têm a vida deles e não contribuem para os rendimentos da casa, sendo os pais que no fim de ano, as vezes, partilham entre os filhos os rendimentos que obtém.

Nas duas situações, embora que os dois agricultores tenham reformas, há uma diferença no valor das reformas de França. Quanto aos rendimentos da agricultura, eles parecem quase ausentes no caso do senhor Miguel que unicamente vende animais e, no caso do Senhor Carlos, não sendo muito elevados, os rendimentos da venda regular daqueles quatro produtos que ele refere permite conjuntamente com as pensões um nível de vida modesto mas tranquilo.

5.3.2.8. Os subsídios agrícolas

Os subsídios são ajudas ao rendimento para fazer face a circunstâncias adversas e aliviar os agricultores de custos que a sociedade entende dever partilhar. Hoje a política de subsídios aos agricultores é gerida por Bruxelas e a margem de decisão dos estados membros é muito reduzida.

No caso do senhor Miguel, ele refere que atualmente recebe o subsídio do gasóleo e as ajudas compensatórias da proteção ambiental, mas a avaliação que ele faz da importância desses subsídios para a rentabilização da sua exploração é reduzida. De maneira muito breve, ele acha, que em relação à sua situação de vida, os subsídios tem contribuído para melhorá-la mas não consegue viver desafogadamente da agricultura.

O senhor Carlos, por sua vez, diz receber três tipos de subsídios: o do gasóleo, o das ovelhas e o rendimento compensatório ambiental. Apesar de ter direito a uma quantidade grande de gasóleo – cerca de 3,600 litros por ano - não chega a consumir um terço devido à quantidade de terra cultivada em relação com a terra cadastrada.

O senhor Carlos, discorda da atribuição de subsídios para conservação ambiental e preferiria que eles fossem antes destinados à redução das despesas que o pequeno produtor

agrícola tem de fazer na exploração. Esta reflexão, vinda de um pequeno produtor, faz sentido, porque os fundos destinados à compensação ambiental – conservação da terra, passado tanto tempo da sua criação não gerou ainda mudanças favoráveis aos pequenos agricultores familiares; pelo contrário, tem motivado o abandono da terra, tem incrementado os preços dos fatores de produção e pode gerar falta de alimentos para os grupos mais vulneráveis.

O controlo sobre o uso dos subsídios é grande e cada vez mais apertado pelo receio de fraude. Inicialmente o dinheiro era logo entregue aos agricultores e podia facilmente ser utilizada na compra de gasóleo para ser usado fora das explorações agrícolas ou para usos não agrícolas. Atualmente os subsídios do gasóleo ou gasóleo verde como chamam, é destinado para uso exclusivo das máquinas agrícolas e do trator, não podendo ser utilizado em outros veículos, mesmo que seja uma carrinha do produtor.

Manifesta-se mais uma vez a disparidade entre os dois casos. Enquanto o senhor Miguel recebe dois tipos de subsídios, mas o seu montante é muito baixo e não contribui, assim, para acabar com as dificuldades, apenas para as aliviar um pouco, o senhor Carlos, recebe três tipos de subsídios, de montantes muito mais elevados por serem atribuídos em função da área da exploração e, portanto, com um impacto mais forte nas contas da exploração.

5.3.3. Impactos da adesão europeia na agricultura familiar

Procuramos conhecer os principais impactos que as pequenas produções agrícolas familiares têm suportado nas últimas três décadas com a adesão de Portugal à União Europeia, basicamente se têm sido destinatárias de subsídios e financiamentos para a agricultura, explorar as mudanças que têm ocorrido no coletivo em geral, e, finalmente, identificar as dificuldades de acesso ao mercado para escoar os produtos devido à concorrência dos produtos do norte da Europa depois da queda das barreiras protecionistas nacionais.

5.3.3.1. Principais destinos dos fundos da PAC

Os entrevistados foram questionados sobre quem achavam ter sido os agricultores mais beneficiados com a adesão Europeia. O senhor Miguel sustenta que os subsídios são poucos para os pequenos e muitos para os grandes. É aos ricos que lhes pagam tudo e na região não pagaram nada aos pequenos. Os agricultores da região de Alentejo e do Algarve foram, segundo ele, os mais beneficiados.

Também na perspectiva do senhor Carlos, os mais beneficiados com a entrada à CEE foram os Alentejanos. Nessa região, eles construíram estufas e plantaram olivais com ajudas europeias e agora essas terras estão nas mãos de estrangeiros. Não conhece em Penela quem tenha beneficiado disso, foi tudo para aquela região.

A queixa partilhada, de que os beneficiários das políticas da PAC foram os grandes empresários agrícolas do sul não surpreende pois isso foi constatado em vários estudos publicados, o que pode surpreender é falta de organização destes pequenos produtores para reclamar estas exigências de maior justiça na distribuição das ajudas.

5.3.3.2. Mudanças no setor da pequena exploração agrícola

Sobre as mudanças que atingiram os pequenos agricultores, o senhor Miguel apenas insiste que a CEE, a par do governo português, veio matar a pequena agricultura e nunca veio para bem deles. Menciona que a sua situação estava melhor antes do 25 de abril porque ainda que não falasse nada por causa do sistema político (“*tinha de andar de boca fechada*”), sabia o que se passava. Agora não sabe nada e há muita incerteza no futuro, não se sabe como vai ser no futuro com os agricultores.

O senhor Carlos concorda que a pequena agricultura ficou mais fraca com a entrada à CEE/UE, havendo muitas terras abandonadas. Lembra que antigamente até havia no verão uma luta entre os camponeses pela água para regar as terras e agora não se ouve falar mais nisso, ninguém ocupa nada mesmo que esteja abandonado. Além disso refere que as mudanças foram mais no trabalho na terra, que agora é menos duro pois a agricultura está muito mais mecanizado e, isso facilita o que se faz. Mas trabalha-se o mesmo tempo.

Nos parágrafos anteriores, nota-se uma dificuldade para sinalizar e mostrar as mudanças que em geral os agricultores tiveram. Isto pode ter duas interpretações: o facto de a pergunta parecer ser repetitiva e os entrevistados pensam não ter mais o que repetir; e o facto de não acharem necessidade de repetir porque entendem que a pergunta já se referia aos outros. O que temos para ressaltar é que eles ponderaram diversas situações de mudança na sua exploração, em relação às terras, aos fatores de produção, ao comércio e escoamento dos produtos, ao pouco rendimento obtido da exploração, etc. e agora não identificam as mesmas situações para o coletivo o que pode parecer contraditório mas não o é, se pensamos na primeira consideração sobre a pergunta parecer repetitiva.

5.3.3.3. O difícil escoamento dos produtos agrícolas

Em relação às dificuldades no escoamento dos produtos agrícolas portugueses, devido à entrada de produtos provenientes de outros estados membros da União, o senhor Miguel comenta que há poucos na aldeia que vendam. Os que ainda conseguem escoar algum tipo de produtos, vendem principalmente vinho, azeite e grãos. Do resto, a maior parte dos pequenos produtores não vende nada.

Questionado sobre a forma de ultrapassar esta situação, ele achou difícil de responder porque considera que tudo está mal e vai ficar ainda pior, o que vai afetar as populações e pode levar fome às comunidades.

O senhor Carlos, disse ter ficado muito surpreendido com os produtos que vem de fora, principalmente de países – França – onde o salário mínimo para o trabalho agrícola, é muito superior ao pago em Portugal. Na experiência dele como trabalhador emigrante na França, isto é incompreensível, porque com salários altos os produtos deveriam ter custos de produção mais elevados. Na visão dele, os produtores naquele país devem ter bons subsídios para vender tão barato, porque em relação ao custo em Portugal não compensa produzir para vender a esse preço. Havendo tantas terras boas e disponíveis para produzir, ele interroga-se porque isso não se faz.

Os dois agricultores consideram que há dificuldade na venda dos produtos que eles tiram da terra, embora no caso do senhor Miguel a relação com o mercado seja muito fraca, apesar de mesmo assim ele afirmar que há dificuldade na venda. Os dois casos defendem

que a entrada de produtos a baixo preço, deixa os pequenos produtores portugueses em desvantagem, porque aqui eles não conseguem produzir a custos mais baixos nem vender mais barato. Por isso dizem que, estão a ser obrigados a deixar de produzir, uma das razões que explica o abandono das terras na região. Mas não é a única razão nem a principal, antes sim a falta de mercados e locais para venda, devido às novas leis e restrições no comércio e no transporte.

CAPITULO 6. CONCLUSÕES

Partindo da agenda de trabalho de problematizar, tematizar e refletir sobre as estratégias que os pequenos agricultores adotam face às diferentes formas como o capitalismo e a economia de mercado procuram transformar o sistema de produção camponês no sentido de o adequar aos seus pressupostos e à sua lógica. No início deste exercício, parti da ideia central de que o campesinato e as restantes formas de pequena produção agrícola em sociedades de capitalismo avançado, sofrem um processo de transformação interna por força das formas de dominação capitalista que, preservando sua autonomia jurídica, opera sua progressiva subordinação económica ao capital através do mercado dos produtos e dos fatores. Sendo meu objetivo analisar, numa zona rural, as mudanças sentidas pelos pequenos produtores agrícolas familiares no âmbito de um processo mais vasto de integração deste na esfera do mercado - e que se viu agravado pela integração Europeia – partirei agora para as conclusões.

Começarei pelos resultados da análise transversal sobre as principais mudanças sentidas pelos nove camponeses entrevistados, evidenciando os constrangimentos e situações que se repetem em cada um dos casos. Abordarei a proximidade dos casos; a repetição das situações; e os fatores que contribuíram para a diversidade de situações e que se relacionam com as alterações e mudanças havidas nas explorações agrícolas. Depois ressaltarei a contraposição das duas situações cujo processo de mudança foi analisado longitudinalmente comparando as trajetórias dos entrevistados e procurando compreender através delas, os contextos, práticas e decisões que explicaram as diferenças.

6.1. Através das diferenças

A proximidade dos casos, ou seja, o que há de comum nestes casos, decorre de um perfil de caracterização dos entrevistados que importa reter:

- Uma longa vida ligada à agricultura (idades superiores aos 60 anos e mais de três décadas de condução da exploração agrícola),
- Uma ligação geracional à terra e a esta atividade dado que são nascidos e iniciados desde a infância como agricultores.

- Um elevado peso da propriedade jurídica da terra que compõe a exploração agrícola, sendo a herança dos pais a forma predominante de aquisição da terra.

Pode-se dizer que é a transmissão intergeracional da terra dominante que reproduz a condição de camponês. Sendo esta uma condição associada à limitação dos recursos e à pobreza, os camponeses procuram aumentar a dimensão da exploração para assim melhor resistirem às adversidades do mercado. Para isso, arrendam parcelas ou compram parcelas, sendo a compra a opção mais corrente. Destacaria vários aspetos relacionados com esta estratégia de reajustamento da dimensão das explorações agrícolas. O primeiro é que existe uma preferência pela propriedade das terras relativamente à opção arrendamento que não é só explicada pela insegurança do regime de arrendamento, mas também pelo valor simbólico que os camponeses atribuem à propriedade fundiária – a utopia camponesa de não dependerem de ninguém, que Marx cunhou de ingenuidade infantil dos camponeses pela qual estes tendem a identificar toda a forma de exploração com a exploração pelos proprietários fundiários. Uma constante nos casos estudados é a estratégia comum que os camponeses adotam para acumular o dinheiro de que precisam para comprar a terra: emigrar e trabalhar duro. Mais importante, estes camponeses migrantes poderiam ter ficado nos países de acolhimento onde viviam melhor, mas esta não é a regra, regressam para continuar na sua condição camponesa, a qual não é vista como uma profissão como outra qualquer mas como um modo de vida e um fator identitário. Um nível elevado de arrendamento está em geral relacionado com um de dois fatores: o predomínio da grande propriedade fundiária com “fome de terra” por parte dos camponeses e uma forte penetração da lógica capitalista que força constantemente os produtores a aumentar a dimensão da exploração para justificar o investimento em máquinas e equipamento, em inovações de cultivo. No caso desta aldeia, não existindo um regime fundiário assimétrico, interpretamos a reduzida importância do arrendamento como uma igualmente reduzida atração dos camponeses pelo mercado.

Um outro elemento significativo no que respeita à posse e uso da terra é o facto assinalado por vários de haver terra que muitos os camponeses não conseguem mais cultivar por causa da sua idade, porque o preço que lhes pagam pelos produtos não compensa o trabalho despendido, porque o investimento que seria necessário fazer não está

ao seu alcance, porque seria necessário ter mais terra para compensar e outras razões. Esta situação leva a que essa terra que não se pode mais explorar é oferecida a vizinhos que o possam fazer sem qualquer contrapartida monetária (como seria uma renda). Existe assim um mercado de troca benévola atestando a presença de uma lógica não capitalista (Chayanov, 1976) típica da economia moral camponesa (Popkin, 1979). As pequenas retribuições pelo “favor” prestado que referem os entrevistados confirmam o caráter mutualista da cedência das terras. O facto de essas terras não serem cedidas em arrendamento atesta ainda a inexistência de um capitalismo agrário na região capaz de aproveitar os excedentes de terra camponeses para os tornar em capital fundiário gerador de renda e lucro.

A transversalidade das práticas fundiárias dos entrevistados evidenciam, assim, a elevada precariedade do trabalho camponês, a falta de oportunidades para converter recursos próprios em geradores de rendimento, o insucesso de algumas estratégias que no passado foram adotadas para tentar ajustar a produção ao mercado, o conformismo (fatalismo, imposição?) com níveis de vida modestos como aqueles que permitem as pensões de reforma. Voltaremos ao assunto adiante.

- O trabalho na exploração como ocupação dominante e absorvente.

O trabalho na exploração, sobretudo para o produtor ou chefe da exploração, é uma atividade que exige cuidado permanente, muitas horas de trabalho feito todos os dias, incluindo os fins de semana. Sendo trabalhador e chefe da exploração ao mesmo tempo o seu estatuto laboral é híbrido mas fortemente dominado pela autonomia face a terceiros: ser autossuficiente em disponibilidade de trabalho, controlar sozinho tudo processo produtivo, assegurar a colocação dos seus produtos nas melhores condições. A ajuda da família é assumida como uma obrigação ética fortemente associada ao patriarcado que outrora era forte mas ainda hoje atuante. Numa agricultura envelhecida e sem perspectivas, o trabalho que hoje se exige à família é relativamente reduzido, sendo que em muitos casos os filhos em idade de trabalhar e coabitando com os pais trabalham fora da agricultura e ajudam com o seu rendimento próprio se necessário.

A mecanização tem sido um fator importante para a redução do esforço de trabalho do produtor e família, mas não foi suficiente para as pequenas explorações se tornarem rentáveis. Hoje a mecanização, em algumas explorações anda de par com a produção para o autoconsumo familiar.

Em relação às mudanças nas pequenas explorações agrícolas, fica evidente pelas narrativas dos agricultores, que elas sofreram ao longo dos últimos trinta anos um processo de transformação a diferentes níveis e com diferente profundidade. A mecanização das terras, as mudanças em culturas como o leite, o milho e o trigo, o fabrico de queijo, o abate de animais, o custo no fabrico de azeite, o abandono da terra e o fim dos mercados e das feiras locais para o escoamento dos produtos, são várias das situações referidas pelo grupo, sendo uma constante presente em todos os casos e mostram uma avaliação muito negativa da sua situação atual, reconhecendo que esta está pior do que no passado devido às alterações na agricultura e no comércio dos produtos e se traduz no pouco ou nenhum rendimento tirado da agricultura.

As dificuldades na comercialização dos produtos da exploração foi um tema recorrente dos entrevistados. O acesso a mercados e feiras locais para o escoamento dos produtos, sendo um fator importante para a sobrevivência das pequenas explorações, foi dificultado pela regulamentação do transporte que exige guias dos produtos, o livro de requisições, bem como a contabilização das despesas da produção e os rendimentos obtidos pela venda, o que tem causado muito constrangimento nos pequenos produtores. Mesmo que alguns deles consigam cumprir estas obrigações, a sua atividade não tem garantida sustentabilidade, pois as mudanças são sucessivas, tornando cada vez mais difícil a adaptação dos pequenos produtores. Estes constrangimentos, contudo, não levam ao abandono da agricultura ou da exploração. Os entrevistados expressam uma satisfação em relação ao trabalho na agricultura, onde a maioria refere ter prazer e gosto pelo que faz, mas queria que a sua situação fosse melhor do que até agora. Esta atitude, mais do que o conformismo resignado com a situação, exprime o sentimento de identificação do camponês com o trabalho nas terras, nas suas terras. E, por isso, os agricultores não verbalizam mas interiorizaram que não existe alternativa para eles fora da agricultura. O mesmo não vale para os filhos que, em geral, vêm o trabalho nas terras como uma má

opção e preferem procurar ocupação fora da agricultura. No entanto, na hora de receberem as terras de seus pais é sabido que muitos deles não se querem desfazer delas e retomam ainda que parcialmente a condição dos seus pais (Hespanha, 1994:254).

Outro dos temas recorrentemente abordados pelos entrevistados é o do rendimento das terras, ou seja os resultados económicos da exploração agrícola, e as comparações com o passado são sempre feitas.

A primeira grande constatação é que a venda dos produtos da pequena exploração contribui pouco para o rendimento da família. A origem principal dos rendimentos provém de outras fontes: pensões de reforma, subsídios agrícolas financiados pelo Estado Português, remuneração de outras atividades. Existe nesta constatação um ponto frágil que havia sido referenciado anteriormente a propósito das categorias económicas que o campesinato usa: a subvalorização dos produtos da exploração que são destinados ao consumo final da família (incluindo a família próxima que não coabita com o produtor) ou ao consumo produtivo da exploração (por exemplo, milho para engorda dos animais da exploração; batata para semente, etc.). Em regra 100 euros que o agricultor gasta na compra de fatores de produção são muito mais valiosos para si do que os mesmos 100 euros que os produtos que ele autoconsume valeriam no mercado se fossem aí vendidos).

É de referir também que os agricultores continuam a ver no Estado a sua salvação perante os desvarios do mercado, não tendo a consciência de que o estado português tem uma margem de manobra bem limitada face à política agrícola comum europeia. Por isso, reclama mais subsídios e a garantia de acesso ao mercado. Na verdade uma das queixas é que hoje o negócio da compra de produtos agrícolas está nas mãos das cadeias de supermercados que não compram aos pequenos produtores.

Quanto ao impacto da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. A avaliação negativa desse impacto em termos gerais é clara mas os processos causais específicos não são identificados facilmente. Pois os tempos e os modos da regulação europeia escapam ao conhecimento ou à perceção dos entrevistados. Adicionalmente existe um problema de memória quando se pede um recuo de três décadas. Estamos a falar de fatores causais como a baixa dos preços dos produtos, as ajudas de pré-adesão e da adesão,

o fim das políticas protecionistas do Estado português, a regulamentação da atividade agrícola por razões sanitárias ou ambientais, as mudanças na PAC antes e depois da reforma de 1992. E também de fatores causais relativos à reorganização do Ministério da Agricultura, ao fim das medidas de que podiam beneficiar os pequenos agricultores como a extensão rural e a experimentação agrícola, do silenciamento político da CNA, a confederação de associações de produtores, orientada para a defesa dos pequenos agricultores. Estamos a falar, por fim, nos processos de concentração do setor agro-industrial (produtor de fatores de produção) e do setor do comércio e transformação dos produtos agrícolas. As associações de produtores especializaram-se por produtos (tomate, cereais, fruta, vinho, azeite, leite, carne, etc.) e deixaram para trás os produtores camponeses que vivem da combinação de produtos (policultura) complementando o seu rendimento com varias produções integradas (milho para suporte da produção de leite ou carne, beterraba e batata para engorda de suínos, vinho e azeite para autoconsumo, etc.), Detetamos um sentimento partilhado de prejuízo, de alterações que contribuíram para o abandono da agricultura, e das terras, o desaparecimento dos mercados locais, a queda na procura de alguns produtos, a par da entrada de produtos estrangeiros a preços mais baixos que os produzidos nas suas explorações. Esta última situação da livre entrada de produtos, tem causado perplexidade nos camponeses por estar a arruinar a agricultura portuguesa e a reduzir a autossuficiência do país em alimentos.

Se é verdade que os camponeses têm dificuldade em identificar os diferentes constrangimentos e as causas que os provocam, há, no entanto, a consciência na população das alterações e das mudanças que foram obrigados a fazer na exploração, identificando quem foram os principais beneficiados com os fundos europeus para a agricultura (a grande exploração agrícola localizada no sul do país).

Além de não terem rendimentos suficientes para se manterem, as mudanças ainda os levaram a abandonar algumas culturas agrícolas que atualmente não são capazes de produzir e vêm-se na necessidade de os comprar, mas sem uma fonte de rendimentos o acesso a estes alimentos poderá estar vedado. O processo de mudança desencadeia um conjunto de consequências interligadas que vão do abandono da cultura de certos alimentos

à necessidade de os compara fora; da produção para mercado à produção para autoconsumo.

6.2 Trajetórias paralelas

O que nos permitiu ver a análise longitudinal das mudanças em dois pequenos produtores da aldeia? O que nos dizem as suas trajetórias acerca dos contextos, práticas e decisões em que cada uma delas se baseia?

As evidências marcam uma diferença ampla de perfis entre um caso e o outro, diferença que se entrelaça e desvia com a descrição e o percurso das duas histórias e trajetórias ocupacionais. À partida os entrevistados tinham em comum a infância na agricultura, a propriedade da terra lhes foi deixada, quem trabalha a terra são principalmente eles e os dias por ano que trabalham na terra são todos os dias. Dois fatores, porém, afastam as histórias - o nível de frequência escolar, abrindo mais opções de escolha a quem tem mais escolaridade; e a precocidade da experiência de emigração, dando maior vantagem a quem migrou mais cedo.

Aparentemente um dos casos é melhor sucedido, se tivermos em conta as características da exploração agrícola: a quantidade de terras possuídas é o triplo da do outro, o principal destino é a venda, a mão-de-obra é paga, a exploração é mecanizada, tem uma queijaria licenciada, os filhos moram no estrangeiro. Contudo, o produtor explica que faz agricultura para não ficar em casa.

Ainda que pareça que este é um caso de sucesso e se reconheça que houve o propósito de tornar rentável a exploração, o resultado tem ficado bem aquém do desejado, devido a inúmeras dificuldades que o entrevistado identifica sumariamente com trâmites burocráticos, administrativos e fiscais, surgidos com o transporte de e para a exploração, na transformação de produtos da exploração e, mais recentemente, com a alteração das obrigações fiscais. E ainda na não disponibilização ou na limitação de locais para a venda da produção dos pequenos produtores agrícolas. Isto mostra que, embora alguns pequenos produtores tenham conseguido alguns avanços, a sua condição social ainda continua precária e muito laboriosa, cada vez mais isolados e sem meios que lhe permitam obter rendimentos do trabalho que fazem.

A situação dos pequenos agricultores, como estes que foram entrevistados, é de grande vulnerabilidade e essa vulnerabilidade é de caráter estrutural, ou seja, não é passageira no sentido em que no início do processo de adesão europeia se pensava, pois nem ajudas para a modernização da agricultura portuguesa foram adequadas ao perfil dos pequenos produtores, nem as relações de troca entre os setores a montante e a jusante da pequena agricultura favorecem esta, antes contribuíram para a liquidar. Interrogações óbvias ficam em suspenso. Os grandes agricultores portugueses tiveram um tratamento diferente neste sistema desigual de trocas? Não tendo sido objeto de estudo, o que se sabe é que eles concentraram a quase totalidade das ajudas (Avillez, 1992) e conseguiram com sucesso aliar-se à agro-indústria devido ao seu elevado poder negocial. Poderiam os pequenos produtores ter tido outra sorte? Feitas as mesmas ressalvas, a resposta é sim, pois a experiência de países como a França, a Alemanha e a Irlanda mostra que a PAC foi mais generosa para com os pequenos agricultores. Também, o Estado português poderia ter aproveitado melhor os fundos de pré-adesão e adesão e a margem de manobra ainda disponível face à PAC para implementar políticas de apoio à pequena agricultura familiar. Mas não o fez, pois tomou a opção mais fácil de favorecer aqueles que melhor podiam integrar-se no *mainstream* da agricultura europeia. Finalmente, porquê os pequenos agricultores não se organizaram em formas associativas e cooperativas para aumentar a sua força negocial? Os camponeses sempre se organizaram no quadro das suas comunidades de vizinhança e desenvolveram infraestruturas coletivas (eiras para o cereal, levadas de água, mútuas de gado, baldios) e formas de ação coletiva (batidas aos lobos, entre ajuda nas colheitas, combate a incêndios). Infraestruturas pobres mas eficientes. Contudo as comunidades de vizinhança abriram-se com e aos processos migratórios, o capital destruiu insidiosamente as instituições comunitárias e o individualismo foi fomentado e cresceu. As cooperativas foram apropriadas e descaracterizadas pelo salazarismo e o associativismo combatido. O 25 de abril fez renascer as formas de cooperação, mas nessa altura a agricultura estava já agonizante e as pessoas procuraram a emigração. Ainda assim existem bons exemplos de cooperação agrícola que têm aliviado o risco dos pequenos produtores (desde logo as cooperativas de transformação de leite).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, João Ferreira de (1992). *Exclusão Social: Fatores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Avillez, Francisco (1992). *Impacto dos fundos estruturais na agricultura portuguesa*. *Análise Social*, 118/119:691-702.

Baptista, Fernando (1993). *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Coimbra: Editora Fora do Texto.

Baptista, Fernando (1993). *A política Agrária do Estado Novo*. Porto: Afrontamento.

Baptista, Fernando (1975). *Portugal os Campos*. Porto: Afrontamento.

Barros, Henrique (1975). *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*. Lisboa: Sá da Costa.

Bourdieu, Pierre (1977). *Une Classe Objet*. *Actes de La Recherche*, 17-18: 2-5.

Cabral, M. Villaverde (1997). *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Chayanov, Anton (1976). *Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas*. (1ª ed. 1924). In *Análise Social*. - Ano 12, nº 46: 477-502.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Durkheim, Emile (1998). *As regras do método sociológico*. (7ª ed). Lisboa: Presença.

Emmanuel, Arghiri (1962). *Échange inégal*, in Arghiri Emmanuel e Charles Bettelheim, *Échange inégal et politique de développement, Problèmes de Planification*, No.2:1 – 32). Sorbonne: Centre d'Étude de Planification Socialiste.

Faure, Claude (1974). *Les paysans dans la production capitaliste*. Paris: Dept. d'Economie Politique.

Firth, Raymond (1974). *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar.

Hespanha, Pedro (1994). *Com os Pés na Terra: Práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Porto: Afrontamento.

Hespanha, Pedro (2009). *Microempreendedorismo Popular e Associativo em Portugal. O sentido das mudanças*. Relatório do Projeto de Pesquisa. Coimbra: CES.

Hespanha, Pedro; Reis, José; Henriques, M. Adosinda; Caleiras, Jorge (1998). *O Modelo Agrícola e a Integração dos Espaços Rurais Perante a Reestruturação da Sociedade Portuguesa*. Relatório Final de Projeto de Investigação. Coimbra: CES.

Hespanha, Pedro; Portugal, Sílvia (2002). *A Transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte.

Kautsky, Karl (1972a). *A questão Agrária*. Porto: Portucalense Editora

Kautsky, Karl (1972b). *A questão Agrária*. Porto: Portucalense Editora

Laville, Jean-Louis (2009). *A Economia Solidária: Um movimento Internacional*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 84.

Marx, K. (1974a). *Le Capital: Critique de L'Economie Politique. Livre Deuxième. Le Procès de Circulation du Capital*. Paris: Éditions Sociales.

Marx, K. (1974b). *Le Capital: Critique de L'Economie Politique. Livre Premier. Le Développement de la Production Capitaliste*. Paris: Éditions Sociales.

Marx, K. (1974c). *Le Capital: Critique de L'Economie Politique. Livre Troisième. Le Procès D'ensemble de la Production Capitaliste*. Paris: Éditions Sociales.

Meillassoux, Claude (1976). *Femmes, Gréniers et Capitaux*. Paris: François Maspero.

Ministério de Agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas (MADRP) (2008). Circular Nº. 5 *As condições técnicas/funcionais das instalações onde se preparam pequenas quantidades de alimentos para a colocação no mercado*, termos do Capítulo III, do regulamento (CE) 852/2004, 29 de abril de 2004, emitido pelo parlamento e o conselho, na pendência de normas específicas que enquadrem esta atividade.

Mozzicaffredo, Juan (1997). *Estado Providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Pinto, José Madureira (1978). *Ideologia: inventario crítico dum conceito*. Lisboa: Presença.

Pinto, José Madureira (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos*. Porto: Afrontamento.

Piselli, Fortunata (1995). *A Sociedade-providência na esfera económica*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 42: 105-124.

Piselli, Fortunata; Afonso, Manuela (1991). *Medio occidente: una periferia d'Europa tra política e trasformazione*. Venezia: Marsilio.

Pittman, H. (2004). *The constitutionality of corporate farming laws in the Eighth Circuit. An agricultural law research article*. Disponível em: [http://www.nationalaglawcenter.org/assets/articles/pittman_corporatefarming.pdf]

Polanyi, Karl. (1980). *A grande transformação: as origens da nossa época*. (3ª ed). São Paulo: Campus.

Popkin, Samuel (1979). *The Rational Peasant*. Berkeley: University of California Press.

Redfield, Robert (1956). *Peasant Society and Culture*. Chicago: University of Chicago Press.

Rey, Pierre-Philippe (1979). *As Alianças de Classes. Sobre a articulação dos modos de produção. Materialismo histórico e lutas de classe*. Coimbra: Centelha.

Santos, Boaventura (1995). *Sociedade providência ou autoritarismo social?* Revista Critica de Ciências Sociais.

Santos, Boaventura (2000). *Critica de la razón indolente; contra el desperdicio de la experiencia*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer.

Santos, Boaventura (2012). *Portugal – Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.

Shanin, Teodor (1972). *La clase incomoda*. Madrid: alianza editorial.

Shanin, Theodor (2005). *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Revista Nera, 8 (7):1-21.

Tepicht, Jezry (1975). *Marxisme et Agriculture. Le Paysan Polonais*. Paris: Armand Colin.

Tönnies, Ferdinand (1933). *Desarrollo de la cuestión social*. Barcelona: Editorial Labor.

Vergopoulos, Kostas (1974). *Capitalisme difforme. Le clas de l'agriculture dans le capitalisme*. In Samir Amín e Kostas Vergopoulos. *La Question Paysanne et le Capitalisme* (61-295). Paris: Anthropos–IDEP.

8. ANEXOS

8.1. Guião da entrevista

Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia/Faculdade de Psicologia e Ciências da
Educação

Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo

Título do estudo: Emancipação e dominação de pequenos produtores agrícolas:
contribuições para uma análise do caso Português.

Guião de Entrevista a pequenos produtores agrícolas da Freguesia de São Miguel,

Concelho de Penela, Coimbra.

Entrevista N°. _____ Data: ___/___/___

Cultura: _____ Idade: _____

Introdução: A entrevista tem como objetivo explorar as mudanças e transformações que a atividade agrícola familiar teve nas últimas três décadas, desde que o país integrou a Comunidade Económica Europeia em janeiro de 1986.

A entrevista começa por caracterizar a exploração familiar do entrevistado; depois analisa as mudanças que ela teve para se adaptar às novas condições do mercado e, por fim, pretende-se conhecer a opinião do entrevistado sobre os impactos da adesão de Portugal à União Europeia quer no processo de produção quer na comercialização.

A. A exploração agrícola familiar.

1. Há quanto tempo que faz agricultura?
2. As terras que cultiva são suas? ou também tem terras arrendadas ou cedidas por outra pessoa?
 - 2.1. Cultiva terras que não são suas?
 - 2.1.1. Que percentagem estas representam da exploração?

- 2.2. Se cultiva terras arrendadas, considera o valor das rendas elevado?
- 2.3. Se cultiva terras cedidas o senhor ficou com alguma obrigação para quem lhe cedeu a terra?
- 2.4. As terras de que é dono foram compradas ou herdadas?
- 2.4.1. As terras foram compradas por si com dinheiro feito na agricultura ou noutra atividade? Emprego/migração?
3. Em que medida a sua agricultura é uma agricultura familiar? Acha que a agricultura que faz é familiar? Porque só trabalham os familiares ou porque produz só para a família?
- 3.1. Quem trabalha regularmente na exploração? (pessoas da família ou trabalhadores remunerados?)
- 3.2. Qual é o principal destino dos seus produtos? (consumo familiar ou venda?)
4. Vejamos em maior detalhe quem trabalha na exploração e quanto tempo
- 4.1. O Senhor (produtor): trabalha pouco (até 24% do seu tempo) ___; Trabalha alguma coisa (de 25% a 50% do seu tempo) ___; Trabalha bastante (de 50% a 75% do seu tempo) ___; ou trabalha muito (mais de 75% do seu tempo) ___?
- 4.2. As pessoas da sua família: em média trabalham pouco (até 24% do seu tempo) ___; Trabalham alguma coisa (de 25% a 50% do seu tempo) ___; Trabalham bastante (de 50% a 75% do seu tempo) ___; ou trabalham muito (mais de 75% do seu tempo) ___?
- 4.3. Outras pessoas a quem paga: no total, menos de 10 dias por ano ___; de 10 a 50 dias por ano ___; ou mais de 50 dias por ano ___? A despesa com essas pessoas representa mais ou menos que percentagem da sua despesa com a exploração?
- 4.4. Outras pessoas a quem não paga: no total, menos de 10 dias por ano ___; de 10 a 50 dias por ano ___; ou mais de 50 dias por ano ___? Em geral, o Senhor (ou alguém da sua família) trabalha para essas pessoas sem remuneração em paga da ajuda recebida? Menos de 10 dias por ano ___; de 10 a 50 dias por ano ___; ou mais de 50 dias por ano ___?

5. Que parte da produção é para venda e que parte é para consumo, sabe-me dizer?

5.1. Se for para consumo, esse consumo é para a família (casa do agregado familiar) ou para familiares (família mais ampla, filhos, netos, etc.)?

B. As mudanças e o tipo de agricultura que faz.

Ao longo do tempo ocorreram decerto várias razões que obrigaram o Senhor a fazer alterações na sua exploração agrícola, mudando as culturas ou as atividades ligadas à exploração, reduzindo ou aumentando as áreas de cultivo, introduzindo melhorias no equipamento, nas instalações ou na própria produção. Vamos agora falar dessas mudanças

1. Comparando o que cultivava agora com o que tinha quando começou, diga o que mudou mais e porquê?

1.1. Em termos da área da exploração agrícola, houve grandes mudanças? E em termos de cada uma das culturas que hoje faz (apenas as principais) houve grandes mudanças? Que cultura deixou de fazer? Que cultura faz agora que não fazia no início?

1.2. Em termos do rendimento que tira daquilo que produz, houve grandes mudanças? Nas culturas que agora faz, qual é aquela que dá mais rendimento, quais são mais importantes para si? (a área de produção pode ser pequena mas pode dar mais rendimentos, ou ao inverso).

2. Comparando os animais que cria agora na sua exploração com a situação quando começou, diga o que mudou mais e porquê?

2.1. Os animais que cria são mais para venda ou para a casa? Existem animais que criam só para venda? Quais? E só para consumo da casa? Quais?

2.2. No passado tinha mais ou menos animais para venda? E para consumo da casa?

2.3. Se teve mudanças nos tipos de cultura, estas foram influenciados por alguma razão específica? (Preço, rendimentos, no mercado, nas novas políticas ou no rendimento no grupo familiar)

2.4. Naquilo que fazia e deixou de fazer, porque deixou? Era muito complicado, muita burocracia, muitas regras novas, muita coisa para fazer ou porquê?

3. Na altura da adesão à CEE/UE, em 1986, lembra-se do que cultivava ou dos animais que criava?

3.1. Acha que as mudanças que tiveram de fazer de então para cá na sua exploração agrícola tiveram a ver com a política agrícola europeia ou com as leis que entretanto vieram a aplicar-se aos produtores agrícolas?

Pode dar exemplos de decisões que tive de tomar por causa dessas leis?

Culturas que deixou de fazer porque deixaram de ser apoiadas pelo Estado?

Aproveitamento de produtos da sua exploração que deixou de poder fazer (por ex., aguardente, queijos, abate de animais, enchidos, doçaria, etc.)?

Produtos que ia vender em mercados locais?

3.2. Comparando os custos da produção e os preços a que vende agora o que produz na exploração com os custos e os preços de antes da entrada para a CEE, que mais importante acha que mudou?

4. Sente satisfação com o que faz? Tem mais satisfação agora ou quando começou? É melhor, não só no trabalho e esforço físico, senão mais no prazer e gosto pelo que faz?

4.1. Nestes últimos anos o senhor acha que a sua situação está melhor ou pior ou se manteve?

4.2. Acha que a CEE trouxe mudanças? Sente-se menos autónomo por regulamentos do mercado ou da UE?

4.3. Acha que estão sendo levados ou forçados a fazer algo diferente, em sentido que se sintam explorados por alguma razão?

4.4. O senhor vive melhor ou pior que antes, fazer agricultura dá-lhe satisfação nestes momentos? Ou porque continua a fazer a agricultura?

5. O que representa o rendimento que a sua agricultura lhe dá no conjunto dos rendimentos na sua família? O Senhor ou alguém da sua família que vive consigo têm outras ocupações ou trabalho fora da agricultura que lhe dê outros rendimentos?

5.1. Se sim, a parte dos rendimentos tirados da sua exploração agrícola no rendimento total da família é:

– Inferior a 25%?

– Entre 25% e 50%?

– Entre 25% e 75%?

– Mais de 75%

5.2. Se o Senhor for reformado, acha que ter uma reforma teve alguma influência na sua agricultura?

5.3. O dinheiro que recebe como pensionista favoreceu a sua agricultura? Tem feito algum investimento na sua exploração com esse dinheiro?

6. Em relação às ajudas do estado (subsídios e outras ajudas) o senhor beneficia de algumas delas? (gasóleo do trator, rendimento compensatório ambiental, etc.)

6.1. E no seu caso? Se não existiram os subsídios o senhor tiver de fazer outra coisa além da agricultura?

7. Lembra-se dos primeiros subsídios? A partir de isso mudou muito para si na agricultura?

8. Acha que os subsídios e ajudas do estado permitem aos agricultores viverem apenas da sua agricultura?

C. Impacto na agricultura familiar com a adesão à EU.

De forma geral na agricultura, falar na situação atual para todos os agricultores.

1. Nós falamos já disso, mas agora já em geral acha que a partir da entrada de Portugal na CEE/UE mudou muito a agricultura? O que mudou? Tem alguma ideia?

1.1. Quem beneficiou mais da adesão à CEE/UE?

2. Acha que os agricultores tiveram de mudar ou adaptar a sua forma do trabalho na agricultura?

3. Acha que foram algumas leis que obrigaram a fazer essas mudanças na agricultura? Então pode exemplificar algum caso para as mudanças que foram resultados dessas leis? Comercialização e transformação?

4. A entrada de produtos fora do país a baixo preço tornou difícil escoar os produtos portugueses. No seu caso, sentiu essa dificuldade? Como é que a ultrapassou?

8.2. Algumas leis e regulamentações sobre a agricultura de pequena dimensão

Assembleia da República (2011) Resolução n.º 7/2011, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 19 — 27 de Janeiro de 2011).

Assembleia da República (2013) Resolução da, n.º 55/2013, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 76 — 18 de abril de 201.

Comissão Europeia (2005) Regulamento (CE) N.º 2074/2005, de 5 de Dezembro de 2005.

Conselho de Ministros (2012) Resolução n.º 56/2012, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 129 — 5 de julho de 2012).

MADRP (2009) Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de Outubro, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 198.

MAMAOT (2012) Decreto-Lei n.º 119/2012, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 115) 15 de junho de 2012.

MF e MAMAOT (2012) Portaria n.º 303/2012, de 4 de outubro, *Diário da República*, 1.^a série — N.º 193.

MF e MAMAOT (2012) Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro, *Diário da República*, 1.^a série — N.º 193.

Ministérios da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2008) Portaria n.º 699/2008, de 29 de Julho.

Regulamento (CE) n.º 852/2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Regulamento (CE) n.º 853/2004, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Condições técnico-funcionais das instalações amovíveis ou usadas essencialmente como habitação privada, nas quais os géneros alimentícios são regularmente preparados para a colocação no mercado, nos termos do Capítulo III do Anexo II do Regulamento (CE) 852/2004.

Os locais onde se proceda à transformação e/ou transformação e venda de produtos agro-alimentares em pequenas quantidades e directamente ao consumidor final, estão sujeitos aos seguintes requisitos:

- a) As instalações devem permitir a manutenção de uma higiene pessoal adequada (incluindo instalações de lavagem e secagem higiénica das mãos, instalações sanitárias em boas condições de higiene e vestiários);
- b) As superfícies em contacto com os alimentos devem ser mantidas em boas condições e devem poder ser facilmente limpas e, sempre que necessário, desinfectadas. Para o efeito, devem ser utilizados materiais lisos, laváveis, resistentes à corrosão e não tóxicos, a menos que os operadores das empresas do sector alimentar possam provar à autoridade competente que os outros materiais utilizados são adequados;
- c) Devem existir meios adequados para a lavagem e, sempre que necessário, desinfectação dos utensílios e equipamentos de trabalho;
- d) Sempre que a limpeza dos géneros alimentícios for realizada pela empresa do sector

alimentar, devem existir meios adequados para que essa operação possa decorrer de forma higiénica;

- e) Deve existir um abastecimento adequado de água potável quente e/ou fria;
- f) Devem existir instalações e/ou equipamentos adequados de armazenagem e eliminação higiénicas de substâncias perigosas e/ou não comestíveis, bem como de resíduos (líquidos ou sólidos);
- g) Sempre que justificável, devem existir equipamentos e/ou instalações que permitam a manutenção dos alimentos a temperatura adequada, bem como o controlo dessa temperatura;
- h) Os géneros alimentícios devem ser colocados em locais que impeçam, na medida em que for razoavelmente praticável, o risco de contaminação.

Pode, para o efeito deste anexo, ser adoptadas as regras aplicáveis de códigos de boas práticas existentes.